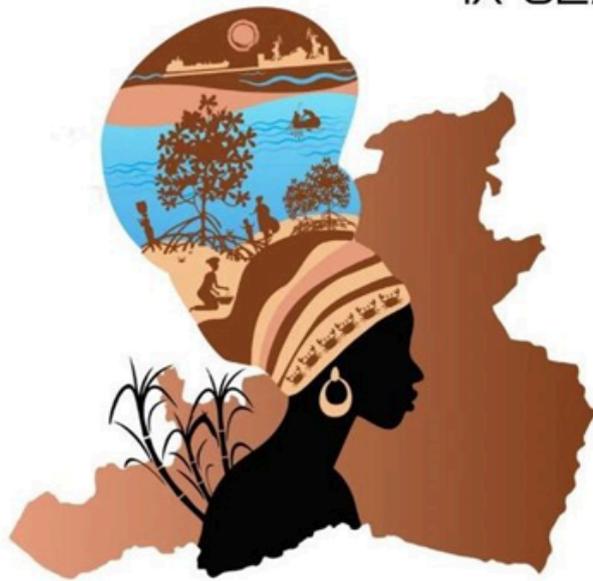


SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
IX SEADET



"TERRITORIALIDADES:
LUTAS PELA TERRA E
DESCOLONIZAÇÃO DE
MENTES NA MATA SUL
DE PERNAMBUCO"

Anais

**9º SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
(SEADET)**

**Tema: TERRITORIALIDADES: LUTAS PELA TERRA E DESCOLONIZAÇÃO DE
MENTES NA MATA SUL DE PERNAMBUCO**

**Anderson Fernandes de Alencar
Walter Santos Evangelista Júnior
(organizadores)**

**Recife
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

C749a Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
– SEADET (9 : 2023 : Recife, PE).
Territorialidades : lutas pela terra e descolonização de mentes na
Mata Sul de Pernambuco : anais [do] 9. Seminário de Agroecologia e
Desenvolvimento Territorial (SEADET), 14 e 15 de dezembro de 2023,
Recife, PE [recurso eletrônico] / Anderson Fernandes de Alencar,
Walter Santos Evangelista Júnior (organizadores). – Recife :
EDUFRPE, 2023.
173 p.: il.

Inclui bibliografia.

1. Ecologia agrícola 2. Agricultura familiar 3. Educação popular
4. Camponeses 5. Movimentos sociais 6. Agricultura orgânica
7. Quilombolas 8. Plantas medicinais 9. Regiões áridas I. Alencar,
Anderson Fernandes de, org. II. Evangelista Júnior, Walter Santos, org.
III. Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial -
SEADET
(9 : 2023, Recife, PE) IV. Título

CDD 630.2745098134

COORDENAÇÃO GERAL

Eduarda Oliveira Casanova
Vanessa Maria Santiago da Silva

COMISSÃO CIENTÍFICA

Anderson Fernandes de Alencar
Maria Rita Ivo de Melo Machado
Oscar Emerson Zúniga Mosquera
Walter Santos Evangelista Júnior

COMISSÃO DOS ANAIS

Ana Célia Saraiva de Moura Garcia
Bruna de Lima Costa
Danilo Santos da Silva
Everaldo Batista
Mikael Monteiro Silvestre
Mônica Nunes Gonçalves
Paulo Bandeira de Lima

COMISSÃO CERTIFICAÇÃO

Angela das Chagas Teles
Cristiane de Souza Castro
Diana Andrade dos Santos

COMISSÃO CULTURA E MÍSTICA

João Gustavo Soares de Araújo
José Eduardo Matos

COMISSÃO COMUNICAÇÃO

Claudio José Dias Silva
José Eduardo Matos
Silvio Gleisson Bezerra

COMISSÃO RELATORIA

Roseane Santos de Jesus
Isabel de Jesus Santos dos Santos

COMISSÃO SUPORTE

Claudio José Dias Silva
Davison José Bezerra de Oliveira Silva
Sandreanio Nascimento Ferreira

COMISSÃO TEMÁTICA E PALESTRA

Marialda Moura da Silva
Isabel de Jesus Santos dos Santos
Eduarda Oliveira Casanova
Vanessa Maria Santiago da Silva

COMISSÃO SIGPROJ

Mônica Nunes Gonçalves

AVALIADORES

Ana Maria Dubeux Gervais
Anderson Gomes Dos Santos
Eduarda Oliveira Casanova
Francinete Francis Lacerda
Isabel De Jesus Santos Dos Santos
José Nunes Da Silva
Kriscia Santos Argolo
Luciano Pires De Andrade
Luis Claudio Monteiro De Mattos
Marcus Metri Correa
Maria Rita Ivo De Melo Machado
Oscar Emerson Zuniga Mosquera
Kriscia Santos Argolo
Luciano Pires De Andrade
Luis Claudio Monteiro De Mattos

Marcus Metri Correa
Maria Rita Ivo De Melo Machado
Oscar Emerson Zuniga Mosquera
Pamela Karina De Melo Gois
Pedro Léo Alves Costa
Tarcísio Augusto Alves Da Silva
Valdeni Venceslau Bevenuto
Vanessa Maria Santiago da Silva
Walter Santos Evangelista Júnior

SUMÁRIO

| I – IDENTIDADE, CULTURA E TERRITORIALIDADES | |
|---|----|
| AGRICULTURA FAMILIAR: TENSIONAMENTOS ENTRE O CAPITALISMO E AS RESISTÊNCIAS DAS FORMAS DE ADAPTAÇÃO DOI: 10.29327/1348690.9-9 | 11 |
| ARTE E AGROECOLOGIA EM SUAS DIMENSÕES VIVENCIADAS E CONTEXTUALIZADAS NO TERRITÓRIO DE JUREMA EM ALAGOAS DOI: 10.29327/1348690.9-10 | 21 |
| INTERCULTURALIDADE SOCIOLINGÜÍSTICA: REFLEXOS DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NA COMUNICAÇÃO ORAL EM TERRITÓRIOS PENAFORTENSES DOI: não há (resumo simples) | 30 |
| A SECA E AS ÁGUAS DA TRANSPOSIÇÃO COMO TEMÁTICAS ARTÍSTICAS: SUA REPRESENTAÇÃO MUSICAL, CINEMATOGRÁFICA E LITERÁRIA DOI: 10.29327/1348690.9-11 | 32 |
| PARA ALÉM DA NATUREZA PURAMENTE AMBIENTAL E FÍSICA: É POSSÍVEL PENSAR EM JUSTIÇA CLIMÁTICA SEM JUSTIÇA RACIAL? DOI: 10.29327/1348690.9-4 | 40 |
| RETRATO SOCIAL DA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO COM VISTA A PRESENÇA E AO ENGAJAMENTO DOS JOVENS NAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DOI: 10.29327/1348690.9-15 | 49 |
| A EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO DE MILHO NÃO TRANSGÊNICO NO TERRITÓRIO DE IRECÊ - BA DOI: 10.29327/1348690.9-8 | 58 |
| A BIOPOLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES ÀS COMUNIDADES DE PESCADORES ARTESANAIS AFETADAS PELO DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO OCORRIDO EM ÁGUAS NACIONAIS EM 2019 DOI: não há (resumo simples) | 67 |
| II – SOCIEDADE, ECONOMIA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO | |
| COTAS PARA ESTUDANTES RURAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR NO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO DOI: 10.29327/1348690.9-1 | 69 |

| | |
|--|-----|
| PRODUÇÃO ARTESANAL DE SABÃO POR MULHERES AGRICULTORAS: UMA EXPERIÊNCIA DE PLURIATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SERIDÓ PARAIBANO DOI: 10.29327/1348690.9-13 | 80 |
| DO AXÉ AO XAMÃ: UMA ANÁLISE SOBRE RAÍZES E RITUAIS DAS PLANTAS MEDICINAIS NA UMBANDA DOI: 10.29327/1348690.9-2 | 90 |
| RIO DA VIDA: UMA METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO POPULAR? DOI: 10.29327/1348690.9-16 | 98 |
| POLO GESSEIRO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO NO SERTÃO DO ARARIPE DOI: 10.29327/1348690.9-6 | 107 |
| RAÍZES CURATIVAS E SABERES ANCESTRAIS: UM ENCONTRO ENTRE PLANTAS MEDICINAIS E O MULHERISMO AFRICANO DOI: 10.29327/1348690.9-14 | 115 |
| CADA UM SABE A DOR E A DELÍCIA DE SER O QUE É: TRANSCENDENDO FRONTEIRAS ACADÊMICAS DOI: 10.29327/1348690.9-12 | 124 |
| III – TRANSIÇÕES SOCIOECOLÓGICAS E SISTEMAS PRODUTIVOS BIODIVERSOS/ CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO, INOVAÇÕES SOCIOTÉCNICAS E DESENVOLVIMENTO / AMBIENTE, SAÚDE E SISTEMAS AGROALIMENTARES | |
| PATRIMÔNIOS CULTURAIS DOS QUILOMBOS DO TERRITÓRIO DA BACIA LEITEIRA ALAGOANA DOI: 10.29327/1348690.9-5 | 133 |
| INSEGURANÇA ALIMENTAR NA COMUNIDADE ESCOLAR E A BIOREMEDIÇÃO DOI: não há (resumo simples) | 144 |
| FAIR TRADE COMO SISTEMA ALTERNATIVO DE TROCAS COMERCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DOI: 10.29327/1348690.9-3 | 146 |
| VIVÊNCIAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS NO INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA - IRPAA DOI: 10.29327/1348690.9-17 | 155 |
| A ARTE NAS MANDALAS AGRÍCOLAS COMO COMPONENTE VITAL DAS PRODUÇÕES AGROECOLÓGICAS | 164 |

| | |
|-------------------------------------|-----|
| DOI: 10.29327/1348690.9-7 | |
| IMERSÕES DO PPGADT | 172 |
| DOI: não há (resumo simples) | |

APRESENTAÇÃO

Desde sua criação, semestralmente, o Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGADT/UFRPE) promove debates sobre temas relacionados à Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. O objetivo é oportunizar uma formação interdisciplinar aos doutorandos/as vinculados/as ao PPGADT, e ao mesmo tempo, possibilitar a troca de conhecimentos entre docentes, discentes, profissionais de diferentes áreas, atores e atrizes locais, movimentos sociais e instituições/organizações.

No semestre letivo 2023.2, nos dias 14 e 15 de dezembro de 2023 aconteceu o **9º Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (SEADET)**, tendo como tema central: Territorialidades: lutas pela terra e descolonização de mentes na mata sul de Pernambuco.

No dia 14 de dezembro, a programação do evento contou com apresentações culturais, debates, apresentações de trabalhos de culminância do semestre e a metodologia do Rio da Vida, tendo como palestrantes os sujeitos dos territórios da Mata Sul Pernambucana.

No segundo dia, 15 de dezembro, ocorreram as apresentações de trabalhos e de resultados de experiências construídas com sujeitos de diferentes territórios durante os processos de imersão proporcionados pela metodologia adotada no Programa.

Nesse sentido, o 9º SEADET proporcionou reflexões entusiasmadas e pertinentes, bem como a socialização de conhecimentos sobre os impactos da descolonização de mentes; o caráter interdisciplinar nos concede integrar e socializar experiências de ensino, extensão e pesquisa. O evento contou com 31 participantes, 25 trabalhos submetidos, sendo 4 resumos simples, 1 vídeo e 17 resumos expandidos aprovados, assim como atividades que possibilitaram processos interdisciplinares de construção e trocas de saberes ao longo dos dois dias de programação.

AGRICULTURA FAMILIAR: TENSIONAMENTOS ENTRE O CAPITALISMO E AS RESISTÊNCIAS DAS FORMAS DE ADAPTAÇÃO

Vanessa Maria Santiago da Silva¹

Oscar Emerson Zúñiga Mosquera²

Angela das Chargas Teles³

Rebeca Allana Albuquerque⁴

Cristiane de Souza Castro⁵

DOI: 10.29327/1348690.9-9

1 Introdução

Este trabalho surge das urgências trazidas através das observações didáticas – pedagógicas obtidas durante a formação de doutorandos em agroecologia. São, pois, experiências que dão origem a inquietações que nos assombram frequentemente, e que trazemos aqui a partir de um olhar curioso, das vivências observadas durante os debates originados pelas disciplinas que correspondem ao semestre 2023.2 e que nos auxiliam na construção do conhecimento dialogado, “Tecnologia da informação e comunicação aplicada ao desenvolvimento territorial”, “História social do campesinato no semiárido” e “Autogestão e empreendedorismo social e empresarial”. Igualmente, foram *fábricas produtoras de inquietações* as práticas experienciadas durante as imersões a campo do Programa de

¹Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) da UFRPE; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE);E-mail:vanessasantiago@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6769-5502>.

²Professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professor convidado no Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da UFRPE. Universidade Federal Rural de Pernambuco(UFRPE);E-mail:oscar.mosquera@ufrpe.br;ORCID:<http://orcid.org/0000-0002-3647-8749> 9.

³ Mestra em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: crscastro@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7018-7762>.

⁴ Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX). Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE);E-mail:beca.allana@gmail.com;ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1186-6689>

⁵ Mestra em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).E-mail: angelita.teles@hotmail.com. ORCID: 0009-0008-4867-9151.

Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

O trabalho traz uma breve reflexão sobre o conceito da agricultura familiar e seu papel na integração do sistema social e econômico vigente. A importância deste trabalho se justifica toda vez que os/as agricultores/as familiares além de atuarem na preservação da natureza, desempenham um papel na promoção de aspectos sociais, identitários, culturais e econômicos na sociedade.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho acadêmico é resultado de pesquisa qualitativa, com a qual realizamos uma revisão de literatura, do tipo narrativa, acerca das obras que abordam o tema nas particularidades da reprodução da agricultura familiar no capitalismo.

Entendemos que este trabalho contribui para o debate acadêmico enquanto bases teóricas que serão usadas a partir desses achados consultados, sendo assim um objetivo de pesquisa provocador, toda vez que tende fundamentar futuras pesquisas vinculadas à agricultura familiar, nos tensionamentos entre o capitalismo e as resistências das formas de adaptação da agricultura familiar.

1.1 Rastos e modulações da agricultura familiar

Para Silva e de Jesus (2010), o universo agrário é extremamente complexo e diversificado, porque a agricultura e o agricultor/a familiar podem ser afetados por uma série de fatores, incluindo o clima, o solo, as políticas agrícolas, a reprodução social, as tradições locais, as questões culturais, os mercados, os modos de produção, o tamanho das famílias e a mão de obra disponível. Destarte, existem diferentes tipos de agricultores/as, cada um com suas próprias motivações, estratégias de sobrevivência e modos de produção.

A agricultura familiar tem uma caminhada histórica e é uma forma de organização social, política e agrícola que existe há tempos em muitos países. Para Altafin (2007, p.1), “agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas seu uso recente, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire novas significações”. Além disso, desempenha um papel importante na redução da pobreza, no fortalecimento dos territórios locais e na promoção da segurança alimentar, sendo um setor essencial para a economia global. Assim, Wanderley (1996) nos mostra que:

O conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. (WANDERLEY, 1996, p. 2).

Em um passado recente, no Brasil, a conceituação de agricultura familiar passou por constantes modificações. Atualmente, a definição de agricultura familiar também tem uma conotação política, pelo fato de ter se consolidado para a viabilização de políticas públicas de grupos menos abrangentes e, para tanto, esse conceito abrange vários segmentos, como: agricultores/as, pescadores/as, artesãos, quilombolas, povos indígenas, extrativistas, povos das florestas e outros. Observando sob outra perspectiva, essa redefinição da agricultura familiar opera como parte de uma governamentalidade que coloca em funcionamento toda uma operação de mando-controle para a produção de sujeitos (PINHEIRO, 2022).

E não poderíamos deixar de mencionar a importância da agricultura familiar na luta pela terra. Essa luta pode envolver esforços múltiplos para garantir os direitos das famílias rurais à terra, à água e aos recursos naturais necessários para a agricultura. Isso inclui a luta por títulos de propriedade, contratos justos e proteção contra despejos injustos.

Com isso, a experiência da agricultura familiar é uma existência marcada por constantes enfrentamentos pelo reconhecimento de modos de vida, o qual envolve conflitos pela terra e institucionais, muitas vezes, marcados pela violência física e simbólica, pois envolve interesses econômicos e políticos entre comunidades rurais, proprietários de terras, empresas e o Estado.

2 Metodologia

Como metodologia de pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa e, como método, adotamos a revisão de literatura, do tipo narrativa que é uma metodologia crítica de trabalhos acadêmicos relevantes em um campo específico, que visa contribuir para uma base de conhecimento. Para Minayo (2001, p. 22), “a pesquisa qualitativa auxilia a encontrar algumas respostas, toda vez que ela trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes”.

A metodologia escolhida nos auxiliou a entender o papel que a agricultura familiar, junto ao capital de exploração, desempenhou na sociedade capitalista, ou seja, a compreensão desse papel foi fundamental para ajudar a compreender o contexto, as questões, os desafios e as práticas relacionadas à agricultura familiar.

A partir de uma revisão de literatura, podemos fornecer uma base sólida para o desenvolvimento do trabalho mais aprofundado sobre agricultura familiar. Ela não apenas ajuda a identificar o que já se sabe, mas também, aponta tópicos para pesquisas futuras e fornece uma perspectiva ampla e informada sobre novos assuntos e questões. Para Lakatos (2003, p. 174), “o primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias)”.

Por conseguinte, empregamos palavras-chave, como "agricultura familiar, capitalismo e modos de produção capitalista" para realizar uma busca em bancos de dados como o catálogo online Pergamum do SIB/UFRPE, o Google Acadêmico e o SciELO, na intencionalidade de localizar pesquisas relevantes. Também utilizamos critérios de exclusão e inclusão e, dessa forma, estabelecemos a maneira de selecionar estudos qualitativos e com caráter de literatura científica que dialoguem sobre as palavras-chave mencionadas no início do parágrafo. Os textos pré-selecionados foram escolhidos conforme os temas relacionados ao estudo. E, em seguida, analisamos e interpretamos os trabalhos para identificar modelos e intenções na literatura.

Por fim, a revisão de literatura sobre agricultura familiar nos ofereceu uma base para compreender os seus diversos aspectos, destacando não apenas os desafios enfrentados, mas também as inovações, as práticas sustentáveis e o valor intrínseco que a agricultura familiar traz para a sociedade e para o meio ambiente.

Essa compreensão aprofundada é essencial para informar políticas públicas, práticas e abordagens que apoiam o desenvolvimento sustentável e a resiliência da agricultura familiar, diante do capital que frequentemente leva à reorganização das estruturas econômicas e sociais, como concentração de riqueza, formação de monopólios, globalização e desigualdade econômica. Essas mudanças podem ter um impacto significativo nas condições de vida das pessoas.

3 Limitações e desafios da agricultura familiar

O capital possui a capacidade de definir relações e recriar novas estratégias de dominação. É possuidor de várias facetas capazes de ressignificar, a partir das suas necessidades, os sujeitos participantes das trocas dos valores de uso ao redefinir não só as relações e criar estratégias para a dominação em vários contextos, mas, ao mesmo tempo, suas identidades, inclusive na agricultura familiar. Narbaes e Costa (2016) nos mostra algumas relações acerca do capital:

O capital redefine não só antigas relações, como tem total capacidade de estabelecer novas estratégias para dominar todas as formas de produção no campo e na cidade necessárias em prol à sua reprodução e acumulação. Hoje em dia, tanto na cidade como no campo, o capitalismo criou suas próprias e distintas maneiras de domínio com lógicas e dinâmicas diferentes (NARBAES; COSTA, 2016, p. 1).

Não obstante, é importante ressaltar que, apesar do poder do capital, existem formas de resistência, contra movimentos e iniciativas externas para a agricultura sustentável e o fortalecimento da agricultura familiar, a valorização de práticas tradicionais e o movimento agroecológico, por exemplo, representam esforços para contrabalançar o domínio excessivo do capital na agricultura. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para informar políticas públicas que possam equilibrar os interesses econômicos com questões sociais, ambientais e de justiça para a agricultura familiar. Destarte Pinheiro (2022) relata:

Como se pode notar, a construção conceitual em torno do que é o campesinato relata uma categoria fora dos padrões capitalistas, não integrada aos mercados e com uma economia de subsistência. A não integração aos mercados e à economia capitalista se configura em grande medida verificando que o camponês no Brasil sempre ocupou espaços deixados pela grande agricultura. Ou seja, podemos afirmar que a agricultura familiar brasileira sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade, marcado por lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade. (PINHEIRO, 2022, p. 26-27).

Para tanto, como nos lembra Altafin (2007), os que se mantêm em constante evolução, fincados em raízes históricas e na tradicional produção camponesa são justamente esses/as agricultores/as familiares, que, no momento em que produzem o seu próprio alimento, contribuem para a promoção do sistema alimentar e produtivo, valorizando a produção de alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos de forma sustentável e ecológica.

A importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural se verifica no fato de que ela pode atuar como meio para a redução da pobreza no país. Como

afirma Pires (2003, p. 61), “o reconhecimento da importância da agricultura familiar na alavancagem do desenvolvimento rural é o primeiro passo para reverter o quadro de pobreza instalado no nosso país”. O desenvolvimento da agricultura familiar estaria, assim, atrelado a uma densa rede de relações entre serviços e organizações públicas, iniciativas empresariais urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas, em que predominam os diálogos e as negociações de sentido e significado, acarretando a participação ampla de todos os segmentos.

Para autores, como Abramovay (2000) e Wanderley (2000), os agricultores familiares se norteiam por um pensamento econômico que procura a satisfação das necessidades de consumo do grupo familiar e a otimização dos fatores de produção. Porém, a agricultura familiar tem se mostrado com uma grande aptidão para adaptação às transformações da realidade social e econômica.

A rede de relações que envolvem a agricultura familiar exige que sejam trabalhadas estratégias mais abrangentes de fortalecimento, tanto no papel fundamental da produção de alimentos quanto na geração de empregos, ou seja, são importantes componentes que integram uma população de desenvolvimento local e sustentável (CROSBY apud NOVAES, 1999).

Altafin (2007), portanto, afirma que o cultivo da agricultura familiar é aquele no qual a família simultaneamente detém a posse dos meios de produção. E ao mesmo tempo, esse monopólio é caracterizado pela posse e controle direto dos meios de produção, como terra, mão de obra e ferramentas, pela família que trabalha na unidade produtiva. Os camponeses geralmente produzem uma variedade de culturas e alimentos, tanto para atender às suas necessidades de subsistência como para comercialização. Para Altafin (2007, p.3), “A especificidade do sistema de produção camponesa que combina propriedade ou posse dos meios de produção e a realização do trabalho estão na base da racionalidade da produção camponesa”.

Assim, o supracitado texto de Altafin aponta para uma discussão histórica sobre o lugar que ocupa o campesinato na vida social, econômica e política da nação, toda vez que, ao conformar a tríade família-produção-trabalho, a autora faz referência a um certo nível de autonomia e ao fortalecimento de grupos sociais (comunidades) que agem em função dela, o qual modula a incorporação ou não de demandas externas e a continuidade de práticas internas nos mais diversos casos.

A maneira de exemplo, podemos falar das questões ambientais, do entendimento que os sujeitos da agricultura familiar têm diante desses desafios e da aceitação ou não das pautas colocadas pela reiterada necessidade de mitigar os danos aos ecossistemas, os quais têm dado origem a novos mercados pautados pela produção orgânica, entre outros.

No entanto, a agricultura familiar também enfrenta desafios, como a saída dos jovens do meio rural, a pressão do mercado e as mudanças ambientais. Portanto, a promoção e o apoio à agricultura familiar são questões relevantes para garantir a sustentabilidade da produção de alimentos e a melhoria das condições de vida das comunidades rurais.

Pelo menos metade das propriedades definidas como de agricultura familiar se encontram em estado ainda precário, pois, segundo Borin (1997), as razões para esse quadro são a falta de uma política agrícola adequada, sem acesso ao crédito, ao auxílio familiar ou à assistência conveniente ao seu tipo de atividade. Diante disso, as comunidades se reinventam, resistem e provocam novos movimentos

Junqueira e Lima (2008) nos mostram que, nesse cenário, percebe-se que, ao longo dos anos, várias foram as transformações vivenciadas pelos agricultores familiares que, de alguma forma, fortalecem a capacidade do agricultor/a, uma vez que buscam promover a adaptação deste às exigências da sociedade. A resistência que mostra os/as agricultores/as familiares na perspectiva em desenvolver uma produção não capitalista, além possuírem uma característica de adaptação, socialmente importante e, em muitos casos, desempenham um papel crucial na garantia da diversidade agrícola e coesão comunitária. Isso desafia a ideia de que o capitalismo é o único modelo viável para a produção agrícola, além de ser uma concepção complexa e multifacetada. Para Schneider (2003):

A persistência das formas familiares e não-capitalistas de produção na agricultura é explicada não pela sua dependência a formas mais complexas de exploração, mas, ao contrário, pela incapacidade do próprio capitalismo em superar, pelo menos até o presente, os limites naturais impostos pela produção agrícola. (Mann, 1990, p. 33, apud SCHNEIDER, 2003, p.48).

Dessa forma, os agricultores familiares representam uma parte importante da diversidade agrícola global. A discussão sobre segurança alimentar tem tomado importantes ambientes nacionais e internacionais como um tópico emergente. Esse tema também está próximo aos problemas relativos às condições de produção de alimentos e, conseqüentemente, à agricultura.

A agricultura familiar, de fato, apresenta uma dimensão de produção que pode ser vista como uma alternativa ao capitalismo em alguns aspectos. O processo de produção agrícola, especialmente quando fundamentado em práticas agroecológicas, agroflorestais, orgânicas, entre outras abordagens sustentáveis, assim como a apropriação de ingeniosas tecnologias sociais para franquear as relações de poder na sociedade, frequentemente destacam características que contrastam com certos princípios do capitalismo. Schneider (2003) nos apresenta a chave para essa compreensão:

O caráter único da agricultura não está nem na sua estrutura social nem na dotação de fatores. Ao contrário, a agricultura confronta o capitalismo com um processo de produção natural, que não permite a sua transformação em um ramo da produção industrial. (SCHNEIDER, 2003, p.49).

A resistência da agricultura familiar ao desenvolvimento de habilidades que driblam o meio de produção capitalista é frequentemente uma resposta às pressões econômicas e ambientais do capitalismo, e os/as agricultores/as familiares demonstram uma notável capacidade de adaptação para continuar produzindo de forma sustentável e garantir seu sustento.

4 Considerações finais

Na agricultura familiar, a abordagem dialética serviu para analisarmos as contradições entre os métodos de produção tradicionais e as práticas, além do desejo de preservar a estrutura social e econômica dos/as agricultores/as rurais e a pressão para se adaptar às mudanças econômicas e políticas externas, próprias do capitalismo.

O predomínio da agricultura familiar nas estruturas agrárias de países onde o modo de produção capitalista mais se desenvolveu no período pós-guerra pode ser entendido por meio de várias considerações, como através da economia, que tende a ser mais diversificada, com maior ênfase, no setor industrial e de serviços. Embora existam desafios e pressões para a adoção de práticas mais capitalistas em muitos lugares, esses sistemas ainda desempenham um papel vital na produção de alimentos, na conservação ambiental e na manutenção dos modos de vida rural.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste/2007**. Disponível em: <https://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-alfafin---2007.pdf>. Acesso: 12 nov. 2023.

BORIN, Jair. A reforma agrária no governo FHC. In: BORIN, J. **A crise brasileira e o governo FHC**. São Paulo: Xamã, 1997. Coleção Fora de Ordem.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Seminário: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NARBAES, A.C.C; R.C., COSTA. Relação capital e trabalho na agricultura familiar. **XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. A CONSTRUÇÃO DO BRASIL: geografia, ação política e democracia**, 2016. ISBN 978-85-99907-07-8. Disponível em: https://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468004981_ARQUIVO_ENGOFICIAL2016.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

NOVAES, M. H. O desenvolvimento do turismo no espaço rural: considerações sobre o plano de Joinville-SC. In: ANSARAH, M. G. dos R. (Org.). **Turismo: segmentação de mercado**. São Paulo: Futura 1999.

PINHEIRO, F. R. **Dispositivos de governamentalidade na agricultura familiar: Inquietações sobre as identidades rurais / Filipe Ramos Pinheiro**. - 2022. 55 f. Orientador: Oscar Emerson Zúñiga Mosquera. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Ciências Sociais, Recife, 2023.

PIRES, M. L. L.S.. A (re) significação da extensão rural a partir da ótica da inclusão: a via cooperativa em debate. In: LIMA, Jorge. Roberto Tavares de (Org.). **Extensão rural desenvolvimento sustentável**. Recife: Bagaço, 2003. p. 61.

SILVA, José Ribeiro da; DE JESUS, Paulo. **Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil**. 2010. Disponível em: <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:162773020>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. **Estudos Rurais series**, 252 p. ISBN 978-85-386-0389-4. Available from doi: 10.7476/9788538603894. Also available in ePUB from: Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b7spy/epub/schneider-9788538603894.epub>. Acesso em: 12 nov. 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX encontro anual da ANPOCS. GT 17. **Processos sociais agrários**. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil**. Desenvolvimento e meio ambiente, Curitiba, PR, n. 2, p. 29-37, 2000.

ARTE E AGROECOLOGIA EM SUAS DIMENSÕES VIVENCIADAS E CONTEXTUALIZADAS NO TERRITÓRIO DE JUREMA EM ALAGOAS

Anderson Gomes dos Santos⁶

Luciano Pires de Andrade⁷

Horasa Maria Lima da Silva Andrade⁸

DOI: 10.29327/1348690.9-10

1 Introdução

A Arte em suas dimensões (criação, crítica, fruição, estesia, expressão e a reflexão) visa o contexto da construção do conhecimento a partir dos significados e sentidos das manifestações artísticas vivenciadas nos territórios. Tais dimensões relacionam-se com a agroecologia a partir dos múltiplos processos dentro dos aspectos religiosos, artísticos, políticos e econômicos, apontando caminhos a partir do pensamento, do sentir e das vivências artísticas (Bezerra et al. 2017).

Nessa perspectiva a valorização e o fortalecimento da agroecologia podem ter suas vivências dialogadas e produzidas a partir da arte, trazendo um olhar reflexivo sobre a importância da natureza, modos de preservação e a relação que cada pessoa tem nesse contexto. Esse processo de diálogo contínuo entre a agroecologia e a arte pode possibilitar transformações da realidade a partir das especificidades de cada território, respeitando principalmente os diversos olhares dos atores desses espaços e suas compreensões (Azevedo, 2015).

⁶Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: anderson.alencar@ufape.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1539-1775>.

⁷ Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFape) e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); E-mail: luciano.andrade@ufape.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5818-711X>.

⁸Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFape) e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: horasa.silva@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5366-6610>.

A proposta deste trabalho tem o objetivo de apresentar e dialogar sobre as produções artísticas no território de Jurema, Estrela de Alagoas- AL, a partir do teatro, poesia, cinema e música contextualizando o fortalecimento da agroecologia a partir das relações interdisciplinares dos instrumentos artísticos vivenciados no território. Jurema é um povoado pertencente ao município de Estrela de Alagoas no estado de Alagoas onde, atualmente nesse território, as atividades artísticas estão ligadas às ações da Associação Comunitária dos Produtores Rurais.

2 Referencial teórico

As dimensões da arte estão consolidadas dentro do contexto da criação, crítica, fruição, estesia, expressão e a reflexão (Trevisan, 2020), sendo assim, são possíveis que esses elementos fundamentais do contexto artístico sejam importantes instrumentos de fortalecimento da agroecologia, principalmente na busca ativa por ações que tenham significados e sentidos nos territórios com práticas agroecológicas, consolidando as perspectivas sobre território, agroecologia elas são multidisciplinares e multidimensionais (Stroparo, 2023).

Esse contexto acontece a partir dos processos de desconstrução e construção desses sentidos e significados:

Os processos de (des)construção dos sentidos resultam de um instrumental propositivo de regras e de inter-relações que se apresentam na aparência e na essência, os quais instigam a reflexão do que é dito e do contexto social em que ela acontece (Oliveira et al., 2023, p. 08).

Sendo assim, esse fator contribui na perspectiva das dimensões da arte e da relação com a agroecologia contribuindo no âmbito interdisciplinar/multidisciplinar, é possível que a partir desse olhar a valorização da agroecologia seja fortalecida artisticamente, proporcionando o diálogo entre a natureza e a cultura (Ingold, 2011). Magalhães (2017) aponta que:

[...] a agroecologia constitui um potencial crítico, principalmente se pensado pelo viés do gênero. Nesse mesmo sentido, romper com essa lógica patriarcal é duplamente importante: além das questões socioambientais, a questão da “não-equidade” de gênero também só poderá ser solucionada a partir de uma transformação radical no modo de produção (Magalhães, 2017, p. 12).

A produção artística a partir de contribuições agroecológicas e suas possíveis reflexões e intervenções podem apresentar a superação das opressões vivenciadas nos territórios além de apresentarem uma série de possibilidades trazendo a arte no

contexto rural como fator de resistência, assim como fazem os movimentos sociais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) contextualizam a agroecologia como um núcleo importante para suas lutas principalmente estratégia para o desenvolvimento de seus assentamentos (Borsatto, 2022).

A arte utilizada como instrumento de superação das opressões em territórios rurais e com práticas agroecológicas, sendo assim:

Nessa relação com a agroecologia, a arte pode ser um instrumento de resistência contra as opressões, sendo necessário compreender que é uma possibilidade de transformação. Utilizando elementos artísticos na luta, a arte torna-se um elemento fundamental e didático nesse processo revolucionário, a conexão da arte com a agroecologia contribui para fortalecer as narrativas sobre a sociedade que queremos e estamos construindo (Santos, et al. 2023, p. 49).

Essa perspectiva pode contribuir para uma proposta de fortalecimento, valorização e resistência das práticas agroecológicas contra o contexto do agronegócio que acaba sendo danoso para a natureza, é importante ressaltar que a arte apresenta-se como um agente reflexivo tomado de posições subjetivas e diversas que podem revolucionar e apresentar outras perspectivas transformadoras.

3 Metodologia

A metodologia consistiu em uma abordagem qualitativa contextualizada inicialmente pela pesquisa bibliográfica, em seguida do estudo de caso abordando e fazendo um levantamento das vivências artísticas da população residente no território de Jurema no estado de Alagoas relacionando com as perspectivas agroecológicas. O estudo de caso apresenta-se com uma proposta plural (Denscombe, 2003; Hilliard 1993; Stake, 2003; Yin, 2001), para consolidar os dados da pesquisa foi realizado o levantamento das produções artísticas no território, a partir dos registros da Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Jurema, participação e acompanhamento das ações de arte do território em diversas frentes (teatro, música e poesia).

Neste sentido, entende-se que trabalhar a partir da ideia de uma Arte Educação Agroecológica, oportuniza outros olhares e sentidos, então, mais abertos, atentos, perceptivos, contemplativos e sensíveis; além de outros modos de saberes que passam pelo corpo como um todo, não apenas como algo inteligível, mas também sensível (Guimarães et al. 2017, p, 03).

A abordagem qualitativa apresenta-se com uma proposta de investigação mais flexível contextualizando adaptações necessárias durante todo o “universo” pesquisado.

Pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.) em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (Pope; Mays, 2005, p.13).

No contexto da abordagem qualitativa encontra-se a pesquisa bibliográfica que aponta para caminhos e fontes para o aprofundamento do conhecimento e destaca uma série de possibilidades de pesquisa.

4 Resultados e discussão

O primeiro levantamento realizado no território apontou que ao longo de suas vivências a população da comunidade concentrou suas atividades artísticas em quatro perspectivas: teatro, música, poesia e cinema, sendo a maioria dessas atividades realizadas diretamente ou indiretamente pela Associação Comunitária dos produtores rurais de Jurema, essa instituição implantou na comunidade o projeto “Pé de Jurema Arte” que desenvolve uma série de atividades artísticas no território.

A arte pode ser um espaço de contribuição no processo de visibilidade para as práticas agroecológicas, contextualizando a resistência camponesa e principalmente o olhar para os alimentos saudáveis, esse novo olhar com a arte nos apresenta possibilidades mais sustentáveis. Ações que relacionam arte e agroecologia precisam ter como premissas caminhos que possam propor mudanças para vivências sustentáveis, saudáveis, solidárias e justas, utilizando a criatividade artística como instrumento (Santos, et al. 2023, p. 06).

Nesse sentido, evidenciando e destacando as produções locais e também grupos de outros territórios. Esse processo foi importante e resultou na realização da Feira do Produtor Rural, ampliando o intercâmbio entre as comunidades da região.

Quadro I – Vivência teatrais no território de Jurema

| Produção Artística | Proposta | Dimensão da Arte | Relação com a Agroecologia |
|------------------------|---|------------------|--|
| Auto de Natal | Proposta teatral para o Natal na comunidade. Atores/Atrizes jovens do território. | Criação | Consolidar ações de arte no espaço rural, processo de produção e reflexão no campo. |
| Auto da Compadecida | Proposta teatral para contextualizar a realidade do povo nordestino. | Criação | Consolidar ações de arte no território e relacionar as informações do texto teatral com a realidade do território. |
| O casamento | Proposta teatral no contexto da comédia. | Criação | Consolidar ações de arte no território como um processo contínuo abordando temáticas das vivências da população. |
| O Nascimento de Jesus | Proposta teatral para vivências artísticas com as crianças. | Criação | Consolidar ações de compreensões dos processos da agroecologia na infância. |
| A História de José | Proposta teatral voltado para o padroeiro da comunidade. | Criação | Consolidar ações de arte no território: fé e agricultura. |
| Queremos arte no campo | Proposta teatral para vivências artísticas com as juventudes. | Criação | Consolidar ações das juventudes participativas. |

Fonte: elaboração dos autores, 2023.

As produções teatrais do território estão dentro da dimensão artística no campo da criação que se refere ao fazer artístico, quando os sujeitos criam, produzem e constroem, ao relacionar com o contexto da agroecologia é possível compreender o quanto que a arte pode fortalecer e tornar real as transformações do território (Trevisan, 2020).

Quadro II – Vivências musicais no território de Jurema

| Produção Artística | Sinopse | Dimensão da Arte | Relação com a Agroecologia |
|--------------------|---|------------------|--|
| Banda Marx | Banda local de forró | Expressão | Consolidação de ações musicais para expressar sentimentos e emoções. |
| Antônio Damásio | Músico que usa o cavaquinho como instrumento principal. | Expressão | Consolidação de ações musicais a partir dos artistas do território. |
| Banda de Pífanos | Conjunto musical | Expressão | Consolidação de ações musicais na festa do agricultor. |

Fonte: elaboração dos autores, 2023.

A partir da musicalidade nos territórios quando relacionamos no contexto do fortalecimento e valorização da agroecologia dentro do campo da dimensão da arte (expressão), amplia e refere-se às possibilidades de exteriorizar e manifestar as criações subjetivas por meio de procedimentos artísticos, tanto em âmbito individual quanto coletivo. Segundo Torres e Kozel (2010) a musicalidade pode contribuir no contexto dos valores sociais e culturais:

A música de um lugar pode oferecer ao estudo geográfico elementos para a leitura do compartilhamento e da construção da memória e dos símbolos nele existentes (...). O estudo da música deve levar em consideração o lugar onde ela é produzida e tocada, com seus valores sociais e culturais. Pensar o lugar remete a pensar na localização, assim como nas paisagens que este comporta. (Torres; Kozel, 2010, p. 128).

Essa dimensão emerge da experiência artística com os elementos constitutivos de cada linguagem, dos seus vocabulários específicos e das suas materialidades (Trevisan, 2020).

Quadro III – Vivências poéticas no território de Jurema

| Produção Artística | Sinopse | Dimensão da Arte | Relação com a Agroecologia |
|----------------------|---------------------------|------------------|--|
| Poeta Maria Janailma | Poesia sobre o território | Reflexão | Um olhar poético sobre o território e suas dimensões agroecológicas. |

| | | | |
|--------------------------|-----------------------------------|----------|---|
| Estante Móvel/Biblioteca | Espaço para leitura com crianças. | Reflexão | Espaço para leitura, diálogo e criação literária. |
|--------------------------|-----------------------------------|----------|---|

Fonte: elaboração dos autores, 2023.

A poesia é importante no contexto rural, no caso específico do território de Jurema, a reflexão refere-se ao processo de construir argumentos e ponderações sobre as fruições, as experiências e os processos criativos, artísticos e culturais. A proposta desse processo poético é consolidar a poesia e apresentar a agroecologia de forma lúdica (Oliveira et al., 2023). É a atitude de perceber, analisar e interpretar as manifestações artísticas e culturais, seja como criador, seja como leitor (Trevisan, 2020).

Quadro IV – Vivências – Cinema no território de Jurema

| Produção Artística | Sinopse | Dimensão da Arte | Relação com a Agroecologia |
|---------------------------------|--|------------------|--|
| Projeto de cinema na comunidade | Sessões de cinema ao ar livre no território. | Crítica | Articula ação e pensamento propositivos, envolvendo aspectos estéticos, políticos, históricos, filosóficos, sociais, econômicos e culturais. |

Fonte: elaboração dos autores, 2023.

No contexto do cinema após as sessões de cinema a proposta é o diálogo, que impulsionam os sujeitos em direção a novas compreensões do espaço em que vivem, com base no estabelecimento de relações, por meio do estudo e da pesquisa, entre as diversas experiências e manifestações artísticas e culturais vividas e conhecidas (Trevisan, 2020).

5 Conclusões

A arte inserida no processo agroecológico pode ser um agente de resistência importante nos territórios trazendo outros olhares e perspectivas que podem ser vivenciadas por todos e todas que vivem nos territórios. O território de Jurema

apresenta algumas frentes nesse contexto, que podem ser ampliadas a partir das vivências artísticas, é importante destacar que o fortalecimento e valorização da agroecologia podem também contribuir para percepção de novas abordagens de arte.

6 Referências

AZEVEDO, Letícia Fátima. NETTO, Tatiane Almeida. Agroecologia: o “caminho” para o desenvolvimento rural sustentável no processo de extensão rural. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria**, v. 19, n. 3, set-dez. 2015, p. 639-645.

BEZERRA, Cristina Simões et al. (org.). **Residência agrária em debate: movimentos sociais e universidades públicas na construção de territórios camponeses no Brasil**. Rio de Janeiro: Bonecker, 2017. 356 p.

BORSATTO, Ricardo, S. Construindo Legitimidade? Agroecologia dentro e fora do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 17, n. 1, p. 40-43. 2022 ISSN: 1980-9735. DOI: <https://doi.org/10.33240/rba.v17i1.23541>.

DENSCOMBE, M. **The good research guide for smallscale social research projects**. 2nd ed. MaidenheadPhiladelphia: Open University Press, 2003.

GUIMARÃES, Glauber Cardoso. CHAVES, Caio; COSTA, Henrique Geovanine Macêdo. BARBOSA, Willer Araújo. Arte e Agroecologia em cena na Troca de Saberes. Cadernos de Agroecologia -ISSN 2236-7934 – **Anais do II SNEA** –Vol.12, N° 1, Jul. 2017.

HILLIARD, R. B. Single-case methodology in psychotherapy process and outcome research. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, 61 (3), 373-380, 1993.

INGOLD, Tim. Gente como a gente: o conceito de homem anatomicamente moderno. Ponto Urbe - **Revista do Núcleo de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 9, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1823#tocto1n1>. Acesso em: 03 nov. 2023.

OLIVEIRA, A. R. M. F. de .; GAMA, E. V. S.; COSTA, D. S. da . Agroecologia, arte, cultura e vida: reflexões sobre um projeto de extensão: Agroecology, art, culture and life: reflections on an extension project. **Revista Macambira**, [S. l.], v. 7, n. 1. 2023.

MAGALHÃES, Larousse Soares. **Mulher e agroecologia: germinando uma sociedade para além do patriarcado**. 2017. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Graduação em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/610>. Acesso em: 03 nov. 2021.

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005. 118 p.

SANTOS, Anderson Gomes dos; ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva. Arte e Agroecologia: aproximações teatrais no território camponês de Jurema (Estrela de Alagoas – AL). **Anais do Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial** (6: 2021: Recife, PE).

STAKE, R. E. . Case studies. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Orgs.), **Strategies of qualitative inquiry** (2nd ed). Thousand Oaks, California: Sage. 2003.

STROPARO, Telma Regina. Território, Agroecologia e Soberania Alimentar: Significações e repercussões sob a Égide Decolonial. **BOLETIM DE CONJUNTURA**. Ano V | Volume 13 | Nº 39 | Boa Vista | 2023.

TORRES, M. A.; KOZEL, S. **Paisagens sonoras**: possíveis caminhos aos estudos culturais em geografia. Ra'ega, Curitiba: UFPR, n. 20, p. 123-132, 2010.

TREVISAN, Rita. **Entendas as seis dimensões de conhecimento para o ensino de artes**: Estesia, expressão e reflexão são novidades da BNCC e não estavam nos PCNS. São Paulo: Nova Escola, 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** (2ª ed). Porto Alegre: Bookman, 2001.

INTERCULTURALIDADE SOCIOLINGUÍSTICA: REFLEXOS DA TRANSPOSIÇÃO
DO RIO SÃO FRANCISCO NA COMUNICAÇÃO ORAL EM TERRITÓRIOS
PENAFORTENSES

Ranieri de Carvalho Almeida⁹

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira¹⁰

O município de Penaforte-CE recebeu em 2007 máquinas e operários com o objetivo de executar o Projeto São Francisco (PISF), popular transposição. Antes foi realizado Estudo/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) a fim de viabilizar seu licenciamento. Nove territórios locais foram diretamente atingidos pelo projeto, que visa à garantia hídrica, inclusive, no período de estiagem. No início da obra sua população era em torno de 7.382 habitantes, sendo alterada com a vinda de centenas de pessoas em busca de emprego. Passou em 2021 para 9.207 habitantes, estando atualmente em 8.972. A chegada desses sujeitos, além de ocasionar um crescimento demográfico, provocou mudanças nos campos sociocultural, ambiental e econômico (Brasil, 2004; 2023). Quais relações interculturais de cunho sociolinguístico foram evidenciadas com o PISF? A realização deste estudo justificou-se por evidenciar aspectos comunicativos, às vezes despercebidos, visto sua imaterialidade, já que a oralidade é um artifício natural ao ser humano e nem sempre é analisada holisticamente. Essa experiência, além de enriquecer o repertório sociocultural dos indivíduos, evidencia situações/fenômenos linguísticos que podem favorecer o processo de ensino-aprendizagem em Língua Portuguesa. Este estudo objetivou evidenciar as relações sociolinguísticas decorrentes do PISF em Penaforte. Para seu alcance, adotou-se a pesquisa participante como metodologia qualitativa associada a revisões bibliográfico-documentais e diálogos empíricos/espontâneos com nove estudantes da Escola Simão Ângelo residentes nos territórios. Os dados foram tratados e compreendidos pela análise de conteúdo (Bardin, 2016). Sua realização

⁹Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável; Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); E-mail: ranieri.carvalho@discente.univasf.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4588-575X>.

¹⁰ Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); E-mail: lucia.oliveira@univasf.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0588-1797>.

ocorreu de 01 a 19/11/2023. Demonstrou-se que centenas de pessoas/famílias de diferentes regiões do Brasil e outros países, grupos étnico-sociais e níveis socioeconômicos, passaram a residir no município durante mais de uma década (2007-2020) ainda restando alguns que decidiram permanecer após a inauguração da obra. Trouxeram consigo suas identidades, culturas, memórias e ancestralidades, assim como dialetos próprios, correspondentes a variações linguísticas, que somados às da população local geraram uma espécie de “choque linguístico-cultural”, provocando ruídos/interferências na comunicação, sobretudo, oral, além de estereótipos, preconceitos de fala e uma notável incompreensão sobre o PISF, desde seu objetivo às ações que o compõe, desencadeando dúvidas e críticas que perduram atualmente. Havia entre os técnicos e operários da obra: cearenses, pernambucanos, baianos, paraibanos, alagoanos, outros estados e regiões brasileiras como Sul e Sudeste, e até estrangeiros (Soares, 2013; Bagno, 2015). Eram recorrentes variações linguísticas diatópicas, que caracterizam a oralidade/fala comum na sua região de origem, assim como variações diastráticas, pertencentes a determinados grupos como operários, motoristas e cozinheiros, assim como as variações diafásicas: a informal, utilizada pelos trabalhadores, geralmente, não escolarizados, e a formal, recorrente entre o pessoal técnico como gestores, analistas, engenheiros e jornalistas, que também empregavam em determinados momentos seu dialeto regional. Já a população penafortense, usualmente, emprega a variação geográfica própria do seu território e a formal/informal, conforme a situação (Mackenzie, 2020). Conclui-se que a permanência de interlocutores de outros territórios durante a obra fez emergir múltiplas linguagens, que apesar de representarem um fenômeno sociocultural, desencadeou um sentimento de inferioridade/superioridade linguística, exceto a aculturação dos falantes locais, que resistiram a sua influência constante. Sugere-se o aprofundamento desta pesquisa, explorando o preconceito sociolinguístico.

Palavras-chave: Linguística; oralidade; PISF; população; território.

A SECA E AS ÁGUAS DA TRANSPOSIÇÃO COMO TEMÁTICAS ARTÍSTICAS: SUA REPRESENTAÇÃO MUSICAL, CINEMATOGRAFICA E LITERÁRIA

Ranieri de Carvalho Almeida¹¹

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira¹²

Ricardo de Macedo Machado¹³

DOI: 10.29327/1348690.9-11

1 Introdução

A seca ou período de estiagem é definido pela ciência como um fenômeno climático, característico de regiões de clima semiárido, com elevada temperatura na maior parte do ano, baixa umidade do ar e precipitações chuvosas irregulares, a exemplo do Sertão brasileiro. Também pode ser considerado um fator de ordem política, senão, uma expressão da questão social que afeta milhares de pessoas, inclusive, do campo (Theodoro, 2007; Soares, 2013).

Com o objetivo de “combater os males da seca”, a partir da garantia de recursos hídricos ao longo do ano, governos em diferentes momentos históricos buscaram estratégias como construção de açudes, poços, barragens, cacimbas, cisternas e mais recentemente a transposição entre bacias hidrográficas, a exemplo do Rio São Francisco (Castro, 2011; Soares, 2013).

A ideia da transposição, tecnicamente chamada de Projeto São Francisco (PISF), surgiu a mais de dois séculos, quando Dom Pedro II vendo a dificuldade hídrica do Nordeste, autorizou estudos para transpor suas águas, o que não ocorreu devido à falta de recursos. Só em 2020, após 13 anos de execução, tornou-se realidade. Porém, a água ainda não é acessível a todos (Castro, 2011; Brasil, 2020).

¹¹Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável; Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); E-mail: ranieri.carvalho@discente.univasf.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4588-575X>.

¹² Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); E-mail: lucia.oliveira@univasf.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0588-1797>.

¹³ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF-SERTÃO) e EEMTI Simão. e-MAIL: ricardo.machado@prof.ce.gov.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8811-3744>.

A realização deste estudo justifica-se por demonstrar que a questão social da seca e suas consequências, inclusive, para a população carente, continuam vivas, constituindo pano de fundo para movimentos, mídias e artes. Daí pergunta-se: quais artistas e obras evidenciam a seca e as águas como temáticas norteadoras? Seu objetivo é identificar manifestações musicais, cinematográficas e literárias que abordam a seca e as águas como temas sociais. Para seu alcance, optou-se pela pesquisa bibliográfico-documental de natureza básica e abordagem qualitativa.

2 Referencial Teórico

2.1 A seca no Sertão Nordeste

O Semiárido brasileiro é formado por 11 estados, entre eles, Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Uma característica marcante desses territórios é o fenômeno da seca, cientificamente chamado de estiagem, que durante aproximadamente 8 meses do ano, provoca altas temperaturas (31° a 41°C), baixa umidade do ar (>50%) e irregularidade chuvosa (700 mm/ano), afetando sobretudo as populações do campo, que dependem da agricultura (Brasil, 2022; Soares, 2013).

A seca também pode ser considerada um fenômeno político-social, por também ser problematizada pelos sujeitos em seus territórios, intensificando seus efeitos sobre a população ou mesmo mitigando-os, caso haja o desejo de reduzir seus danos, por intermédio de ações governamentais como a construção de reservatórios d'água, a exemplo de açudes, barragens e a transposição entre bacias hidrográficas. Mas a indústria da seca ainda reina no Sertão, aliciando o sufrágio, sufocando o cidadão (Theodoro, 2007; Soares, 2013).

2.2 O Projeto de Integração do São Francisco (PISF)

A transposição do Rio São Francisco ou PISF é uma obra hídrica governamental, planejada inicialmente durante o período imperial brasileiro, há mais de 200 anos, tendo como objetivo precípua a garantia de recursos hídricos de forma permanente para o Semiárido nordestino, considerado a sub-região que mais sofre com o fenômeno da seca (Castro, 2011; Soares, 2013).

A ideia de transpor as águas do Velho Chico surgiu em 1840, durante o governo de Dom Pedro II, que a viu como a solução para combater os efeitos da seca no Sertão nordestino. Porém, a obra não foi sequer iniciada, permanecendo no papel até 2007, onde o presidente Luís Inácio deu início a sua execução, sendo inaugurado o eixo Norte em 2020 (Soares, 2013; Brasil, 2020). A água, contudo, ainda não chegou a todo sertanejo, perdurando assim os efeitos da seca.

Apesar do PISF ser um projeto sob a responsabilidade do governo federal, possui elevado custo operacional, que encarece seu funcionamento, fazendo com que o poder público “cobre” pelo acesso à água, tanto dos órgãos interessados quanto do cidadão comum, de modo que só possa ser captada, caso possua uma outorga (autorização), um mecanismo burocrático e oneroso (Brasil, 2000; 2020).

2.3 Expressões artísticas engajadas

A arte se manifesta na sociedade de diferentes formas, inclusive, engajada a questões sociais, divertindo e denunciando situações que venham a atingir a dignidade humana. A música, por exemplo, é uma expressão artística, que varia quanto às características e interpretações. Engloba composição, notas, arranjos, intensidade, voz, instrumentalidade, silêncio e outras características (SABRA, 2020).

As artes visuais traduzem uma categoria artística que apresenta diferentes expressões visuais, sendo a visão, as cores e formas seus principais elementos de apreciação. São exemplos o cinema, a pintura, a novela e a fotografia. Já a arte literária expressa o pensamento e as emoções através de obras literárias como romances, poemas, contos e crônicas. Todas essas modalidades artísticas abrangem diferentes temas, inclusive, de ordem social (SABRA, 2020).

3 Metodologia

3.1 Método e período da pesquisa

Este trabalho possui abordagem qualitativa, natureza básica e objetivo exploratório, adotando como procedimento metodológico a revisão bibliográfico-documental narrativa. Seu período de realização foi de 04 de outubro a 21 de novembro de 2023. Buscou-se levantar dados em fontes bibliográficas e

documentais de domínio público relacionadas ao objeto de estudo nos repositórios Google Scholar e ResearchGate, e portais do Brasil.Gov e YouTube.com.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 183), “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Este estudo busca aprofundar um tema com base em pesquisas anteriores, apresentando novos resultados e discussões úteis à academia e sociedade em geral.

3.2 Descritores e fontes da pesquisa

Para a coleta das fontes bibliográficas como artigos, livros e e-books, e documentais como projeto, relatório, estudo técnico, além de músicas, filmes/curta-metragem e obras literárias, foram empregados descritores de busca relacionados ao objeto da pesquisa: I. Seca; II. Projeto São Francisco, III. Expressões artísticas e IV. Arte engajada.

Foram localizadas 21 fontes bibliográficas-documentais, que passaram por critérios de inclusão/exclusão como a relação com o tema da pesquisa e temporalidade não superior a 20 anos, exceto obras clássicas e legislação vigente, sendo selecionadas 15. Foram analisadas, buscando-se dados pertinentes.

3.3 Análise e tratamento dos dados

No tratamento dos dados coletados nas fontes foram adotados princípios da análise de conteúdo como a revisão/exploração dos materiais coletados e a definição das categorias temáticas: seca, águas, música, cinema e literatura, visando à apuração das informações. Segundo Bardin (2016), esse método compreende um conjunto de técnicas para a análise aprofundada de dados qualitativos, objetivando sua compreensão.

4 Resultados e Discussão

4.1 A seca e as águas na música

O Brasil, apesar de ser uma nação com dimensões continentais e que possui 12% da água doce existente na Terra, sofre com a má distribuição desse recurso natural, associada ao fenômeno da seca, assim como enchentes e alagamentos nos períodos chuvosos, principalmente, nas grandes cidades. Vários artistas cantam essas problemáticas, a exemplo de Luiz Gonzaga, Gordurinha, Alceu Valença, Raimundo Fagner, Elba Ramalho, Alcymar Monteiro, Dominginhos, Flávio José e Flávio Leandro (Cultura.PE, 2014).

Entre as músicas que retratam a seca, destacam-se a “Asa Branca”, considerada o hino do Nordeste; “Súplica Cearense”, um hino comovente da seca; a “Seca”, que retrata o sofrimento sertanejo; “Vozes da Seca”, a questão política; “Nordeste Independente”, que defende a liberdade da região; “Seca Nordestina”, destacando a mudança na caatinga provocada pela seca; “Transposição” e “Deixa o Rio Desaguar”, abordando a transposição do Rio São Francisco; “Indústria da Seca” e “Chuva de Honestidade”, o canal do Sertão e coronelismo (Forró em Vinil, 2023).

4.2 A seca e as águas no cinema

O fenômeno da seca, assim como as ações para mitigação dos seus efeitos, também é expresso nas artes visuais, a exemplo do cinema. Vários são os filmes que abordam o Nordeste, seus aspectos sociais, culturais, ambientais e econômicos, tendo como temática central a seca, que pode ser vista em duas vertentes: o retrato de um povo sofrido e um território abandonado. Entre os cineastas clássicos que retrataram essa questão social, destacam-se Nelson Pereira, Linduarte Noronha, Glauber Rocha, Ruy Guerra e Walter Salles (Xavier, 2004; Jerônimo; Pantoja, 2022).

Há filmes e curtas nacionais que contemplam a seca e as águas como “Vidas Secas” e “Bacurau”, que narram a pobreza e opressão; “Auto da Compadecida”, mescla a seca e o cangaço; “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, e “Aruanda”, retratam a exploração do sertanejo e quilombo; “Viajo Porque Preciso, Volto Porque Te Amo”, e “Central do Brasil”, a migração e êxodo rural; “Os Fuzis”, a fome e o feminismo; “Narradores de Javé”, “De Profundis” e “Cidade Nova”, construção de barragens e açudes; “Acqua Movie”, “Boa Sorte Meu Amor” e “Transposição: água de Satã”, ocupação de terras indígenas e o PISF (Jerônimo; Pantoja, 2022; Cavani, 2016).

4.3 A seca e as águas na literatura

A literatura brasileira, especialmente, a regionalista ou geração de 1930, trouxe como temática norteadora das suas obras em prosa e poesia a questão da seca e seus males sobre o povo sertanejo e o território, algo que reverbera há décadas. Entre os autores e obras deste período literário, destacaram-se Graciliano Ramos com “Vidas Secas”; Rachel de Queiroz com “O Quinze”; João Cabral de Melo Neto com “Morte e Vida Severina”; Euclides da Cunha com “Os Sertões”; José Lins do Rego com “Menino de Engenho”; Ariano Suassuna com o “Auto da Compadecida” e outros literatos nordestinos (Scoville, 2011).

Autores contemporâneos abordam a seca e as águas como Cristina Porto “Nos Caminhos do São Francisco”, tratando da realidade de ribeirinhos; Auguste de Saint em “Viagens às Nascentes do Rio São Francisco”, uma prosa curiosa e recheada de informações; e João Alves “Toda a Verdade sobre a Transposição [...]”, denunciando o que está por trás dela. Há outras obras que narram a fome, miséria, morte, preconceito, exploração, sofrimento, subserviência atrelados à questão hídrica. Os males da seca são sentidos e relatados pelos escritores diante de interesses políticos, que movem a chamada “indústria da seca”, onde o voto é moeda de troca (Scoville, 2011; Theodoro, 2007; Google, 2023).

5. Conclusões

Constatou-se, a partir deste trabalho, que a seca e as águas são temáticas evidenciadas não só pela ciência e os meios de comunicação, mais por diferentes expressões artísticas como a música, cinema e literatura, e não com um tom romântico, mas de denúncia social, adotando-se uma postura crítica, engajada, que favorece a luta por políticas hídricas que mitiguem os efeitos devastadores da seca como a transposição do Rio São Francisco, a qual, ainda não alcançou seu objetivo primordial: “garantir o acesso à água a todos os sertanejos”.

A pesquisa trouxe discussões que evidenciam o papel da arte no tocante às lutas sociais, não sendo a mesma refém do sistema, mas uma forte aliada da sociedade no que tange ao movimento pela mitigação dos efeitos da seca e o acesso universal à água, algo que ainda está aquém das reais necessidades da população, especialmente, do Semiárido. Com isso, a seca continua sendo

evidenciada como uma questão social ainda não superada pelo poder público. Sugere-se a continuidade deste estudo, tratando a seca e as águas da transposição como temas norteadores de outras modalidades artísticas.

6. Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto. Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Semiárido Brasileiro. Bases de dados e tabelas. 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Integração Regional. Projeto Transposição de Águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional. **Relatório R32 – Relatório Síntese de Viabilidade Técnico - Econômica e Ambiental**. 330 p. São Paulo: ENGEORPS/HARZA, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF). **Notícias**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CAVANI, J. Filmes que criticam a transposição do Rio São Francisco. **Correio Braziliense**. 2016. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/cinema/2016/01/04/noticias-cinema,175717/filmes-criticam-sobre-a-transposicao-do-rio-sao-francisco.shtml>. Acesso em: 18 nov. 2013.

CULTURA.PE. **Caderno especial notícias Gonzaga 100 anos**. 2014. Disponível em: https://issuu.com/cultura.pe/docs/caderno_especial_noticias_gonzaga_. Acesso em: 20 nov. 2023

FORRÓ EM VINIL. **Plataforma virtual do Forró**. 2023. Disponível em: <http://www.forroemvinil.com/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

GERÔNIMO, A.; PANTOJA, A. S. Imagens da seca no cinema e a elaboração de uma memória de violência. MARGENS - Revista Interdisciplinar. In. **Dossiê: Estudos de Resistência frente à catástrofe e ao Estado de Exceção**. p. 43-64. v. 16, n. 27, Dez. 2022.

GOOGLE. **Livros sobre a transposição do Rio São Francisco**. Imagens. 2023. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=livros+sobre+a+transposi%C3%A7%C3%A3o+do+rio+s%C3%A3o+francisco&sca>. Acesso em: 19 nov. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SCOVILLE, André Luiz Martins Lopez de. **Literatura das Secas**: Ficção e História. Curitiba: UFP, 2011.

SOARES, E. **Seca no Nordeste e a transposição do Rio São Francisco**. UESP. Belo Horizonte. 01 de julho-31 de dezembro de 2013. Revista Geografias. v. 9, n. 2, 2013.

SOCIEDADE ARTÍSTICA BRASILEIRA (SABRA). Manifestações artísticas. **Blog**. 2020. Disponível em: <https://www.sabra.org.br/site/manifestacoes-artisticas/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

THEODORO, M. **Entrevista com Celso Furtado**. Brasília, 2007.

XAVIER, I. **O cinema brasileiro moderno**. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PARA ALÉM DA NATUREZA PURAMENTE AMBIENTAL E FÍSICA: É POSSÍVEL PENSAR EM JUSTIÇA CLIMÁTICA SEM JUSTIÇA RACIAL?

Danilo Santos da Silva¹⁴

Wagner Lins Lira¹⁵

DOI: 10.29327/1348690.9-4

1 Introdução

Esse trabalho é fruto das discussões realizadas na Disciplina: Mudanças Climáticas oferecida pelo Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT/UFRPE), sobre o tema da Justiça Climática a partir do enquadramento do aquecimento global como uma questão ética e geopolítica, que vai para além da natureza puramente ambiental ou física do problema.

Nesta perspectiva, o entendimento é que os países e regiões com maior “desenvolvimento” causam maior impacto nas emissões de gases de efeito estufa, ao passo que são os países mais ricos que possuem as populações menos vulneráveis aos danos do aquecimento global. Estimativas mostram que - nos últimos 25 anos - 1% dos mais ricos da população global, causa o dobro de emissões de carbono dos 50% mais pobres.

De outro modo, podemos afirmar que quem está pagando pelos altos custos do aquecimento global não são aqueles que contribuíram e contribuem para a devastação do meio ambiente. Os grupos mais afetados, são os grupos sociais com peculiaridades étnico-raciais presentes nos centros urbanos (periferias e favelas), no campo e na floresta, em condições de vulnerabilidade, especialmente, em se tratando dos impactos das mudanças climáticas. Aqui entramos no problema que

¹⁴Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Mestre em História na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: danilonegrovida@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1601-2715>.

¹⁵ Doutor em Antropologia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: wagneip79@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5174-980X>.

orienta a discussão que queremos desenvolver nesse texto, posto que lançamos a seguinte questão: será possível pensar em justiça climática e ambiental sem justiça racial?

Dessa forma, pretendemos tratar dessa questão, a partir da experiência da população negra brasileira na cidade, no campo e na floresta. Para tanto, antes é preciso analisarmos algumas categorias analíticas que possibilitam-nos compreender o enquadramento do aquecimento global enquanto uma questão ética e política.

2 Referencial teórico

De acordo com Costa (2011), os recursos do mundo estão divididos entre aqueles que possuem acesso aos bens naturais globais e aqueles constantemente ameaçados por desastres ambientais, cuja sobrevivência depende do meio natural em que estão inseridos.

Parajuli (2006) classifica esses dois grupos como 'biosféricos', que utilizam os recursos naturais do globo terrestre, e 'etnicidades ecológicas', que dependem do meio natural para sua subsistência.

Matheus (2021) destaca que ambos os conceitos evidenciam o caráter ético e político das transformações ambientais, contribuindo para uma análise do papel do racismo ambiental dentro do contexto das mudanças climáticas. Silvia (2012) complementa afirmando que o racismo ambiental está relacionado às históricas violências sociais e ambientais ligadas ao tema racial, buscando compreender as situações de degradação ambiental enfrentadas por etnias e grupos raciais.

Matheus (2021) reforça que o racismo ambiental se manifesta em ações relacionadas ao meio ambiente que afetam um grande contingente de pessoas a nível global, incluindo o Brasil e outros países colonizados. Fuentes (2021) ressalta que o racismo ambiental é uma forma de desigualdade ambiental e injustiça que afeta determinadas etnias, grupos sociais e populações tradicionais, perpetuando relações de poder que inferiorizam aqueles mais vulneráveis às mudanças climáticas.

Ernane (2023) destaca a ocorrência do racismo ambiental no Brasil através da observação do descarte do lixo, acesso à água e segurança alimentar,

especialmente em regiões periféricas habitadas predominantemente por pessoas negras.

Mbembe (2018) argumenta que ao não enfrentarmos e combatermos o racismo ambiental, estamos contribuindo para a necropolítica e para a distribuição desigual das oportunidades de viver e morrer na sociedade ocidental contemporânea. Silva e Gomes (2021) enfatizam que as injustiças ambientais devem ser consideradas como uma das tecnologias de promoção de morte e extermínio físico e simbólico das "comunidades indesejáveis".

Santos (2023) observa que há uma persistente "insegurança ambiental" nos territórios urbanos, rurais e florestais onde a maioria da população negra reside, que é afetada por expropriação, poluição hídrica e atmosférica, eventos climáticos extremos, precariedade estrutural nas moradias em áreas de risco, despejo inadequado de resíduos, além da extração de minérios e outros bens naturais não renováveis

3 Metodologia

O texto foi construído com base no levantamento e na análise bibliográfica inicial de um total de seis livros, quatro dissertações, duas teses, doze artigos e vinte matérias de sites e jornais encontrados a partir da plataforma de busca do Google. A referida plataforma possibilitou ter acesso ao material que trata de forma direta e indireta o tema abordado neste texto, viabilizando a construção de um panorama interdisciplinar da discussão de justiça climática, através das ciências jurídicas, sociais e humanas.

Para isso, foram estabelecidos critérios como a relevância temática e atualidade das publicações, visando buscar materiais relevantes, utilizando palavras-chave específicas como "justiça climática", "justiça racial", "crise climática", "desastres ambientais", "descarbonização do planeta", "racismo ambiental", "territórios étnicos", "comunidades tradicionais", "povos da floresta", "demarcação de terras".

Esse corpus bibliográfico foi organizado com base no tempo cronológico relativo aos anos de 2005 a 2023, por representar o período com maior quantidade de matérias, publicações científicas e artigos relacionados à temática abordada, indicados pela plataforma durante o decorrer da pesquisa. A partir deste caminho,

foi abordada a questão da justiça climática por meio de temáticas como racismo ambiental, necropolítica, aquecimento global, etnicidades ecológicas, territorialidades negras, comunidades quilombolas, entre outras.

Para tanto, o ponto de partida da pesquisa são as discussões em torno da crise climática, das seguintes premissas: não existir justiça climática sem justiça racial e a demarcação de terras quilombolas representa, acima de tudo, a drástica redução dos impactos ambientais, além do fato de reafirmar que existem povos da floresta negros.

O levantamento bibliográfico do material selecionado foi organizado e analisado com base em dois conjuntos bibliográficos: população negra urbana e população negra do campo e da floresta (populações quilombolas), com o objetivo de apresentar as consequências das mudanças climáticas para a população negra na cidade, no campo e na floresta, à luz do referencial aqui mencionado.

4 Resultados e Discussão

De acordo com Franzoni et al (2020), os impactos ambientais nas cidades são produzidos socialmente e não são apenas resultado de eventos climáticos. A distribuição desses impactos acontece de forma desigual, com destaque para a restrição de uso de áreas de alta vulnerabilidade ambiental, que afeta principalmente as favelas. Sato (2019) e Lima (2021) apontam que essa desigualdade afeta principalmente a população negra, de baixa renda e que vive em regiões periféricas, especialmente mães solteiras, que são chefes de família. Esses grupos são forçados a ocupar territórios mais vulneráveis, expostos a desastres ambientais, e a viver próximos a indústrias poluentes e depósitos de resíduos perigosos.

Leite (2023) destaca que a localização de lixões e grandes descartes em territórios de ocupação negra resulta em danos que afetam principalmente essa população. Fuentes (2021) ressalta o acesso desigual aos serviços básicos de saneamento e infraestrutura pela população negra, demonstrando a desigualdade no acesso aos bens naturais. Wegner et al (2020) apontam que a eugenia e o higienismo social perpetuam efeitos prejudiciais às populações negras, levando a sua exclusão de territórios e serviços essenciais. Júnior e Ramos (2008) destacam que essa exclusão ocorre em nome do suposto desenvolvimento urbano.

De acordo com Serra (2023), a população negra que reside nos campos e na floresta exerce atividades econômicas como agricultura familiar, artesanato, pesca e extrativismo. No entanto, essas populações enfrentam dificuldades devido às mudanças climáticas, devido à falta de recursos financeiros, tecnológicos, acesso à terra e aos territórios no campo e na floresta, como destacado por Silva e Gomes (2021).

Belchior et al (2021) chamam a atenção para a existência da população negra na Amazônia, ressaltando a necessidade de torná-la visível. A Coalizão Negra por Direitos (2023) destaca que as comunidades negras dos campos e da floresta enfrentam degradação ambiental devido a um modelo predatório de desenvolvimento adotado pelo Estado. Vasconcelos (2020) observa a diminuição dos bens naturais que historicamente mantiveram as comunidades quilombolas nos campos e na floresta. Serra (2023) destaca que o aumento da temperatura interfere nas atividades agrícolas e na disponibilidade de água, causando danos nas principais culturas agrícolas dos territórios quilombolas (milho, feijão, mandioca, entre outros), afetando a fonte de renda e de alimentação cotidiana.

Matos (2021) destaca os impactos do desmatamento, da mineração e da energia eólica nas comunidades quilombolas. Aguiar (2022) ressaltam as queimadas que afetam os territórios étnicos há muito tempo. Herculano e Pacheco (2018) mencionam a migração de pessoas quilombolas para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida devido aos problemas ambientais. Balieiro et al (2023) apontam a importância das comunidades quilombolas no debate sobre a "descarbonização do planeta". Eles enfatizam que a regularização dos territórios étnicos, especialmente das comunidades quilombolas, é fundamental para a redução do desmatamento.

Segundo a Coalizão Negra por Direitos (2023), é de extrema importância regularizar os territórios étnicos, como os das comunidades quilombolas, visto que a diminuição do aquecimento do planeta depende da eliminação do desmatamento. No entanto, de acordo com Terra de Direitos (2023), caso o ritmo atual de regularização fundiária dos territórios quilombolas continue, levará no mínimo 2188 anos para titular integralmente os 1802 processos de regularização iniciados pelo INCRA. Segundo a Coalizão Negra por Direitos (2023), é de extrema importância regularizar os territórios étnicos, como os das comunidades quilombolas, visto que a diminuição do aquecimento do planeta depende da eliminação do desmatamento.

Por estes e outros fatores, é importante destacar, como a população negra tem sofrido com as consequências das mudanças climáticas no campo e na floresta, defendendo a terra, os territórios e as territorialidades negras como espaços de vida ambiental e humana e, ao mesmo tempo, lutando contra o racismo ambiental, chamando atenção para questão ética e política que envolve as discussões das mudanças climáticas.

5 Conclusões

Em conclusão, a população negra tem contribuído para o debate sobre o aquecimento global, destacando as questões éticas e políticas relacionadas às mudanças climáticas no Brasil. Os territórios de maioria negra enfrentam insegurança ambiental devido à expropriação, poluição, eventos climáticos extremos e falta de acesso a serviços de saneamento básico. A falta de políticas públicas específicas agrava esses problemas, resultando em um ciclo interminável de tragédias.

A população negra busca melhores condições de vida nos centros urbanos, contribuindo para a favelização e vivendo em áreas de risco. No entanto, a população negra também tem a capacidade de ajudar a amenizar as consequências das mudanças climáticas, especialmente através do conhecimento tradicional quilombola e da demarcação de terras. É essencial que a questão ética e política envolvendo as mudanças climáticas se torne uma pauta dos movimentos ambientalistas, garantindo a participação da população negra nas decisões sobre questões climáticas e ambientais e promovendo a justiça climática no Brasil.

6 Referências

AGUIAR, Joci. Quem precisa de justiça climática no Brasil? **Observatório do Clima, Global Witness**, 2022.

BALIEIRO, et al. **Comunidades quilombolas do Maciço da Pedra Branca preservam o solo da maior floresta urbana do planeta e incrementam seus estoques de carbono do solo**. Embrapa Solos, Brasília, 2023.

BELCHIOR, Douglas; BELMONT, Mariana; PENHA, Kátia. Existe vida negra na Amazônia e elas também importam. **NEXO JORNAL**, setembro de 2021. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/Existem-vidas-negras-na-Amaz%C3%B4nia-e-elas-tamb%C3%A9m-importam>: Acesso em: 02 jul. 2023.

CAVALCANTI, Edneida Rabêlo. **Vulnerabilidade de comunidades rurais diante da variabilidade climática no semiárido pernambucano**: perspectiva de governança adaptativa dos recursos hídricos. 2015. 305f., il., gráfs, tabs. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2015.

CARMO, Beatriz. A pobreza Brasileira tem cor e é preta. **NEXO JORNAL**, novembro de 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/A-pobreza-brasileira-tem-cor-e-%C3%A9-preta>: Acesso em: 06 jul. 2023.

COALIZAÇÃO NEGRA POR DIREITOS. Para controle do aquecimento do planeta, desmatamento zero! **COP26**, 2023.

COSTA, Lara Moutinho da. **Territorialidade e racismo ambiental**: elementos para se pensar a educação ambiental crítica em unidades de conservação. Pesquisa em Educação Ambiental, vol. 6, n. 1 pp. 101-122, 2011.

ERNANE, Karina. **Racismo ambiental e suas implicações para a população negra**: estudo mostra percepção de jovens negros sobre as mudanças climáticas. Fundação Roberto Marinho, 2022. Disponível em: <https://www.frm.org.br/conteudo/mobilizacao-social/noticia/racismo-ambiental-e-suas-implicacoes-para-populacao-negra>. Acesso em: 01 jul. 2023.

FUENTES, Patrick. Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas. **Jornal da USP**, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

FRANZONI, J.; XIMENES, L.; RIBEIRO, B.; SOUZA, L. Cartografias jurídicas: debatendo o mapeamento jurídico-espacial de conflitos fundiários urbanos no Rio de Janeiro. In: MOREIRA, F.; ROLNIK, R.; SANTORO, P. (Orgs.). Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares. **Observatório de remoções**: relatório bianual 2019-2020. São Paulo: FAU USP, 2020. p. 83-113.

HERCULANO, Salete; PACHECO, Tania. **Racismo Ambiental**: I Seminário Brasileiro contra o racismo ambiental. Editora S.N., 2018.

JÚNIOR, Henrique Cunha; RAMOS, Maria Estela Rocha. Territórios de maioria afrodescendente: segregação urbana, cultura e produção da pobreza da população negra nas cidades brasileiras. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, nº 2, dez, 2008.

LEITE, Clauber. **Justiça climática e infraestruturas urbanas**: reflexões e propostas para a cidade que queremos. São Paulo: Instituto Pólis, 2023.

LIMA, Letícia Maria R. T. **Mulheres e (In)Justiça Climática no Antropoceno**. Lumen Juris, 2021.

MANFRINATE, R.; SATO, M.; SERANTES, A. **Entrelaçamentos entre justiça climática e educação ambiental: diálogos com mulheres de comunidades tradicionais do Mato Grosso e Galícia**. Pesquisa em Educação Ambiental, v. 14, n. 2, p. 171-191, 2019.

MATHEUS, Tatiane. **Entenda o Racismo ambiental e seu impacto na vida das pessoas**. ClimaInfo, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

MATOS, Lennon Oliveira. Os impactos da mineração nas comunidades do território quilombola Lagoas, no Piauí. **Jornal da USP**, 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PARAJULI, P. Retornando ao lar Terra: etnicidades ecológicas e diversidades bioculturais na idade da ecologia. In: HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Org.). Racismo Ambiental. **I Seminário Brasileiro sobre Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: FASE, 2006. p. 100-118.

SANTOS, Thais. **COP26**: ativista diz que mudanças climáticas afetam mais pessoas negras. NÓS, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-11/crise-climatica-apr-ofunda-desigualdades-avaliam-ativistas-negros>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SERRA, João. Mudanças climáticas: como esse problema tem afetado as populações quilombolas. **Tapajós de Fato**, 2023. Disponível em: <https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/1049/mudancas-climaticas-como-esse-problema-tem-afetado-as-populacoes-quilombolas>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SILVA, Pedro Henrique Moreira; GOMES, Magno Federici. A bio-necropolítica das injustiças ambientais no Brasil. In: **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto-SP, a. XXVI, v. 30, n. 1, p. 68-92, jan/abr 2021. ISSN 2318-8650.

SILVA, Lays Helena Paes e Silva. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. **e-cadernos CES**, 2012.

STOCKHOLM ENVIRONMENT INSTITUTE. Confrontando a desigualdade de carbono: colocando a justiça climática no centro da recuperação da COVID-19. **Oxfam International and the Institute for European Environmental Policy**, novembro 2021.

TERRA DE DIREITOS. Morosidade, orçamento insuficiente e frágil política fundiária marcam o lento avanço do Estado brasileiro em assegurar o direito aos territórios tradicionais. **Matéria**, 2023. Disponível em: <https://www.terradedireitos.org.br/noticias/noticias/no-atual-ritmo-brasil-levara-2188->

anos-para-titular-todos-os-territorios-quilombolas-com-processos-no-incra/23871.
Acesso em: 28 jun. 2023.

UNEA FRO BRASIL. Movimento Negro embarca para a COP26 e defende a titulação de terras quilombolas como estratégia para o desmatamento zero. **Núcleo Ambiental**, nov 1, 2021.

VASCONCELOS, Mônica Alves de. **A natureza mudou**: alterações climáticas e transformações nos modos de vida da população no baixo rio Negro, Amazonas. 2020. 123 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2020.

WELLE, Deutsche. Países que menos contribuem para mudanças climáticas são mais afetados por elas, diz relatório. **G1, Natureza**, 2019.

RETRATO SOCIAL DA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO COM VISTA A
PRESENÇA E AO ENGAJAMENTO DOS JOVENS NAS PRÁTICAS
AGROECOLÓGICAS

João Gustavo Soares de Araújo¹⁶

Maria Rita Ivo de Melo Machado¹⁷

Alineaurea Florentino da Silva¹⁸

Sandreanio Nascimento Ferreira¹⁹

DOI: 10.29327/1348690.9-15

1 Introdução

Cumprindo o roteiro de imersões, atividade que contempla visitas e interlocução com os parceiros dos territórios estudados (carga horária prática das disciplinas) do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT/UFRPE, foi feita uma visita ao território do Engenho Canoinhas situado no município de Tamandaré, Mata Sul do Estado de Pernambuco.

Durante a recepção da comunidade rural, observou-se que em um campo de futebol reunia-se umas duas dúzias de jovens, todos do sexo masculino e que logo estavam organizados em dois times e iniciava-se ao cair daquela tarde de quinta-feira uma partida de futebol. Ao lado do campo, na frente de uma das casas que ali existem observa-se uma reunião também de jovens, dessa vez do sexo feminino em uma total descontração e sem demonstrar pudor com a ociosidade e com um futuro adulto. Sendo um professor da educação básica logo me veio a

¹⁶Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: gustavoevolucao@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0182-0073>.

¹⁷ Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Professora do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT da UFRPE. E-mail: mariarita.machado@ufrpe.br. ORCID: 0000-0002-7301-9090.

¹⁸ Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Semiárido); E-mail: alineurea.silva@embrapa.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1744-1593>.

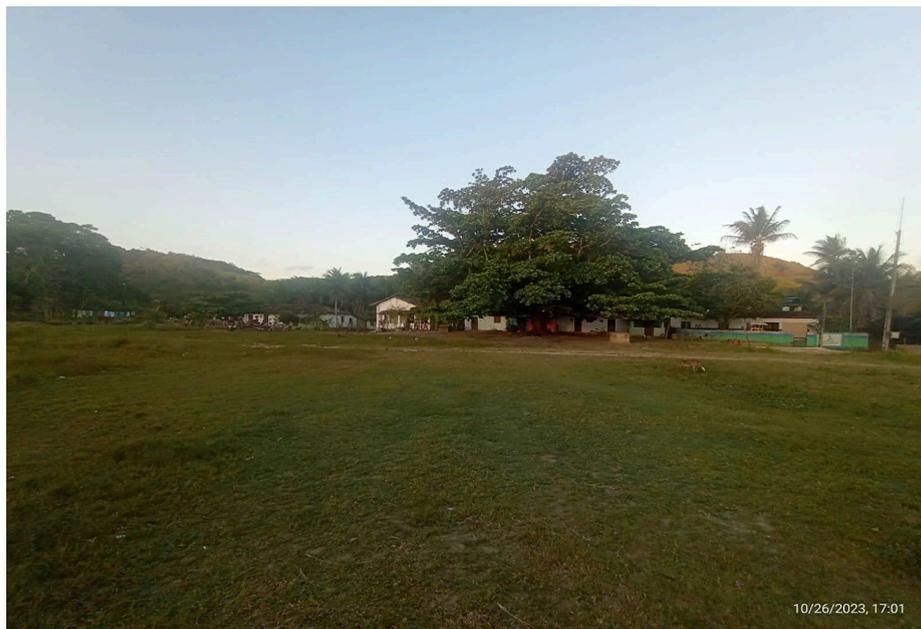
¹⁹Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Email sandreanioferreira@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-2810-195X>.

preocupação e o questionamento: o que esses jovens querem para seu futuro agindo assim? Será normal tal comportamento, haja vista ser fim do dia? Como será o sistema educacional naquela localidade? Questionamentos que justificam a relevância de trabalho, levando em consideração os fatores históricos que ligam gerações, a rotina local e os sonhos futuros.

Outras questões norteadoras vieram durante o trabalho no campo, o trabalho de observação: a população do Engenho Canoinhas, moradores da Mata Sul, zona canavieira do Estado de Pernambuco, principalmente os mais jovens, devem fazer o êxodo rural, buscar atividades terciárias ou secundárias em busca de algo melhor (se é que possa ser uma alternativa), para assim viver na cidade e fugir daquela vida longe do consumo urbano? Permanecer no engenho e viver um dia de cada vez? Ou ir, buscar qualificação na área agrária e vim implantar alguma inovação no território de origem? Questionamentos que levaram a produzir esse documento com caráter científico.

2 Referencial teórico

A Zona da Mata de Pernambuco (norte e sul) é formada por 43 municípios, com cerca de 38% da sua população total vivendo na zona rural (ANDRADE, 2005). Essa região tem sua marca histórica na monocultura da cana-de-açúcar e na grande concentração de terra. Uma herança que traz até a atualidade diversos problemas estruturais: econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais (FIGURA 1).

FIGURA 1 – Panorama do Engenho Canoinhas- Tamandaré

FONTE: Os autores (2023).

A ocupação da Zona da Mata decorreu da colonização portuguesa, sendo a região a porta de entrada para os europeus. A divisão das terras em sesmarias deu origem aos primeiros sítios e engenhos de açúcar e aos primeiros latifúndios também. Monocultura, latifúndio e trabalho escravo foram a tríade formadora da região da Mata pernambucana, que carrega seus resquícios até os dias de hoje (SÁBIA, 2014).

As crises no setor, que é regulado pelo mercado internacional, vem se aprofundando desde a década de 1960, deixando usinas com dificuldades e levando engenhos de açúcar a quebrar. A crise mais recente aportou na década de 1990, quando várias usinas decretaram falência e milhares de trabalhadores assalariados da cana-de-açúcar ficaram desempregados e não tiveram seus direitos trabalhistas assegurados. Nasceu, nesse período, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco (Fetape).

É no final da década de 1990 que organizações do campo popular como o Centro Sabiá, começam a realizar trabalhos educativos junto às famílias assistidas da região. Iniciam-se, a partir daí, as primeiras experiências de transição agroecológicas nesse território. E as iniciativas exitosas mostram que a cana-de-açúcar não é a única vocação agrícola da região.

A juventude rural expressa uma diversidade de identidades e formas de inserção no mundo do trabalho marcadas pela participação na agricultura familiar, no extrativismo, no trabalho assalariado rural, mas também em atividades não agrícolas (FIGUEIREDO; MATTOS; FONSECA, 2017).

Percebe-se que a ausência de políticas públicas que respondam às necessidades desse grupo social têm promovido uma visão distorcida de que o lugar da juventude é na cidade. Tal ausência desresponsabiliza os governos, tanto municipal quanto estadual, com a qualificação que promoveria a fixação desse público naquele local. É diante dessa problemática que o tema da sucessão rural, processo complexo que envolve a transferência de propriedade e responsabilidades de uma geração para a próxima, tal processo é colocado como uma preocupação para os familiares desses jovens que sobrevivem da agricultura familiar.

Assim, a acumulação de habitantes em áreas restritas vem dando maior poder de pressão à população que está sempre reivindicando uma atuação maior do poder público:

Poderíamos chamar a atenção para as políticas públicas que beneficiam a expansão do ensino fundamental, médio e superior pelos mais diversos bairros da cidades. Essa expansão do ensino, porém, tem duas faces: se por um lado leva um maior número de alunos às escolas, por outro provoca a queda do nível de aprendizagem, devido aos baixos salários pagos aos professores e à deficiência em fortalecimento de material pedagógico às escolas. Provoca também a queda do padrão oferecido pelas escolas públicas diante das particulares e a dificuldade de acesso ao ensino superior por parte das populações pobres que tentam ascender socialmente, em consequência de uma melhor formação profissional (ANDRADE, 2007, p. 250).

Esse argumento justifica a ociosidade do jovem da zona rural de Tamandaré. Pois na localidade, em termos de acesso à educação, formação e profissionalização a comunidade é atendida apenas pelo município que traz uma unidade escolar com Educação Infantil e Ensino Fundamental I, onde o jovem que sonha ou que deseja uma continuidade tem que ir para a cidade de Tamandaré para ter acesso às modalidades subsequentes, Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Pensando no Ensino Superior ou o técnico subsequente existe uma restrição ligada ao fato de que boa parte desses formato de ensino profissionalizante (superior ou técnico) são ofertados por instituições privadas, as instituições públicas, gratuitas são poucas em

totalidade de vagas e estão em outros municípios como é o caso do IFPE (Instituto Federal de Pernambuco) unidade Barreiros, essa unidade oferta de forma gratuita o acesso a cursos técnicos, técnicos subsequentes e superiores, alguns com foco na vivência e práticas do homem e da mulher do campo. Tão grande a dificuldade de acesso a formação acadêmica em vários níveis, justifica-se a ociosidade juvenil.

3 Metodologia

O método utilizado nesta pesquisa foi o da observação in loco e posteriormente a busca por bibliografias que justifiquem a preocupação existente. Bem como a discussão dos dados obtidos pelos discentes e docentes do PPGADT que lá estiveram presentes.

As observações do comportamento dos jovens no Engenho Canoinhas, Distrito do Município de Tamandaré, Zona da Mata Sul do Estado de Pernambuco, foi inspiração para uma posterior pesquisa bibliográfica a respeito do tema problematizado, quando naquele fim de tarde nos chamou a atenção para a problemática que norteia essa pesquisa. Através de conversas informais com os mais velhos podemos aferir sobre a falta de perspectiva e o não envolvimento com algo concreto por conta da juventude. Na ocasião, onde estavam ali presentes mulheres idosas, mães com seus filhos pequenos, homens maduros aposentados e pertencentes a PEI (População Economicamente Inativa), consegui fazer uma contagem rápida dos jovens que ociosos, pré-julgamento feito por estarem reunidos em pleno dia útil e em horário comercial para jogar futebol e conversar alegremente em cadeiras e bancos de tronco na portas de casa, eram 45 jovens de ambos os gêneros. Ou seja, praticamente 50% da população que ali se apresentava (FIGURA 2 e 3). Deixando claro que tal observação foi feita em um curto período de tempo e de maneira superficial, sendo embasada por posterior pesquisa bibliográfica.

FIGURA 2 – Juventude ociosa durante jogo de futebol.



FONTE: o autor (2023).

FIGURA 3 – Juventude ociosa conversando.



FONTE: o autor (2023).

A principal fonte de renda dos moradores do Engenho Canoinhas advém de aposentadorias ou do comércio do excedente de frutas que são comercializados as margens da rodovia estadual que corta as terras do engenho, além de moradores economicamente ativos que insistem em trabalhar na monocultura da

cana-de-açúcar ou no setor secundário nas manchas urbanas próximas às cidades de Tamandaré, Barreiros e Água Preta.

Os instrumentos de coleta de dados foram uma rápida estatística com contagem visual do quantitativo. As características econômicas, etárias e as relações de parentesco entre mulheres e crianças foi feita através das escutas durante a conversa realizada no salão interno de uma igreja católica com a presença de representantes de entidades ligadas ao homem e a mulher do campo, a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

Sintetizando os caminhos da pesquisa, foram cumpridas quatro etapas para obtenção desse resultado:

1ª etapa: observação e coleta de dados in loco aproveitando a imersão do PPGADT/UFRPE;

2ª etapa: levantamento bibliográfico em gabinete, a fim de explicitar as ideias de autores que fundamentam esse trabalho;

3ª etapa: a escrita e divulgação dessas ideias para a comunidade científica.

4 Resultados e Discussão

Em conversa com alguns agricultores do Engenho Canoinhas, foi relatado que a agricultura familiar era conduzida sempre pelos mais velhos ou apenas por um membro da família, geralmente mulher (a participação feminina é muito forte nessas comunidades), o homem ainda trabalha na cana-de-açúcar, nas obras de construção civil ou como contratado das prefeituras, hábito conhecido como cabresto eleitoral. Pelas conversas feitas, pelas perguntas direcionadas ao tema em discussão neste trabalho, verificou-se que a juventude não se envolvia com nenhum dos processos, nem eram agricultores nem se envolviam com trabalhos do setor secundário, como os homens.

Juventude nem nem – nem trabalha, nem estuda – é essa a nomenclatura dada pela geografia, pela estatística, pelas ciências sociais aos jovens moradores do engenho Canoinhas, muito embora não há políticas públicas voltadas para a formação dessa parcela da sociedade, sabemos que embora seja assim dificultado, o acesso a formação básica, técnica ou mesmo superior pode ocorrer, mas os jovens atualmente tem opções muito mais cômodas que se sacrificar em detrimento

a um futuro melhor, como as facilidades promovidas pelas tecnologias existentes, internet, smartphones, entre tantas tecnologias da atualidade.

Apesar de muito competitivo, o mundo atual oferece muitas oportunidades a população mais jovem. Basta ter visão de mercado, visão de futuro, perspectivas futuras, coragem para enfrentar toda a dificuldade que o início de uma longa caminhada exige. Entende-se que a falta de políticas públicas transfere a culpabilidade para os jovens locais, porém acredita-se que o interesse prevalece quando se quer um futuro melhor.

5 Conclusões

Em um território com tantas oportunidades de trabalho no campo da agroecologia, ver jovens vivendo uma vida ociosa, como se o futuro fosse distante é digno de relatar e produzir esse documento. Esse argumento está baseado nos relatos dos mais velhos, durante conversa in loco.

As razões para tal situação é dada pelas faltas de políticas públicas, sem esquecer que é na dificuldade que se vence, então mesmo que os governos municipais, estaduais ou federal não implantem acesso aos jovens isolados dos grandes centros, lugar de oportunidades, quando se quer se faz.

Cabe sugerir aos jovens de lugares onde não há políticas públicas que promovam o acesso ao futuro profissional, que aproveitem as oportunidades que naturalmente surgem nessa fase da vida. Mesmo em lugares difíceis e por vezes esquecidos pela sociedade em geral, o acesso a grande rede existe e essa é uma porta aberta para o conhecimento e para propor através de capacitação inovações para o local em que vive-se. Sem necessariamente se distanciar das suas raízes.

6 Referências

Andrade, Manoel Correia de, – **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste** / Manoel Correia de Andrade – 7 ed. rev, e aumentada – São Paulo: Cortez, 2005.

Agroecologia e diálogo de conhecimento: olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia / Marcos Antônio Bezerra Figueiredo, Jorge Luiz Schirmer de Mattos, Flávio Duarte de Fonseca (organizadores) – Recife: UFRPE – 2017.

SÁBIA. C. D. A. Políticas públicas e trajetórias de desenvolvimento da agricultura familiar no território da Mata Sul de Pernambuco. In: **Políticas públicas e transição agroecológica no Brasil**: reflexões a partir de estudos de caso. Fortaleza: Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra), 2014, p. 104 – 106.

A EXPERIÊNCIA DE PRODUÇÃO DE MILHO NÃO TRANSGÊNICO NO TERRITÓRIO DE IRECÊ-BA

Juliany Mendes Mota²⁰

Edi Tácito Almeida Rodrigues de Souza²¹

Anna Christina Freire Barbosa²²

DOI: 10.29327/1348690.9-8

1 Introdução

Produto da cultura ancestral indígena e paixão na mesa do povo do Semiárido, o milho é centro das atenções durante as festas juninas e base da alimentação nordestina durante todo o ano, com pratos típicos como cuscuz, canjica, mingau de mungunzá. Esse alimento carrega memória afetiva sobre o Sertão e o Sertanejo, sendo cultivado para consumo humano e alimentação animal.

O Território de Irecê, localizado no Semiárido baiano, é atualmente composto por 20 municípios que possuem identidade nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais, fruto dos processos históricos da formação do Sertão baiano. A agricultura foi e ainda é uma das bases da economia para os municípios que o compõem.

No percurso histórico, até os anos 1950, a agricultura era desenvolvida em pequenas áreas com sistemas produtivos diversificados que preservavam formas tradicionais de produção e relações de trabalho familiares e comunitárias. A partir das décadas de 60 e 70, a atuação do Estado foi fundamental para alterar a configuração da estrutura agrária do Brasil, promovendo políticas de modernização agropecuária, que provocaram intensas transformações na organização da base produtiva, nas relações sociais e na configuração do espaço (Brasil, 2009).

²⁰Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade do Estado da Bahia (UNEB); E-mail: julianymota@car.ba.gov.br; ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7703-2739>.

²¹Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade de Universidade do Estado da Bahia (UNEB); E-MAIL: edit Almeida@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8589-3049>.

²²Doutora em Ciências Sociais e Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); E-mail: acbarbosa@uneb.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5307-0828>.

Essas inovações tecnológicas impactaram o Território de Irecê e geraram uma mudança na forma tradicional de produzir diversas culturas, incluindo o milho. Neste período, os agricultores familiares passaram a produzir o tri-consórcio milho, feijão e mamona. A cultura do milho de sequeiro se intensificou e ele tornou-se um dos principais produtos comerciais plantados com subsídio governamental. Os pacotes tecnológicos (sementes, adubos e defensivos químicos) impulsionaram o abandono por parte dos agricultores das sementes crioulas, patrimônio genético importantíssimo, dando lugar ao formato convencional, foco da agricultura modernizada. Para a produção de milho, esse período foi determinante para a introdução de sementes transgênicas e híbridas.

Atualmente, o Território de Irecê vem se destacando com uma experiência positiva de produção de milho não transgênico, recuperando as formas tradicionais que foram destruídas no período da Revolução Verde. A ação é desenvolvida pela Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê (Copirecê) e apoiada pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR) do Governo do Estado da Bahia, através do Projeto Bahia Produtiva, fruto de um acordo de empréstimo com o Banco Mundial.

O presente artigo evidencia a alternativa encontrada pela Copirecê, através do beneficiamento do milho não transgênico e na disponibilização de novos produtos no mercado, que vem reorganizando sua base produtiva para retomar a produção do milho a partir de sementes crioulas, estimulando a produção de alimentos que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável e que garantam renda e qualidade de vida para as famílias agricultoras do Território de Irecê.

2 Referencial teórico

As categorias desenvolvimento rural com abordagem territorial e agricultura familiar são os aportes teóricos escolhidos para ancorar a interpretação da ação da Copirecê na produção de milho não transgênico no Território de Irecê. Para isso, será realizado um breve apanhado histórico dessas categorias, que moldaram a forma como a Copirecê passou a enxergar as oportunidades para se fortalecer institucionalmente e economicamente, a partir de 2004.

A década de 1990 iniciou-se sob a marca da entrada da agricultura familiar no debate acadêmico e político, abrindo espaço para que o significado do desenvolvimento rural ganhasse novos contornos. Essa nova pauta emergiu nos anos 2000 sob a forma de debate referente às relações entre o rural e urbano, além da abordagem das dinâmicas territoriais nos processos de desenvolvimento.

Na perspectiva da relação entre esses dois espaços – rural e urbano, o desenvolvimento rural é definido segundo Schneider (2004, p. 07) como “um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais”.

É importante ressaltar que durante a década de 70, momento em que o Brasil viveu a modernização da agricultura brasileira era comum a interpretação de que os espaços rurais limitavam-se à produção agrícola e permaneceram à margem das mudanças sociais que atingiram os centros urbanos, numa representação social sobre o “atraso” do mundo rural em relação às “sociedades modernas” (Wanderley, 2001), legitimando a necessidade de uma formulação sobre o desenvolvimento rural pautada para o próprio processo de modernização.

Opondo-se a tal representação, a partir dos anos de 1980, uma série de fatores conjunturais colaborou para que se questionasse as interpretações dominantes sobre o desenvolvimento rural. Entre esses fatores, destacam-se a conjuntura política de crise econômica e a retração da capacidade de investimentos do Estado, a resistência política de parte importante dos agricultores às mudanças prescritas pelas políticas públicas, os impactos negativos dos processos de modernização e a persistência da pobreza rural (Wanderley, 2000; Graziano da Silva, 2001).

Surgiram nessa perspectiva outras narrativas sobre as mudanças sociais que seriam desejadas em termos de desenvolvimento rural. Essas narrativas incluíam uma revisão do papel da agricultura de pequena escala de produção no desenvolvimento econômico; a ênfase em representações positivas sobre a vida e o trabalho no campo, ressaltando a necessidade de políticas sociais como base para a dinamização econômica das localidades; o tema da sustentabilidade ambiental do desenvolvimento; e um destaque à diversidade dos meios de vida e de produção em contraposição à uniformização de projetos para a promoção do desenvolvimento rural.

Especificamente a partir da década de 1990 também foi ampliada a discussão sobre agricultura familiar enquanto categoria social. Essa ascensão no país surgiu tanto no campo acadêmico, quanto no campo político, correspondendo a uma convergência de esforços para dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de reprodução social, diante de efeitos de interdependência entre agricultura e indústria e do processo de concentração da propriedade dos meios de produção no setor agropecuário, a partir do modelo adotado em décadas anteriores, baseado na modernização conservadora.

Para Wanderley (2001), a agricultura familiar como uma categoria genérica é entendida como aquela em que a família, proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

Nessa conjuntura a agricultura familiar, que se reproduz nas sociedades modernas, deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais, estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição.

Portanto, Wanderley (2001) considera que a lógica da agricultura familiar não diz respeito somente à atividade de produção de alimentos. Podemos dizer que a agricultura familiar é multifuncional. Ao mesmo tempo em que viabiliza a vida das famílias no campo, com a produção de alimentos e outras matérias-primas para o seu consumo e venda dos excedentes, perpetua uma cultura extremamente rica, com festas tradicionais e artesanato próprio.

3 Metodologia

O presente artigo é oriundo do trabalho realizado no âmbito da disciplina de Cultura e Identidade do Programa de Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, para construção do Catálogo “Milho: textos e contextos de um tesouro alimentar e cultural no Semiárido brasileiro”. O objetivo do artigo é evidenciar a alternativa encontrada pela Copirecê para produzir milho não transgênico num território marcado pela

produção convencional. Para atingir o objetivo geral foi realizado levantamento de dados secundários na sede da cooperativa, situada na Rua São Francisco, nº 165, cidade Irecê-BA. A coleta de dados foi realizada no período de junho e julho de 2023, através da visita na organização para análise de documentos institucionais (atas, relatórios, entre outros). As informações obtidas foram analisadas através da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977), para identificar a ação que vem sendo desenvolvida pela cooperativa na produção de milho não transgênico, objetivo deste trabalho. Por fim, nas conclusões, são elencadas as sugestões e desdobramentos derivados da análise.

4 Resultados e Discussão

A agricultura e o meio rural da região Nordeste, como explica Wanderley (2009) passaram por profundas transformações desde a década de 1970. Para ela, elementos característicos da “pequena agricultura” e/ou da agricultura camponesa foram sendo substituídos por novas práticas e meios de produção. O empobrecimento da população e os resultados dos pacotes da revolução verde trouxeram impactos para o desenvolvimento e reprodução social.

Fundada em 1970, a Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê (Copirecê) atuou durante esse período da modernização conservadora, com estímulo para a aquisição de grãos como milho e feijão, momento em que a Irecê foi reconhecida como a capital do feijão. As famílias que produziam milho e feijão de subsistência, prioritariamente com sementes crioulas, foram estimuladas a mudar o modelo produtivo, a partir do crédito para financiamento dos pacotes tecnológicos e introduzir sementes modificadas, adubos e defensivos químicos. Também realizaram o desmatamento e prejudicaram o solo, com uso de técnicas degradantes (BRASIL, 2009).

Nazareth Wanderley (2001, p.21), afirma que o processo e modelo de modernização brasileira transformou o camponês em agricultor. Em outras palavras, o saber tradicional camponês, passado de geração em geração, uma das bases fundamentais de sua identidade social, em função da introdução das novas tecnologias e das novas maneiras de se produzir determinadas pelo novo contexto, foram modificadas, impactando na vida das famílias e do meio ambiente.

Na Copirecê não foi diferente, esse processo introduzido só foi reduzido no âmbito da cooperativa com o declínio da produção de grãos em todo o território. Como nos últimos anos, tem havido uma crescente demanda por alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, impulsionando o crescimento do mercado de produtos orgânicos em todo o mundo, a cooperativa retomou o processamento de produtos derivados de milho em 2004, a partir dos investimentos do Governo Federal através do PROINF, momento em que a cooperativa adquiriu uma máquina industrial para processamento de milho em flocos.

Essa retomada da Copirecê coincide com o debate de que a agricultura familiar tem sido uma protagonista nessa transformação que ocorre em nível mundial, uma vez que as famílias produtoras estão mais propensas a adotar práticas sustentáveis de cultivo e a atender às demandas por alimentos orgânicos (Willer e Kilcher, 2012).

Atualmente, a cooperativa realiza o processamento de milho livre de transgenia e lançou no mercado produtos como mingau, xerém, mugunzá, canjica, flocão para cuscuz, entre outros. Os produtos ganharam o mercado com a marca Puro Milho e estão nas prateleiras de supermercados, centros de distribuição de produtos naturais e em feiras, dentro e fora da Bahia.

Em 2017, o Governo do Estado da Bahia lançou o Edital nº 10 do Projeto Bahia Produtiva, para apoio a Alianças Produtivas. A Copirecê foi contemplada neste edital e iniciou uma nova etapa para organização e gestão da agroindústria de processamento de milho não transgênico e na assistência técnica para ampliar a base de produtores de milho não transgênico no referido território.

A cooperativa recebeu aportes de recursos para a qualificação da agroindústria e organização da comercialização dos seus produtos e como contra partida iniciou a construção de uma nova fábrica (obra civil). Os convênios celebrados em 2018 e 2020, ainda vigentes, estão implementando uma série de ações para potencializar a experiência da Copirecê, aumentando a produção na base e o consumo dos produtos livres de transgenia. O valor total investido é de R\$ 5 milhões, aumentando a capacidade de beneficiamento de milho para 3,5 toneladas/dia, bem como recursos de custeio para aumentar a base produtiva no Território.

Esse desafio de converter agricultores convencionais é determinante para o futuro da agroindústria e da produção de milho. Para enfrentar esse desafio, a

cooperativa desde 2020 está concedendo diversos incentivos aos produtores, a exemplo de sementes e infraestrutura de produção, para que passem a produzir milho não transgênico, aumentando a base territorial da cooperativa.

A cooperativa começou o trabalho com apenas 20 (vinte) agricultores na composição do projeto em 2017. Com o incentivo governamental foi possível organizar e ampliar a base produtiva. Atualmente a cooperativa possui 200 (duzentos) produtores em diversas comunidades que produziram na última safra 480 toneladas de milho. Existe, portanto, um número de agricultores com interesse em produzir milho não transgênico no território, um retorno às formas tradicionais.

O maior gargalo da Copirecê para aumentar a base produtiva tem sido o desafio de enfrentar a contaminação. Com o trabalho de organização e incentivo difundido, os agricultores se esforçam para aderir ao projeto da cooperativa, mas na hora do teste de transgenia são surpreendidos. Mesmo plantando a semente crioula, com manejo e tratamentos culturais, a lavoura pode ser contaminada pela lavoura vizinha que usa semente transgênica. A saída tem sido o trabalho focado na unidade produtiva e na atração dos vizinhos para o modelo da cooperativa, com incentivos financeiros como garantia de preço de mercado e pagamento de 20% a mais do valor praticado.

A jornada da organização é carregada de desafios, mas também de esperança na construção de novas formas de produzir alimentos, que sejam efetivamente seguros para o consumo e que colaborem para o desenvolvimento sustentável das comunidades, com mais qualidade de vida para as famílias agricultoras no Território.

5 Conclusões

No presente trabalho foi possível identificar que a ação da Copirecê na produção de milho não transgênico não é individual, mas sim coletivo e tem como pano de fundo, as novas formas de pensar o desenvolvimento rural e a emergência da agricultura familiar e do desenho de políticas públicas e investimentos governamentais para esse setor.

Também é perceptível que o desenvolvimento institucional da cooperativa seguiu o sentido de identidade e pertencimento ao território, aproveitando suas potencialidades e encontrando soluções no capital natural e social existente. A

atuação da Copirecê aponta para a necessidade da ampliação do debate sobre a produção de milho de forma tradicional e livre de transgenia como projeto de futuro para as organizações da agricultura e, principalmente, com os agricultores e agricultoras familiares de todo o território, ampliando a oferta de alimentos saudáveis para toda a população.

7 Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Relatório de pesquisa — Projeto BRA**, 97/013, Ipea, 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território de Irecê**. Irecê-BA, 2009. 105 p.

DELGADO, Guilherme. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001.

FAO; INCRA. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: FAO; Incra, 1996.

FAVARETO, Arilson. **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12).

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. São Paulo: Editora Unicamp, 1999.

GUILLEN, I. C. M. O sertão e a identidade nacional em Capistrano de Abreu. In: BURITY, J. **Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A. 2002.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (orgs.). **Território, territórios. Ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007, p. 43-71.

KAGEYAMA, Ângela. **Desenvolvimento rural: conceito e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS-Editora, 2008.

LAMARCHE, Hugues. **Agricultura familiar**: do mito à realidade. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

MOREIRA, G. **Sertões Contemporâneos**: Rupturas e continuidades. Salvador: EdUFBA/EdUneb, 2018.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, V.16, n.44, São Paulo: USP, ago/2001.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulação externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125
VEIGA, José E. **A face rural do desenvolvimento**: natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000: 87-145.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, 2000.

_____. Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos e Sociedades e Agricultura**, Rio de Janeiro, out/2003, 42-61.

_____. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território**: Globalização e fragmentação. 4ª. Ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, 1998.

WILLER, H.; KILCHER, L.. The World of Organic Agriculture: Statistics and Emerging Trends 2012. Suíça: **Fibl-ifoam Report**, 2012.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. 2ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

A BIOPOLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES NAS
COMUNIDADES DE PESCADORES AFETADAS PELO DERRAMAMENTO DE
PETRÓLEO OCORRIDO EM ÁGUAS NACIONAIS EM 2019

Rebeca Allana Albuquerque²³
Vanessa Maria Santiago da Silva²⁴
Oscar Emerson Zúñiga Mosquera²⁵

Uma das preocupações do pensamento foucaultiano é procurar compreender como o poder se manifesta e regula os corpos biológicos. Entre os achados da análise do poder, proposta por Foucault, encontram-se as estratégias de condução das condutas, a produção das nossas identidades e modos de vida em função da geração de riquezas para o Estado. A ação sobre esses corpos pode se dar individualmente, por meio da disciplina, e coletivamente, através dos dispositivos de condução de condutas, denominada biopolítica. Ela refere-se às estratégias formuladas pelo Estado para a gestão dos corpos humanos a partir de dispositivos biológicos, como a saúde, natalidade, mortalidade, higiene e segurança. A partir desse entendimento, a pesquisa buscará aprofundar a compreensão das dinâmicas de poder, controle e regulação presentes nas ações do Estado diante do desastre-crime ambiental do derramamento de petróleo no litoral brasileiro ocorrido em agosto de 2019. Quatro anos se passaram sem que os responsáveis fossem julgados, enquanto isso, as comunidades pesqueiras artesanais continuam a lidar com as consequências causadas enquanto o petróleo continuava a se dissipar pelos meses seguintes ao longo de 11 estados do litoral brasileiro e trouxeram consigo impactos como a diminuição e perda da venda do pescado; ameaça à sua

²³Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX). Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: beca.allana@gmail.com;
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1186-6689>

²⁴Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) da UFRPE; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE);
E-mail: vanessasantagoies@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6769-5502>

²⁵Professor adjunto da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professor convidado no Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da UFRPE. Universidade Federal Rural de Pernambuco(UFRPE);E-mail: oscar.mosquera@ufrpe.br;ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3647-8749>.

segurança alimentar e nutricional; perda de material laboral utilizado para remoção do petróleo, danos à saúde física e mental, entre outros. Desta forma, a pesquisa pretende responder o seguinte problema: quais estratégias biopolíticas foram adotadas pelo Estado brasileiro, em resposta ao derramamento de petróleo ocorrido em 2019, especialmente para as comunidades pesqueiras artesanais? Para isso, será adotada a estratégia arqueogenealógica elaborada pelo filósofo Michel Foucault visando uma analítica do poder das medidas mitigadoras do derramamento do petróleo ocorridos nas águas brasileiras em 2019, principalmente no que tange ao auxílio emergencial (Medida Provisória nº 911/2019) para os pescadores artesanais decorrente desse acidente-crime. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo descritiva para analisar a biopolítica nas ações do Estado no contexto do derramamento do petróleo. A análise bibliográfica será utilizada, para isso, a pesquisa será elaborada a partir das categorias analíticas propostas pelo pensamento foucaultiano para a análise do poder, entre as quais temos as noções de dispositivo, biopolítica e governamentalidade. Os materiais analisados serão os documentos oficiais disponibilizados no site “Manchas de óleo” do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como relatórios; desmobilização; fauna e localidades atingidas; orientações técnicas e lições aprendidas. Espera-se que a pesquisa desvele as estratégias de biopoder utilizadas pelo Estado, assim como visibilizar as abordagens de resistência das comunidades pesqueiras artesanais para fortalecimento de seu empoderamento nos processos decisórios e de luta.

Palavras-chave: Biopoder. Governamentalidade. Injustiça Ambiental. Pesca Artesanal. Políticas Públicas.

COTAS PARA ESTUDANTES RURAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUPERIOR NO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO

Pamela Karina de Melo Gois²⁶
Maria Rita Ivo de Melo Machado²⁷
Wagner Lins Lira²⁸

DOI: 10.29327/1348690.9-1

1 Introdução

Desde antes da Lei nº 12.711/12 (Lei de Cotas) muitos trabalhos científicos tratavam sobre a iniciativa de algumas Universidades Públicas na criação de reserva de vagas para grupos historicamente marginalizados e que pouco acessavam o Ensino Superior (DAFLON, FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013; PASSOS; GOMES, 2014; SILVA; LAGE, 2011). A lei de 2012 veio para pacificar a questão e trazer a obrigatoriedade para que todas as Instituições de Ensino Superior Públicas (IESP) utilizem em seus processos seletivos próprios ou unificado a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012a) e pessoas com deficiência (BRASIL, 2016).

Passados 11 anos da Lei de Cotas, percebe-se a necessidade de pesquisas que tratem para além da política acesso à Universidade por essas minorias, mas também que discutam políticas de permanência para os cotistas (OLIVEIRA, 2020; GODOI; SANTOS, 2021). Como também é imperioso dar visibilidade para a iniciativa de algumas Instituições que foram além das cotas legais e criaram outras cotas para satisfazer a necessidade de acesso a estudos superiores a outras

²⁶Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - Universidade Federal Rural de Pernambuco; E-mail: pamela.gois@ufrpe.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5450-3824>.

²⁷Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Professora do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT da UFRPE. E-mail: mariorita.machado@ufrpe.br. ORCID: 0000-0002-7301-9090.

²⁸Doutor em Antropologia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: wagneip79@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5174-980X>.

minorias que também possuem notória dificuldade de ingresso, conforme possibilita a Resolução nº 18/2012 do MEC (BRASIL, 2012b).

Dentre as cotas criadas pelas IESP, chamadas de cotas institucionais, existem as cotas que contemplam os estudantes rurais. Neste sentido, ao estudar ações afirmativas voltadas para este público, Gois (2018) encontrou três instituições que utilizavam este sistema de cotas via SISU: o Instituto Federal do Tocantins (IFTO), o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSEMG) e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB). O IFSEMG e o IFPB ofertam vagas para pronafianos, assentados da reforma agrária e empregados rurais, já no IFTO é apenas para assentados da reforma agrária. No mesmo sentido, Gois, Alves e Lira (2022) apontam que a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), desde 2019, oferta ações afirmativas no Curso de Bacharelado em Agroecologia para as pessoas ligadas ao espaço socioterritorial do campo.

Muito se discute sobre o uso da política de cotas para o acesso ao Ensino Superior, porém, também é papel do Estado agir através da política de inclusão de acesso à Educação Profissional. Neste sentido, a Lei de Cotas estabelece que “as instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas” (BRASIL, 2012a). Além desta cota legal, a Portaria Normativa nº 18/2012 do MEC (BRASIL, 2012b) também permite a criação de cotas institucionais, como ação afirmativa para contemplar outras minorias que possuem desvantagens de acesso à Educação Profissional. Gois, Lira e Alves (2023) encontraram tais cotas no Instituto Federal da Paraíba, campus Sousa, que ofertou 26 vagas para assentados da reforma agrária no Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio no processo seletivo de 2022.

A Educação Profissional é cada vez mais necessária para aqueles que vivem e trabalham no campo, para que esses sujeitos não se tornem excluídos em seu próprio espaço de vida, pois nas sociedades atuais há um crescente desenvolvimento de novas tecnologias para o emprego na agricultura e na pecuária (SOUZA, 2019).

Assim, diante da notória dificuldade de acesso da população do campo à Educação Profissional e ao Ensino Superior, da possibilidade de criação de cotas institucionais que beneficiem filhos de famílias rurais e da necessidade de mais

estudos sobre a temática, esta pesquisa tem por objetivo descrever e analisar a oferta de cotas para estudantes rurais na Educação Superior e Profissional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

2 Referencial teórico

Segundo a Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB), o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. Esta formação em Educação Profissional Técnica de Nível Médio pode ser desenvolvida de duas formas: articulada com o ensino médio ou de forma subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio (BRASIL, 1996).

Enquanto importante modalidade de ensino, por mais que não sejam amplamente divulgadas e implementadas, existem ações afirmativas para acesso à Educação Profissional Técnica de Nível Médio conforme o artigo 4º da Lei nº 12.711/12 (BRASIL, 2012a). Como também há a possibilidade de ampliação para outras minorias (BRASIL, 2012b). Isso porque, há a necessidade de aproximação de cada instituição de ensino com seu respectivo entorno para que possam penetrar mais na realidade social, econômica e laboral onde estão imersas e, dessa forma, contribuir para a transformação desta realidade (MOURA, 2008).

Neste sentido, Gois, Lira e Alves destacam a importante iniciativa do Instituto Federal Paraíba, que oferta a reserva de 20% das vagas no Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio para assentados da reforma agrária no campus Sousa (2023). Já Oliveira (2020), ao analisar o curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio do IFPE, campus Barreiros encontrou 25% de vagas reservadas para cotas rurais, dentre as vagas de ampla concorrência.

Batista (2015), ao realizar estudo com a juventude do assentamento Chico Mendes em Arinos- MG, afirma que pode ser bastante dura a vida cotidiana e estudantil de crianças e adolescentes em idade escolar nos espaços de reforma agrária, com dificuldade de manter minimamente a dignidade da pessoa humana, ao não gozarem plenamente de importantes direitos humanos, como alimentação, higiene, moradia, educação, aliando ao ponto de sofrerem constrangimento de ser mal recebido na escola, com isso, afirma que além de criar um assentamento, o Estado deve criar condições para sua viabilidade.

“Erradicar o não acesso a bens primários é objetivo de qualquer sociedade razoável que queira caminhar à finalidade da justiça não apenas formal, mas substantiva (igualitária)” (LIMA, 2019, p. 26). Assim, as cotas nas Instituições Federais de Ensino - com ações afirmativas para estudantes rurais – são formas de estimular a igualdade entre grupos historicamente marginalizados.

Por este panorama, os estudantes rurais apresentam-se como propícios candidatos a ações afirmativas educacionais, afinal, estão em notória desvantagem na disputa por uma vaga no Ensino Superior e na Educação Profissional. Até porque, o acesso se dá por meio de processo seletivo, com competição por uma vaga, conforme estabelecido por cada instituição. Com isso, a elitização e competição desleal entre as classes mais favorecidas e os grupos marginalizados ficam evidentes.

3 Metodologia

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Pernambuco, nas unidades que possuem reserva de vagas aos estudantes de escola pública oriundos/as do campo que optarem por cursos de vocação agrícola.

Foi realizada pesquisa descritiva, uma vez que teve como objetivo “a descrição das características de determinada população ou fenômenos” (GIL, 2010, p. 27), pois visou analisar a política de ações afirmativas da instituição voltada para estudantes rurais. O estudo utilizou uma abordagem quantitativa em relação à reserva de vagas no processo seletivo de acesso ao semestre 2023.1. Como também, listou o rol de cursos de Ensino Médio Integrado, Técnico Subsequente e Ensino Superior e de campi que possuem a estudada ação afirmativa.

Trata-se de um estudo analítico de base bibliográfica e documental, a partir de literatura científica, de pesquisas e bancos de dados oficiais, como leis, jurisprudências, portarias, resoluções, editais de processos seletivos, entre outros. Foram utilizadas outras fontes de acesso, secundárias, tais como informações dos diversos órgãos internos das instituições da Rede Federal e informações disponíveis em páginas da internet, tendo em vista que grande parte dos dados é de domínio público.

A análise se deu a partir da tabulação e agrupamento de acordo com os resultados de diferentes variáveis.

4 Resultados e Discussão

Segundo a Resolução nº 33, de 1º de julho de 2020, do Conselho Superior do IFPE, as modalidades de ações afirmativas da instituição são: Candidatos egressos de escola pública; Candidatos com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo; Candidatos que autodeclararem-se pretos, pardos ou indígenas; Candidatos que comprovarem a condição de pessoa com deficiência; e Estudantes de escola pública oriundos do campo que optarem por curso de vocação agrícola (IFPE, 2020).

O Instituto Federal de Pernambuco possui atualmente 15 campi que ofertam Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Abreu e Lima, Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares, Paulista, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antão.

Quanto aos estudantes de escola pública oriundos/as do campo que optarem por cursos de vocação agrícola, apenas 3 campi possuem reserva de vagas para o semestre 2023.1 em Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão. Em cursos como: Técnico Integrado em Agropecuária, Técnico Integrado em Alimentos e Técnico Integrado em Agroindústria, conforme distribuição abaixo (Quadro 1):

Quadro 1 - Distribuição das reservas de vagas para estudantes de escola pública oriundos/as do campo Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPE – 2023.1.

| Campus | Curso | Vagas reservadas | Total de vagas |
|------------------------|--------------------------|------------------|----------------|
| Barreiros | Técnico em Agropecuária | 12 | 120 |
| | Técnico em Alimentos | 8 | 80 |
| Belo Jardim | Técnico em Agropecuária | 4 | 40 |
| | Técnico em Agroindústria | 4 | 40 |
| Vitória de Santo Antão | Técnico em Agropecuária | 12 | 120 |
| | Técnico em Agroindústria | 12 | 120 |

Fonte: Os autores.

Dentre os cursos supracitados, o curso Técnico em Agropecuária do campus Barreiros foi analisado entre 2016-2018 por Oliveira (2020) quanto ao ingresso, rendimento, evasão, retenção e êxito. Segundo o autor, os resultados demonstraram uma derrocada educacional protagonizada pelos cotistas, pois apenas 34,59% dos ingressantes integralizaram em tempo regular (03 anos) e os números de evasão e retenção foram de 45,11% nas duas situações. Das 18 vagas reservadas para estudantes da zona rural, apenas 11 vagas foram preenchidas. Já sobre a evasão constam os dados mais preocupantes, pois 90,91% dos estudantes da cota rural evadiram do curso, o que significa dizer que dos 11 matriculados por essa reserva de vagas, apenas 1 não evadiu.

Sobre a proporção do número de vagas ofertadas para estudantes rurais nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPE percebe-se uma reserva de 10% sobre o total de vagas no processo seletivo. Já o IFPB, que possui 17 campi que ofertam Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, possui reserva de vagas para assentamento da Reforma Agrária apenas no campus Sousa, com cota de 20% das vagas nos Cursos Técnicos de Informática, Agropecuária, Agroindústria e Meio Ambiente (GOIS; LIRA; ALVES, 2023).

Para os Cursos Técnicos Subsequentes, as vagas são disponibilizadas em 16 campi: Abreu e Lima, Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares, Paulista, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antão. Desses, apenas 3 possuíam reserva de vagas para estudantes de escola pública oriundos/as do campo que optarem por cursos de vocação agrícola no semestre 2023.1. (Quadro 2)

Quadro 2 - Distribuição das reservas de vagas para estudantes de escola pública oriundos/as do campo nos Cursos Técnicos Subsequentes do IFPE – 2023.1.

| Campus | Curso | Vagas reservadas | Total de vagas |
|------------------------|--------------------------|------------------|----------------|
| Afogados da Ingazeira | Técnico em Agroindústria | 4 | 40 |
| Belo Jardim | Técnico em Agropecuária | 4 | 40 |
| | Técnico em Agroindústria | 4 | 40 |
| Vitória de Santo Antão | Técnico em Agricultura | 4 | 40 |

| | | | |
|--|--------------------------|---|----|
| | Técnico em Zootecnia | 4 | 40 |
| | Técnico em Agroindústria | 4 | 40 |

Fonte: Os autores.

Já para reserva de vagas nos Cursos Superiores, dos 14 campi que ofertam vagas em cursos presenciais nesta etapa de ensino (Abreu e Lima, Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Palmares, Paulista, Recife e Vitória de Santo Antão), somente Barreiros e Vitória de Santo Antão possuem vagas para estudantes de escola pública oriundos/as do campo, (Quadro 3).

Quadro 3 - Distribuição das reservas de vagas para estudantes de escola pública oriundos/as do campo nos Cursos Superiores do IFPE – 2023.1.

| Campus | Curso | Vagas reservadas | Total de vagas |
|------------------------|----------------------------|------------------|----------------|
| Barreiros | Tecnologia em Agroecologia | 4 | 40 |
| Vitória de Santo Antão | Bacharelado em Agronomia | 4 | 40 |

Fonte: Os autores.

Sobre as cotas no IFPE serem apenas para cursos de vocação agrícola, as cotas no IFSEMG também têm as mesmas características, pois no campus de Barbacena, dos 10 cursos ofertados, apenas Agronomia e Tecnologia de Alimentos têm vagas reservadas para estudantes rurais. O mesmo acontece no campus Rio Pomba, dos 8 cursos que possui, apenas 4 utilizam a estudada cota: Agroecologia Zootecnia, Ciência e Tecnologia de Alimentos e Ciência e Tecnologia de Laticínios. Já no IFPB e no IFTO não há essa distinção, nos campi que fazem uso da cota, todos os cursos ofertados preveem reserva de vagas para estudantes rurais, independentemente de ter vocação agrícola ou não (GOIS, 2018). Na UFRPE, as cotas para estudantes rurais são específicas para o Bacharelado em Agroecologia (GOIS; ALVES; LIRA, 2022).

Quanto à proporção de vagas reservadas para cotas rurais dentre as vagas ofertadas na 1ª edição do SISU de 2018, Gois (2018) encontrou que tanto IFSEMG quanto o IFTO reservam 5% das vagas para os filhos de pronafianos, de empregados rurais e/ou de assentados da reforma agrária, já o IFPB utilizou a

proporção de 6,6%. A UFRPE em 2019 e 2021 reservou 37,5% para pessoas ligadas ao espaço sociocultural do campo (GOIS; ALVES; LIRA, 2022). Na presente pesquisa, a proporção é de 10% vagas para estudantes de escola pública oriundos/as do campo.

Para Gois (2018), o fato de poucas Instituições Públicas aderirem à cota para estudantes rurais, bem como a pequena quantidade de vagas ofertadas, demonstram uma falta de integração entre as Instituições Públicas com o foco na correção das distorções sociais existentes no meio rural.

A partir desses dados, percebe-se a importância de políticas públicas educacionais de acesso à Educação Profissional e Superior, com ações afirmativas como instrumentos de promoção dos valores democráticos e respeito à diferença, de forma que busquem reverter o quadro histórico de desigualdade e de desvantagem na concorrência entre estudantes urbanos e rurais.

5 Conclusões

A ação afirmativa estudada na presente pesquisa tem na sua essência a efetiva inclusão social de estudantes de escola pública oriundos/as do campo e a modificação de seu quadro econômico-social. Pois, é notória a desvantagem na concorrência entre estudantes urbanos e rurais, e ainda são poucas as Instituições Públicas de Ensino Superior que utilizam cotas para estudantes rurais.

Assim, este trabalho demonstra a importância de um olhar para outras minorias, para além das impostas pela Lei de Cotas: estudantes de escola pública, baixa renda, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Por mais que seja uma excelente iniciativa do IFPE a criação desta ação afirmativa institucional, ainda são poucas vagas para estudantes de escola pública oriundos/as do campo, o processo seletivo para o 1º semestre de 2023 contabilizou apenas 52 vagas no Ensino Médio Integrado, 24 nos Cursos Técnicos Subsequentes e 8 nos Cursos de Ensino Superior para estes cotistas, e ainda assim em poucos campi específicos: quatro (Afogados de Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão) de dezesseis campi. Ainda assim, percebe-se o destaque da microrregião da Mata Sul de Pernambuco que possui dois campi (Barreiros e Vitória de Santo Antão) e que estes têm vagas para estudantes rurais tanto em

Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Cursos Técnicos Subsequentes e nos Cursos Superiores.

Para além de ações afirmativas de acesso, observou-se a importância de ações institucionais que diminuam a evasão e retenção de cotistas, seja por políticas de permanência, seja por estratégias que auxiliem no rendimento dos alunos com mais dificuldades, para que assim, os estudantes rurais consigam alcançar o êxito na sua formação na Educação Profissional e Superior.

Diante desses dados, sugere-se que as cotas para estudantes de escola pública oriundos/as do campo sejam para além do rol de cursos de vocação agrícola, o que possivelmente aumentaria a procura pelos cursos da instituição, como também a expansão para mais campi do IFPE. Espera-se que existam mais estudos sobre esta e demais reservas de vagas voltadas para os jovens da área rural, que investiguem tanto políticas específicas de acesso como também de permanência e que mais Instituições Públicas utilizem esta modalidade de ação afirmativa para estudantes rurais.

6 Referências

BATISTA, E. C. C. **Trajetórias Escolares de Jovens Assentados**: Estudo em Arinos/MG. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135135>. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Casa Civil**, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012a. **Casa Civil**, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Casa Civil**, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 18 de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012. 2012b. **Casa Civil**, 2012.. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/15.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p

GODOI, Marciano S.; SANTOS, Maria A. Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 11-35, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11. Acesso em: 25 out. 2023.

GOIS, P. K. M. **Cotas para pronafianos, assentados da reforma agrária e empregados rurais no ensino superior público**: um panorama analítico. 2018. 17 f. Artigo (Mestrado Profissional em Sistemas Agroindustriais) - Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4404>. Acesso em: 03 nov. 2023.

GOIS, P. K. M.; ALVES, A. G. C.; LIRA, W. L. Ações afirmativas para pessoas inseridas no espaço socioterritorial do campo no Curso de Bacharelado em Agroecologia da UFRPE. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS)**, Vol 9, Issue 9; Sep, 2022. Disponível em: <https://ijaers.com/detail/affirmative-actions-for-people-inserted-in-the-socio-territorial-space-of-the-countryside-in-the-bachelor-s-degree-in-agroecology-at-ufrpe/>. Acesso em: 03 nov. 2023.

GOIS, P. K. M.; LIRA, W. L.; ALVES, A. G. C. Política de cotas para estudantes rurais na Educação Profissional no Instituto Federal da Paraíba. Transição agroecológica: desafios e perspectivas de saberes e fazeres nos territórios e territorialidades dos Agrestes de Pernambuco: **Anais [do] 6. Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial** – Recife: EDUFRPE, 2023. Acesso em: 03 nov. 2023.

IFPE. Resolução nº 33 de 1º de julho de 2020. Homologa a Resolução nº 25 de 23 de abril de 2019, a qual revogou, ad referendum, a Resolução Consup/IFPE nº 041/2013 e implementou reservas de vagas para ingresso de estudantes nos cursos oferecidos nos campi/polos do IFPE. Disponível em: <https://portal.ifpe.edu.br/o-ifpe/conselho-superior/resolucoes/resolucao-33-2020-homologa-a-resolucao-ad-referendum-no-25-2019.pdf/view>. Acesso: 01 nov. 2023.

LIMA, N. O. **10 lições sobre Rawls**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2019.

MOURA, D. H. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 1, jun., p. 23-38, 2008. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>. Acesso: 01 nov. 2023.

OLIVEIRA, Diego H. P. **Grande Sertão**: veredas da cota rural na educação profissional. 2020. 111 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39042>. Acesso em: 03 nov. 2023.

PASSOS, G. O; GOMES, M. B. A instituição da reserva de vagas na universidade pública brasileira: os meandros da formulação de uma política. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 85, p. 1091-1114, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/n66QB9GQFSmfVjw6dYdLT9S/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

SILVA, I. G; LAJE, T. **Direito social à educação**: acesso ao ensino superior – o debate sobre as políticas de ações afirmativas nas Universidades Públicas Brasileiras. Rio de Janeiro: PUC, 2011. 40 p.

SOUZA, A. A. Notas sobre a educação profissional na Educação do Campo: em busca de unidade. In: AZEVEDO, M. A; SILVA, L. L. S. A; CARDOSO, E. V. **Educação do campo, educação de jovens e adultos e diversidade**: contextos, fundamentos e práticas. João Pessoa; Editora IFPB. 2019. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/207>. Acesso em: 10 out. 2023.

PRODUÇÃO ARTESANAL DE SABÃO POR MULHERES AGRICULTORAS: UMA
EXPERIÊNCIA DE PLURIATIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SERIDÓ
PARAIBANO

Cristiane de Souza Castro²⁹

Angela das Chagas Teles³⁰

Vanessa Maria Santiago da Silva³¹

Linha de pesquisa: Sociedade, Economia e Construção do Conhecimento.

DOI: 10.29327/1348690.9-13

1 Introdução

A agricultura familiar é uma atividade que representa uma relevante produção de alimentos para as famílias agricultoras, assim como para a sociedade como um todo, a partir dos excedentes dessa produção. Além das práticas relacionadas ao trabalho com o campo, outras têm sido desenvolvidas com o objetivo de ampliar as possibilidades de incremento na renda familiar.

Essas outras atividades não-agrícolas, como a produção de artesanato e promoção do turismo rural para citar alguns exemplos, são consideradas como pluriatividades que, além de contribuírem para o desenvolvimento local e para um progresso social, econômico das famílias, colaboram para a permanência das pessoas no campo. Para Schneider (2007, p.16), “A pluriatividade refere-se a um

²⁹Mestra em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: crscastrope@gmail.com ORCID: 0009-0007-7018-7762.

³⁰Mestra em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: angelita.teles@hotmail.com ORCID: 0009-0008-4867-9151.

³¹Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: vanessa.mssilva@ufrpe.br ORCID: 0009-0004-6769-5502.

fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família”.

Nesse contexto, encontra-se o exemplo das mulheres agricultoras do Sítio Lamarão, zona rural do município de Picuí, Paraíba, as quais produzem sabão artesanal a partir do óleo de cozinha usado e devidamente descartado em diversos pontos do município.

Nessa direção, o presente resumo objetiva apresentar, a partir de uma revisão bibliográfica, a pluriatividade realizada por essas mulheres como mais uma fonte de renda para as famílias agricultoras. Assim, serão abordados aspectos relacionados à pluriatividade na agricultura familiar, baseadas nas relações da economia solidária e na autoorganização dessas mulheres.

2 Referencial teórico

A agricultura familiar representa uma importância econômica e social e se apresenta como responsável pelo abastecimento de alimentos em nosso país assim como no mundo. Apesar de sua relevância, essa prática enfrenta alguns percalços, sobretudo com os efeitos da globalização e da competitividade com os grandes produtores rurais, como também dificuldades pela falta de recursos para acessar novas tecnologias e assistência técnica. (BERTOLINI et al, 2020).

Albani et al (2022, p. 2) destacam que a forma de trabalho com a terra, na perspectiva da agricultura familiar, “(...) é constituída por pessoas que se caracterizam por serem proprietários e trabalharem em pequenas propriedades rurais, as quais, historicamente, vêm lutando por seus direitos e por reconhecimento”. Assim, a força de trabalho utilizada é realizada pelos membros da família e estes, em muitos casos, utilizam práticas agroecológicas, que visam à defesa do meio ambiente, especialmente, no que diz respeito ao uso de controle biológico contra as diversas pragas que acometem as culturas, evitando, desse modo, o uso de agrotóxicos.

Nos anos 90, a agricultura familiar esteve muito presente na pauta do Estado, muito se devendo ao movimento de fortalecimento de sindicatos e de demais organizações, como Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL/CUT). Essas organizações apresentavam um forte enfrentamento às

políticas agrícolas que, a essa época, eram direcionadas, em maior escala, ao agronegócio e baseadas na consolidação do modelo tecnológico apoiado nos princípios da Revolução Verde (ALBANI et al, 2022).

A atividade da agricultura familiar é reconhecida na Lei Federal número 11.326/2006, que estabelece como particularidades: a) não possuir área maior do que quatro módulos fiscais; b) a mão de obra utilizada nas atividades econômicas ser predominantemente familiar e c) o maior percentual da renda ser obtido das atividades econômicas do estabelecimento (BRASIL, 2006). Com essa lei, a agricultura familiar começa a ser reconhecida como profissão, o que possibilitou uma segurança previdenciária aos/às agricultores/as.

Além das práticas agrícolas, várias outras possibilidades são encontradas pelas famílias agricultoras na intenção de angariar recursos para a renda familiar, como as atividades não-agrícolas. Isso significa dizer que:

[...] a agricultura como atividade produtiva não perdeu sua importância e não deixou de ser parte integrante do mundo rural. O que está acontecendo, no entanto, é que o rural não mais se resume à atividade econômica agrícola, pois a ele passaram a incorporar-se, nas leituras analíticas e nas representações sociais, outras dimensões como a natureza, as famílias rurais, as paisagens, o patrimônio cultural e as tradições, entre outras. (SCHNEIDER, 2009, p. 22).

Para Schneider (2009, p. 23):

[...] a dinâmica da própria agricultura no espaço rural é condicionada e determinada pelas outras atividades ali praticadas e é percebida como um dos agentes das relações que se estabelecem entre a sociedade e o espaço. Talvez o exemplo emblemático, entre outros, dessa mudança na forma de ser do rural seja a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, pois é cada vez mais frequente que uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural se dedique às atividades não-agrícolas, dentro ou fora das propriedades.

Nesse sentido, Musatto (2016) aponta para o fato de que a pluriatividade pode ser considerada como uma possibilidade de reprodução de famílias com pequenas unidades de produção e várias podem ser as motivações para essa forma de atividade, como a geração de mais uma fonte de renda assim como uma maneira de manter o vínculo com a terra. Em pequenas propriedades familiares, a pluriatividade pode ser uma alternativa relevante economicamente, como “uma necessidade de sobrevivência”, não uma simples forma de capitalização, como se observa em unidades maiores e não familiares. (MUSATTO, 2016).

Essa forma de atividade não-agrícola pode ser considerada uma maneira de promover o desenvolvimento local. A respeito deste, Carvalho Filho (1999)

considera que os atores locais são os responsáveis pelo desenvolvimento de seu entorno, pois eles tendem a valorizar as potencialidades locais, seguindo um processo de construção com base na coletividade e que fomenta um novo modelo de crescimento econômico que conteste as lógicas excludentes dos campos socioeconômico e político.

Essa perspectiva de desenvolvimento local surge da crítica ao sentido hegemônico de desenvolvimento, em que este é considerado como um componente ideológico essencial da civilização ocidental, em que o Estado figura como o impulsionador da modernização (ALMEIDA, s/d). Nessa perspectiva, a noção de modernidade apresenta um conteúdo ideológico no qual aponta para o fato de que crescimento significa fim do atraso, este associado às atividades do campo (ALMEIDA, s/d).

Com a crise de acumulação fordista e a possibilidade da passagem do paradigma funcionalista para o territorial, surge, então, a necessidade de se considerar o desenvolvimento local (FROEHLICH, 1998). Nesse sentido, as pluriatividades realizadas nas pequenas propriedades rurais se apresentam como importantes impulsionadoras desse desenvolvimento.

Nesse contexto, é muito importante que se ressalte que esse desenvolvimento local tem uma grande participação de mulheres agricultoras e uma repercussão social e econômica no meio em que vivem. Isso porque, devido às suas atividades produtivas, elas se integram a favor de suas comunidades, articulam diversas dimensões de seu trabalho, tais como a cultural, a social e a econômica, “(...) exercendo um papel mobilizador na representação social, contribuindo para o desenvolvimento da sua localidade” (MEUS; ETHUR, 2021, p. 5).

3 Metodologia

O presente resumo apresenta o resultado de uma pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa documental com o objetivo central de abordar aspectos relacionados à pluriatividade na agricultura familiar, especificamente, a produção de sabão artesanal realizada por mulheres agricultoras assistidas pelo Centro de Educação e Organização Popular (CEOP), Picuí/PB. Este se caracteriza como município de pequeno porte, localizado na região do Seridó paraibano e distante 225 km da

capital João Pessoa/PB, com população composta de 18.333 habitantes, segundo o censo 2020 (IBGE, 2022).

Quanto à pesquisa bibliográfica, Gil (2002, p. 44) aponta que é desenvolvida “[...] com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Assim, a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, de acordo com o que preconizam Marconi e Lakatos (2003, p. 183), “[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo (...) e tem a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”.

No que tange à pesquisa documental, Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 55), ela se baseia “(...) em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

Dessa forma, foram consultadas fontes acadêmicas, como artigos científicos, dissertação de mestrado e capítulos de livros de autores, como Froehlich (1998), Saquet (2007), Schneider (2009), Leonello (2010), Musatto (2016), Bertolini et al (2020), Albani et al (2022), assim como o documento Brasil (2016).

4 Resultados e Discussão

Abordar a pluriatividade na agricultura familiar é compreender as diversas formas que as famílias de pequenos/as agricultores/as encontram para ampliar as possibilidades de produção de sua renda. Nesse contexto, segundo Musatto (2016), é importante considerar fatores endógenos e exógenos que contribuem para o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, estas sendo consideradas como estratégias de resistência e de sobrevivência no campo.

Musatto (2016, p. 67) considera, também, que a pluriatividade no campo pode ser compreendida como “(...) produto e condicionante para a concretização de determinado território, ou seja, como uma territorialidade ou estratégia territorial”. Sobre territorialidade, Saquet (2007, p. 129) afirma que “(...) significa as relações diárias, momentâneas que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente”.

Na agricultura familiar, verificam-se exemplos de associação de agricultores/as que servem de estratégia da pluriatividade para fortalecer seu território e aumentar as possibilidades de acréscimo de renda, o que pode ocasionar

uma melhora nos indicadores socioeconômicos. Vários são os exemplos nos quais se observa o protagonismo da mulher agricultora em atividades não-agrícolas, destacando não somente a potencialidade dela em contribuir com a renda familiar, como seu empoderamento e sua autonomia financeira.

Quando se organizam em associações, além de se perceber a construção de identidades coletivas, essas mulheres driblam um contexto de exclusão social, de falta de amparo estatal para as suas demandas sociais e constituem laços sociais para a sua integração na sociedade (LEONELLO, 2010). A partir disso, executam suas atividades laborais, inserindo-se no sistema produtivo, e afirmam-se enquanto sujeitas.

Um exemplo exitoso de associativismo é um grupo de mulheres agricultoras do Sítio Lamarão, Picuí/PB, que, além de suas atividades no campo, realizam produção de sabão cuja matéria prima é o óleo de cozinha usado é recolhido em vários pontos de coleta do município. A comercialização desse produto é realizada na Feira Agroecológica do município, assim como na sede administrativa do Centro de Educação e Organização Popular (CEOP), instituição que desenvolve ações voltadas ao fortalecimento da Agroecologia e da economia solidária, tendo como um de seus eixos de atuação a mobilização e a organização dos agricultores e agricultoras para a convivência no semiárido (CENTRO DE EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR, 2019).

Em parceria com a Associação Quilombola Serra do Abreu (Nova Palmeira/PB), Associação de Desenvolvimento Comunitário de Serra Baixa, Secretaria Municipal de Agricultura (ambas em Picuí/PB) e a Comissão da Pastoral da Terra (CPT/Campina Grande/PB), o CEOP apresenta atividades voltadas para grupo de mulheres agricultoras, promovendo momentos de formação continuada, assim como desenvolve projetos nos quais as agricultoras figuram como as principais protagonistas. Entre esses projetos, está o incentivo à produção artesanal de sabão realizada a partir de óleo de cozinha usado.

Participam do processo de produção cerca de 20 (vinte) mulheres com faixa etária a partir dos 30 anos. Suas atividades são realizadas na perspectiva da economia solidária, como uma forma alternativa de geração de renda, o que pode ser compreendido como um empreendimento solidário, expressão que se contrapõe ao que se entende por empreendedorismo, sendo este considerado, segundo Carmo et al (2021, p. 19), “ideologia depositária de uma racionalidade neoliberal,

cuja forma de disseminação por meio de discursos, imperativos e normas de conduta, acaba por naturalizar sua forma de dominação”.

A produção mensal dessas mulheres é de 200 (duzentas) unidades de sabão por mês e essa atividade começou há dois anos, incentivada pelo CEOP. O controle das despesas é realizado pelo grupo, havendo sempre prestação de contas do que precisam comprar para a produção e do que arrecadam. A divisão do lucro da venda do sabão é realizada, em partes iguais, entre elas.

Elas se organizam com livro de ponto, em que registram a sua participação na produção e o tempo que despendem com ela. Uma das mulheres do grupo é responsável pela realização das compras dos materiais necessários para essa produção e a captação de cliente é feita por todas também, assim como a venda do produto, que é realizada na comunidade e em municípios vizinhos.

No processo de produção do sabão artesanal, essas mulheres não só participam do desenvolvimento local, a partir da comercialização de seus produtos e dá visibilidade para as potencialidades locais, como desempenham um importante papel na garantia da sustentabilidade do planeta. Este é um tema urgente e que se apresenta como pauta relevante para discussões sobre meio ambiente e a relação do ser humano com esse meio.

Assim, a fabricação de sabão artesanal é uma forma sustentável e contribui para que se evite o descarte inadequado do óleo de cozinha usado. Este, quando jogado pelos ralos das pias da cozinha ou em ambiente externo às residências, pode contaminar o meio ambiente.

Em estudo realizado por Caldas et al (2023), um litro de óleo pode contaminar o equivalente a 1 milhão de litros de água, consumo aproximado de uma pessoa em um espaço de tempo de 14 anos. O fato de não se misturar com a água, sendo descartado em rios, pode criar uma espécie de barreira que dificulta o acesso à luz e a oxigenação da água, o que compromete a base da cadeia alimentar aquática e que pode ocasionar enchentes e aquecimento do planeta. (CALDAS et al, 2019).

Assim, além de uma forma de incremento de renda para as mulheres agricultoras, essa produção de sabão artesanal se apresenta como uma importante contribuição para o equilíbrio ambiental. Com a disposição de pontos de coleta localizados no município de Picuí, também é possível considerar uma mudança nos

hábitos da população quanto ao descarte adequado e ecológico do óleo de cozinha usado.

Do ponto de vista da economia solidária, esta, segundo Faria (2017, p. 636), apresenta-se como “(...) mecanismo de consolidação de organizações populares de geração de emprego e renda por meio de grupos comunitários, associações ou cooperativas”. Ainda com esse autor, “Pode-se encontrar sob esta denominação, por exemplo, empreendimentos nos quais o trabalho é realizado em unidades familiares, envolvendo vários membros da família na produção de mercadorias (...)” (FARIA, 2017, p. 636).

No caso das mulheres agricultoras do Sítio Lamarão, toda a produção é realizada na associação de agricultores/as de maneira cooperada e autogestionada. O CEOP apenas presta assistência no que se refere a orientações acerca de como se organizar em modo cooperativo, além de colaborar com a comercialização do sabão na área urbana do município.

5 Conclusões

A mulher agricultora representa uma importante contribuição para a garantia da produção de uma alimentação saudável, para a soberania e segurança alimentar, assim como para o desenvolvimento local. Além disso, ela também participa, de maneira ativa, da promoção das pluriatividades realizadas em suas propriedades rurais, contribuindo com o crescimento da renda familiar, através de beneficiamento de seus produtos agrícolas e de sua comercialização, assim como a produção de itens não-agrícolas, baseadas nos princípios da economia solidária.

A pluriatividade também colabora para que a mulher agricultora possa alcançar sua independência financeira e seu empoderamento. Com isso, a configuração do trabalho no campo começa a possibilitar a visibilidade da importância do trabalho da mulher agricultora.

A pluriatividade, na agricultura familiar, são exemplos positivos para a geração de renda complementar para as famílias. Além disso, contribui para que esses/as agricultores/as permaneçam no campo, evitando, dessa forma, o êxodo rural, o qual, muitas vezes, provoca a precarização dessas pessoas no ambiente urbano.

6 Referências

ALBANI, Ionara Cristina; COUSIN, Cláudia da Silva; Dickmann, Ivo. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Revista Ambiente & Educação**. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG v. 27, n. 01, Agosto, 2022.

ALMEIDA, Jalcione. **Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável**. s/d. s/l.

BERTOLINI, Maria Madalena; PAULA FILHO, Pedro Luiz; MENDONÇA, Saraspathy Naidoo Terroso Gama de. A importância da agricultura familiar na atualidade. **Congresso Internacional da Agroindústria**, s.l., 25 a 27 de setembro de 2020.

BRASIL. Lei nº11.326/2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, **Casa Civil**, 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 02 nov. 2023.

CALDAS, Caroline Lima Caldas; CARVALHO, Laylson da Silva; BASTOS, Lucas de Sousa; BARROS, Suely Cristina Borges. Produção de sabão ecológico como metodologia de ensino de ciências no programa residência pedagógica. **VI Congresso Nacional de Educação**, Fortaleza, Ceará, 2019.

CARMO, Luana Jéssica Oliveira; ASSIS, Lilian Bampirra de; GOMES JÚNIOR, Admardo Bonifácio; TEIXEIRA, Marcella Barbosa Miranda. O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. **Cad. EBAPE.BR**, v. 19, nº 1, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2021.

CARVALHO FILHO, M.V. Assessoria ao processo de desenvolvimento local. Rio Grande do Norte. **Projeto de Cooperação Técnica – INCRA–IICA**, 1999.

CENTRO DE EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POPULAR (CEOP). **Práticas Solidárias no Semiárido**. Picuí/PB: 2019.

FARIA, José Henrique de. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, nº 3, Artigo 5, Rio de Janeiro, Jul./Set. 2017.

FROEHLICH, José Marcos. O “Local” na Atribuição de Sentido ao Desenvolvimento. **R. paran. Desenv.**, Curitiba, n.94, maio/dez. 1998, p. 87-9.

GIL, Carlos Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Picuí. 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/picui/panorama>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

LEONELLO, José Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2010.

MARCONI; Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEUS, Albina Graciéla Aguiar; ETHUR, Luciana Zago. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, Paraná - Brasil. v. 17, e2117327, p. 01-14, 2021.

MUSATTO, Rogério Michael. **Pluriatividade na Agricultura Familiar na comunidade de Palmeirinha no município de Itapejara D'Oeste - PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Francisco Beltrão, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 1ª Edição. Expressão Popular: São Paulo, 2007.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**. Ano XVI – Nº 3 – Jul./Ago./Set. 2007.

DO AXÉ AO XAMÃ: UMA ANÁLISE SOBRE RAÍZES E RITUAIS DAS PLANTAS MEDICINAIS NA UMBANDA

Angela das Chagas Teles³²

Vanessa Maria Santiago da Silva³³

DOI: 10.29327/1348690.9-2

1 Introdução

Desde os primórdios da humanidade a interação entre a espiritualidade e natureza tem sido uma constante em diversas tradições culturais ao redor do mundo. No contexto brasileiro, a Umbanda, como uma religião sincrética que mescla elementos de diversas origens, destaca-se por sua rica conexão com as forças da natureza, em especial, o uso ritualístico e terapêutico das plantas medicinais.

Segundo Santos e Fortuna (2023), a origem da palavra Umbanda provém de duas línguas africanas, Umbundo (Umbundu) e Quimbundo (Kimbundu), que significa “arte de curandeiro”; “ciência médica”, “medicina”. Em consonância a essa ideia, onde há um curandeiro e o conhecimento das ervas medicinais, de acordo com Perinazzo e Baldoni (2022), nas religiões afro-brasileiras, o uso de plantas é considerado imprescindível, desempenhando papéis sacral, funcional, fundamentais e característicos dessas práticas religiosas. O primeiro vinculado ao pensamento mítico, sendo nelas depositado o axé, a força vitalizadora das divindades. O segundo proporcionando condições ideais para o contato com o sagrado por meio do transe.

³²Mestra em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: angelita.teles@hotmail.com ORCID: 0009-0008-4867-9151.

³³Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: vanessasantagoies@gmail.com. ORCID: 0009-0004-6769-5502.

O universo umbandista, marcado por suas raízes africanas, indígenas e europeias, revela uma profunda reverência à natureza, onde as plantas são consideradas portadoras de energias espirituais e propriedades curativas. Perinazzo e Baldoni (2022), assevera que em diversos aspectos, no Brasil a religiosidade é reflexo da influência dos povos europeus e africanos associados à população indígena, correspondendo por um rico legado de práticas ritualísticas utilizadas pelo povo ao longo da história. A ação das plantas e da fé se revela como algo poderoso na Umbanda.

Para Kenneri et al (2019), foi observado também que as plantas podem atuar como intermédio da fé, a qual pode estabelecer a eficiência do princípio de cura das plantas para potencializar seus efeitos e atuar sobre as enfermidades. Este estudo visa adentrar os intrincados matizes dessa relação, concentrando-se na revisão da literatura narrativa que aborda o emprego de plantas medicinais na prática umbandista. Ferreira et al (2021), cita que a valorização deste saber é fundamental para o avanço da ciência. No entanto, a literatura acadêmica existente oferece apenas vislumbres fragmentados dessa rica tradição, deixando lacunas substanciais que impedem uma compreensão abrangente e aprofundada dessa interseção entre espiritualidade e fitoterapia na Umbanda.

O objetivo central deste trabalho é realizar uma revisão crítica e narrativa da literatura, visando identificar o conhecimento atual sobre o uso de plantas medicinais nessa prática religiosa. Exploraremos algumas plantas utilizadas nos rituais umbandistas, suas propriedades terapêuticas e os significados culturais atribuídos a essas práticas. Contudo, para alcançar esse objetivo, é essencial confrontar as limitações e carências presentes na pesquisa existente.

Ao abordar criticamente os estudos disponíveis, é possível identificar lacunas conceituais e metodológicas que destacam a necessidade premente de uma investigação mais profunda. Por meio desta revisão, aspiramos oferecer percepções valiosas para pesquisas futuras, delineando direções que promovam uma compreensão mais holística e integrativa do papel das plantas medicinais na vivência espiritual umbandista. Dessa forma, almejamos contribuir não apenas para o acervo científico, mas também para o respeito e reconhecimento da complexidade cultural e espiritual presente nas práticas de cura e rituais da Umbanda.

2 Referencial teórico

Para Almeida (2011), a origem do conhecimento humano sobre as virtudes das plantas confunde-se com sua própria história. A interseção entre as práticas espirituais e a utilização de plantas medicinais constitui um fenômeno complexo que remonta às antigas tradições culturais. Silva et al (2016), cita que no Brasil tanto o processo de escravidão como de abolição dos povos escravizados, sequestrados no continente africano e trazidos para Brasil, acarretou uma troca mútua de espécies vegetais, garantindo assim o compartilhamento entre culturas. Desse modo, as plantas medicinais são parte integrante das práticas espirituais das religiões de matrizes africanas nesse país.

Almeida et al (2012), defende que [...] as plantas têm seus papéis determinados dentro dos rituais e estes têm muito a ver com suas propriedades. A Umbanda, religião afro-brasileira que mescla elementos do candomblé, espiritismo, catolicismo e etc., destaca-se por seu sincretismo religioso e pela incorporação de elementos da natureza em seus rituais.

De acordo com Ferreira et al (2021), o uso dos vegetais nos rituais de Umbanda é diversificado e complexo, relacionada diretamente ao conjunto de divindades cultuadas na região, portanto as espécies utilizadas variam muito entre os terreiros. Dentro desse contexto, as plantas medicinais emergem como componentes essenciais nas práticas rituais, não apenas pela sua utilidade terapêutica, mas também pelos profundos significados culturais atribuídos a esses recursos botânicos.

Segundo Perinazzo e Baldoni (2022), destacam a grande importância das plantas nos rituais afro-brasileiros. A utilização de plantas medicinais na Umbanda remonta às tradições indígenas e africanas que influenciaram o desenvolvimento dessa religião no Brasil. No âmbito dos rituais umbandistas, as plantas são empregadas não apenas como instrumentos terapêuticos, mas também como meios de estabelecer conexões espirituais e canalizar energias benéficas.

Kenneri et al (2019), cita que as plantas podem funcionar como intermédio da fé, a qual pode estabelecer a eficiência do princípio de cura das plantas, aumentar seus efeitos e atuar sobre as enfermidades. Em consonância a essa ideia Santos e Fortuna (2023), defendem que uso das plantas medicinais não se limita somente ao interior dos terreiros, mas se estendem aos médiuns e adeptos em suas casas,

com rituais rotineiros com benefícios como de curas espirituais, limpeza energética de si mesmo, parentes ou do ambiente, proteção e prosperidade. As ervas são cuidadosamente selecionadas com base em suas propriedades medicinais e em suas correspondências simbólicas com entidades espirituais específicas.

Dentre as plantas frequentemente empregadas na Umbanda, destaca-se o uso ritualístico da arruda, conhecida por suas propriedades purificadoras e de proteção espiritual. Conforme mencionado por Almeida (2011), a arruda é usada em diversos rituais como catimbó e pajelanças e nos banhos, está presente para afastar olho gordo e má sorte, banhos de cheiro usados para purificação e defesa. A incorporação de elementos da flora brasileira nos rituais não apenas ressalta a riqueza da biodiversidade do país, mas também sublinha a importância da conexão com a natureza como um elo fundamental entre o sagrado e o profano.

No âmbito terapêutico, a Umbanda reconhece a eficácia das plantas medicinais no tratamento de diversas afecções físicas e espirituais. Fitoterapeutas dentro das comunidades umbandistas desempenham um papel crucial na orientação do uso adequado das plantas, combinando conhecimentos ancestrais com abordagens contemporâneas de medicina holística. Esse sincretismo de saberes contribui para a aceitação e integração das práticas de cura baseadas em plantas na sociedade contemporânea.

Além das propriedades terapêuticas, as práticas envolvendo plantas medicinais na Umbanda são carregadas de significados culturais profundos. Cada erva, folha ou raiz é considerada portadora de uma energia única, conectada a divindades e entidades espirituais específicas. Conforme mencionado por Almeida et al (2012) a utilização de determinadas partes da planta (raiz, caule, folha, flor, fruto e semente) produzem vibrações mentais e irradiações energéticas que fluem com intensidade e atuam em benefício daqueles que necessitam de algum tipo de ajuda. O ato de colher, preparar e aplicar as plantas durante os rituais é permeado por simbolismos que transcendem o plano físico, incorporando dimensões espirituais e simbólicas que enriquecem a experiência religiosa.

Desse modo, o uso de plantas medicinais na Umbanda constitui um campo fascinante de estudo, que combina tradições culturais profundas com uma abordagem contemporânea da medicina holística. A integração harmoniosa desses elementos contribui para a singularidade e riqueza da prática religiosa umbandista, destacando a interconexão entre a natureza, a espiritualidade e a cura.

3 Metodologia

A metodologia adotada neste estudo, consistente em uma revisão da literatura narrativa, segue uma abordagem sistemática para a análise aprofundada das práticas envolvendo o uso de plantas medicinais na Umbanda. O estudo é orientado pela abordagem defendida por Cordeiro et al (2007), que define a revisão narrativa como um método que não é rigidamente protocolado, permitindo flexibilidade na busca e seleção de fontes relevantes. Assim sendo, a pesquisa algumas etapas: i) formulação da pergunta; ii) critérios de inclusão e exclusão relacionado ao foco do estudo, nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico; iii) busca e seleção de estudos publicados entre 2007 e 2023; iv) análise e síntese e v) escrita da revisão.

Vosgerau e Romanowski (2014) destacam a amplitude da revisão narrativa, oferecendo um espaço interessante para discussões importantes, o que permitiu aos autores contribuir de forma contextualizada para os debates. A leitura crítica e a síntese dos dados foram conduzidas de maneira a elucidar as lacunas conceituais e metodológicas existentes na literatura, orientando assim o delineamento de direções para pesquisas futuras. Essa abordagem metodológica, embasada na revisão da literatura narrativa, busca não apenas mapear o conhecimento atual sobre o uso de plantas medicinais na Umbanda, mas também proporcionar uma compreensão mais abrangente e integrativa das práticas rituais e terapêuticas nessa fascinante tradição religiosa brasileira.

4 Resultados e Discussão

Os resultados desta revisão da literatura narrativa proporcionam uma visão abrangente e contextualizada do uso de plantas medicinais na Umbanda, destacando aspectos rituais e terapêuticos. Conforme Nogueira (2007) cita, a umbanda teria surgido no início do século XX, mais precisamente em 15 de novembro de 1908, num centro espírita de Niterói (RJ). Kenneri et al (2019), defende que na contemporaneidade as diversas plantas são utilizadas em rituais de religiões de matriz africana, que promovem a aproximação do mundo espiritual por meio de oferendas e ativação das plantas para fins curativos. Desse modo,

busca-se a partir de Umbanda, uma religião relativamente nova, a cura do corpo, mente e espírito.

A análise revelou uma diversidade significativa de plantas empregadas em práticas umbandistas, cada uma carregando consigo significados culturais e espirituais específicos. Entre as plantas mais comumente mencionadas estão a arruda, a guiné, a manjerição e o alecrim, associadas a propriedades espirituais de purificação e proteção, além de atributos terapêuticos reconhecidos.

Segundo Almeida (2011), com a chegada dos africanos para o Brasil, após três séculos de tráfico escravo, muitas foram as espécies vegetais trazidas, substituídas por outras de morfologia externa semelhante, enquanto algumas foram levadas daqui para o continente africano. No âmbito ritual, observou-se a realização de cerimônias específicas, muitas vezes guiadas por líderes espirituais, que incorporam o uso de plantas medicinais para estabelecer conexões espirituais, promover cura e equilibrar energias. Almeida et al (2012), afirmam que as plantas utilizadas nos rituais de cura são as mesmas conhecidas na medicina popular ou tradicional por todas as camadas sociais. Em complemento a essa ideia Ferreira et al (2021) dizem que a utilização das plantas nos rituais de Umbanda é diversa e está atrelada ao conjunto de divindades cultuadas em uma localidade, por isso as espécies usadas diferem entre os terreiros. Esses rituais, enraizados em tradições africanas, indígenas e europeias, evidenciam a riqueza da cosmologia umbandista, onde as plantas assumem papéis simbólicos fundamentais.

De acordo com Almeida (2011), os portadores de conhecimento etnomédico respeitável no terreiro, prescrevem o uso das folhas, raízes, sementes e cascas para fins medicinais, banhos, ebós e outros propósitos ritualísticos. Almeida et al (2012), corrobora para esse pensamento citando que nem todos os adeptos das religiões afro-brasileiras sabem os verdadeiros e ocultos significados e utilidades dos materiais que usam em seus rituais e oferendas. Assim, pode-se intuir que apenas alguns detêm o conhecimento das plantas com o objetivo de cuidar da comunidade.

No que concerne às propriedades terapêuticas, os estudos revisados indicam que as plantas medicinais utilizadas na Umbanda possuem compostos bioativos reconhecidos por suas propriedades curativas. Almeida (2011), cita: i) o alecrim nos amacis de fortificação de "cabeça" e na confecção de incensos na prática religiosa da Umbanda, além disso planta é associada a divindades como Oxóssi, Caboclos e

Pretos-velhos; ii) arruda, outra planta mencionada no texto, ela é utilizada em rituais como catimbó e pajelanças. Nos banhos, a arruda está presente para afastar olho gordo e má sorte, sendo também usada em banhos de cheiro para purificação e defesa. Essa convergência entre o conhecimento tradicional e a validação científica aponta para a relevância dessas práticas no contexto da saúde holística. No entanto, a literatura revela lacunas consideráveis, tanto em termos de estudos científicos rigorosos quanto na documentação detalhada das práticas rituais na Umbanda, pois não foram encontrados trabalhos que discutiam esse objeto de estudo, sugerindo a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada e integrativa.

Esses resultados consolidam a importância de uma compreensão mais holística do papel das plantas medicinais na Umbanda, não apenas como agentes terapêuticos, mas como elementos essenciais na construção da identidade cultural e espiritual dessa religião sincrética. Essa síntese de resultados não apenas contribui para o acervo científico sobre a interseção entre espiritualidade e fitoterapia, mas também aponta para a necessidade de pesquisas futuras que preencham as lacunas identificadas, promovendo uma apreciação mais profunda e respeitosa dessas práticas na rica tapeçaria da Umbanda.

5 Conclusões

Emerge uma compreensão mais profunda da intrincada relação entre as plantas medicinais e a Umbanda, delineando-se uma complexa rede de significados culturais, espirituais e terapêuticos. A revisão da literatura narrativa permitiu traçar um panorama abrangente das práticas rituais e terapêuticas associadas ao uso de plantas medicinais, destacando a diversidade de elementos que convergem para a riqueza cosmogônica desta religião sincrética.

Destaca-se a relevância de investigações mais aprofundadas sobre a interseção entre Umbanda, plantas medicinais e rituais. A complexidade dessa tradição sincrética demanda estudos mais detalhados para preencher as lacunas identificadas na literatura existente. Além disso, ressalta-se a importância de abordar questões de racismo estrutural na sociedade, considerando a influência desses preconceitos na percepção e valorização das práticas culturais afro-brasileiras. O entendimento mais profundo desses temas não apenas enriquecerá o conhecimento acadêmico, mas também contribuirá para uma

apreciação mais respeitosa da diversidade cultural e espiritual presente nas práticas de cura e rituais da Umbanda.

6 Referências

ALMEIDA, M. Z. **Plantas medicinais**. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5376/1/Plantas_medicinais_3ed_RI.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

ALMEIDA, Graciela; BARBOSA, Adriana; SANTANA, Marise; Conhecimento e uso de plantas medicinais da cultura afro-brasileira pelos moradores da comunidade da fazenda velha no município de Jequié-Ba. **Veredas da História**. V.5, n. 2, p. 27-39, 2012.

CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto; Grupo de Estudo de Revisão Sistemática do Rio de Janeiro (GERS-Rio). Revisão Sistemática: Uma Revisão Narrativa. **Comunicação Científica**, v. 34, n. 6, p. 428-431, nov./dez. 2007.

Douglas, PERINAZZO; Daiana, BALDONI; Potencial de uso medicinal e místico de plantas utilizadas em rituais de umbanda. **Rev. Elet. Cient. da UERGS**, (2022) v. 8, n. 02, p. 108-120, 2022.

FERREIRA, Maria Eduarda; ELIAS, Guilherme; ASSUNÇÃO, Viviane; CITADINI-ZANETTE, Vanilde. Plantas medicinais utilizadas em rituais de umbanda: estudo de caso no sul do Brasil. **ETHNOSCIENTIA**, v.6, n.3, junho/2021

Kenneri ALVES; POVH, Juliana; PORTUGUEZ, Anderson .Etnobotânica de plantas ritualísticas na prática religiosa de matriz africana no município de Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil. **Ethnoscientia**, v. 4, 2019

NOGUEIRA, Léo. Do NEGRO AO BRANCO: breve história do nascimento da umbanda. **Caminhos**, Goiânia, v. 5, n. 2, p. 487-491, jul./dez. 2007

SILVA, Juma; SILVA, André; MUNIZ, Ariane Rodrigues; SOUZA; CONCEIÇÃO, Eltamara; Plantas medicinais trazidas da África para o Brasil: africanizando o Brasil. **Anais do Congresso Nordestino de Biólogos**, v.6: Congrebio 2016.

RIO DA VIDA: UMA METODOLOGIA DE EDUCAÇÃO POPULAR?

Marialda Moura da Silva³⁴

José Nunes da Silva Maria³⁵

Maria Rita Ivo de Melo Machado³⁶

Marli Gondim de Araújo³⁷

Maria Katiana Barbosa da Silva³⁸

DOI: 10.29327/1348690.9-16

1 Introdução

Quem anda no trilho é trem de ferro
Sou água que corre entre pedras:
(MANOEL DE BARROS, 1996)

Esse resumo expandido tem como objetivo explicitar o processo de construção de auto reflexão coletiva e consolidação de identidades territoriais de comunidades populares a partir da metodologia “o rio da vida” com a intencionalidade de estabelecer diálogos entre os/as sujeitos/as participantes e que evidenciem os aspectos históricos, sociais, políticos, econômicos, culturais e de resistências de uma determinada comunidade e contexto socioespacial.

³⁴Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFPE; FIOCRUZ/DF; Email: silvamarialda.mari@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0979-5060>

³⁵Orientador, Doutor em Sociologia. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: jose.nuness@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8544-5935>.

³⁶Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Professora do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT da UFRPE. E-mail: mariarita.machado@ufrpe.br. ORCID: 0000-0002-7301-9090.

³⁷Mestrado e Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco- UFPE; Núcleo Jurema, feminismo e agroecologia, Universidade Federal Rural de Pernambuco; Email: marligondim@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3026-3007> .

³⁸Bacharelado em Serviço Social, Centro Universitário Facex RN; Estudante de Licenciatura em Geografia – IFRN; Email: katianelilas@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-9001-7862>.

A metodologia tem a intencionalidade de fortalecer a história da comunidade e de suas lutas para reprodução das suas existências e, assim, construir e valorizar a memória coletiva produzindo um recurso simbólico construído em grupo através da metáfora de um rio. Marcadores como afluentes, desvios, trajetórias, divisores de água, meandros (curvas), canalizações, barragens, nascente, foz, estuário, fauna, flora devem ser utilizados como analogias aos fatos históricos da comunidade ou que as afetaram. Valoriza a construção coletiva do conhecimento, em relação a problemas e fortalecimento de potencialidades

O estudo de caso para explicitar o processo de construção e autoreflexão coletiva, envolveu um grupo de mulheres do município de São Miguel do Gostoso – RN em 2021, durante a ação da Articulação Nacional da Agroecologia – ANA, durante um Ciclo de debates sobre a realidade das mulheres na agroecologia e economia solidária, diante à Covid 19. Participaram desse processo, mulheres da Rede Xiquexique, do Conselho municipal de assistência social, Colônia de Pescadores, Organização “Tribo”, mulheres da comunidade de Tabua e funcionárias da Prefeitura municipal que atuam na temática.

A realização do “o rio da vida” nesta e em outras ocasiões, possibilitou a construção de algumas conclusões a respeito da aplicação da metodologia evidenciada e que serão aqui dissertadas. Buscamos divulgar e ampliar as possibilidades de aplicação desta metodologia pedagógica transformadora e criadora de um olhar crítico, empoderado e de valorização da história das sujeitas e de sua comunidade.

2. Rio, diálogo e metáfora: esclarecimentos conceituais

Na geografia aprendemos que os rios nascem, via de regra, no ponto mais alto do relevo, que ele, através da força da gravidade, segue seu curso natural escavando o solo, erodindo rochas, criando percursos ora sinuoso, ora encaixado, ora mais caudaloso, ora quase que como um riacho. Os rios que compõe uma bacia hidrográfica se caracterizam de diferentes formas e constroem caminhos alternativos de acordo com os obstáculos ou acolhimentos das suas águas.

Há momentos em que agentes externos aos rios atuam modificando e interferindo na sua dinâmica própria, na alteração de paisagens. Os rios se

caracterizam por um eterno processo metabólico, sempre em busca de transformação e renovação, assim é o rio da vida?

Segundo Jatobá (2017):

Uma bacia hidrográfica é o conjunto de áreas com caimento superficial para determinada seção transversal de um curso d'água, medidas as áreas em projeção horizontal (GARCEZ, 1976, p. 39). Uma bacia hidrográfica pode ser considerada como um sistema dialeticamente aberto, ou seja, aquele em que um conjunto de elementos e alterações estão inter-relacionados, que trocam energia e matéria com as áreas adjacentes. (JATOBÁ, 2017. p. 122).

Fazendo uma metáfora, é possível entender a comunidade como um rio da bacia hidrográfica e, como tal, faz parte de um conjunto de elementos e estão sujeitas a alterações pertinente às inter-relações dos componentes desse sistema. Cada rio e cada trecho de rio possui um conjunto de características próprias que podem fortalecê-lo ou enfraquecê-lo. Ainda, segundo Jatobá (2017):

Os rios que compõem uma determinada bacia hidrográfica atravessam, em geral, faixas que apresentam diversas litomassas, com características físicas e químicas particulares. A infiltração das águas está fortemente conectada com o mosaico de rochas que fazem parte da bacia hidrográfica. A maior ou a menor permeabilidade dos terrenos interfere em dois aspectos da fisiologia das paisagens: a infiltração das águas precipitadas e na velocidade das enchentes, sobretudo em compartimentos de relevo plano, do tipo planície aluvial (JATOBÁ, 2017. p. 122).

Os rios têm margens altas, às vezes íngremes. Podem cortar paisagens, seja ela rochosa ou montanhosa. As sinuosas cordilheiras se assemelham a uma dança, a dança da vida. Enquanto o rio corre e, ou mesmo, quando ele parece não mais correr, ele tem vida. Sua diversidade de cores e densidade, pode sofrer interferências externas e até esmorecer.

Ao seguir o seu curso natural, pode fluir entre rochas e arbustos e, no seu percurso, transformar-se em pequenas cachoeiras. Algumas correntezas podem conduzir a agitações e turbulências e a mudanças de percurso. Em que isso, assemelha-se a vida?

Na literatura, encontramos a utilização de metodologias participativas no contexto da educação popular e no desenvolvimento de pesquisas participantes, onde as/os sujeitas/os desempenham um papel fundamental na produção do

conhecimento e na condução de uma pesquisa, visto que são produtores de saberes e conhecimentos ancestrais. Nesse aspecto, o diálogo é fundamental.

Ao trazer para a reflexão a importância do diálogo no processo educativo, Brandão e Golveia (2011), consideram a construção do conhecimento como uma relação de troca e cooperação, sendo que o diálogo possibilita descobertas individuais e coletivas e que não educa o:

[...] sujeito apenas para um determinado saber ou fazer. Nesse círculo se prepara para a vida crítica em sociedade e para a redescoberta do próprio ser humano como tal e como ser social, que vive em permanente contato com os seus próprios limites e com as suas potencialidades no encontro e no confronto com o outro, com quem disputa poder, mas que ao mesmo tempo, reconhecendo-se diferente, ao se relacionar, se reconhece melhor no outro e, com a ajuda dele, enxerga melhor a si mesmo e pode, por conseguinte, intervir crítica e radicalmente no contexto, no mundo em que vive (FREIRE, 2003, p. 171).

Reconhecer a/o outra/o, suas potencialidades e limites, fortalece o processo contínuo de construção coletiva. Nesse aspecto, a/o mediadora/o é uma agente de transformação social e de busca por uma sociedade mais democrática e justa. O diálogo deve ser valorizado em toda a sua dimensão.

O rio está em constante movimento, assim como “todas as coisas se movem e nada permanecem”, “não podes entrar duas vezes no mesmo rio, “outras águas fluem”. O pensamento de Heráclito, tende a “induzir o ouvinte/leitor a problematizar e refletir sobre certos aspectos da realidade” (SILVA, 2021). A vida, assim como o rio, segue em constante movimento. Assim, é o conhecimento, um processo contínuo de investigação e descoberta, na busca de novas evidências e perspectivas (Demo, 2005).

O “rio da vida” é uma metáfora, que consiste em atribuir a um termo, um valor diferente e poético do que o atribuído no seu sentido literal, Tem por objetivo, criar uma comparação implícita aos elementos subjacentes, ao comparado. Este, fica subentendido (Magalhães e Cereja:1999).

O recurso do diálogo mediado via elementos metafóricos possibilita abrir e estruturar o diálogo com dimensões simbólicas mais próximas da linguagem e vivências dos dialogantes, abrindo espaço para uma licença poética da sua história de vida, apesar das agruras. O filósofo Sócrates, por exemplo, valia-se frequentemente de recursos metafóricos para clarear as noções de conhecimento e de verdade (Dalbosco, 2009).

A primeira definição da palavra “metáfora” data da Grécia Antiga, nos escritos aristotélicos (Aristóteles, trad. 1999). Para Aristóteles, “metáfora é a transferência do nome de uma coisa para outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou de uma espécie para outra, ou por analogia” (ZANELLO, 2007, p. 132).

Atualmente entende-se como um equívoco pensar na metáfora apenas como uma simples troca do nome de uma coisa por outra por meio da analogia. A metáfora tornou-se uma figura de linguagem que para Eco,

[...] se entende por metáfora tudo aquilo que dela foi predicado ao longo dos séculos, torna-se claro que tratar a metáfora significa no mínimo tratar também (e a lista está incompleta): símbolo, ideograma, modelo, arquétipo, sonho, desejo, delírio, rito, mito, magia, criatividade, paradigma, ícone, representação – e também, como é óbvio, linguagem, signo, significado, sentido (ECO, 1994, p.20).

Igualmente a metodologia participativa dialogada “o rio da vida”, no contexto da educação popular, tem sido utilizada como uma ferramenta para promover a reflexão crítica sobre uma determinada realidade territorial e socioespacial de comunidades buscando uma reflexão coletiva em contextos sociais diversos.

O rio da vida, é uma metodologia que pode ser adaptada e aplicada em diferentes contextos, envolvendo pessoas individualmente ou grupo de pessoas. Busca promover o diálogo e a construção coletiva de uma determinada realidade, a solução de problemas e o fortalecimento de potencialidades.

3 Metodologia

No contexto em que a metodologia foi aplicada, o “rio da vida” teve a finalidade de proporcionar às mulheres um momento de reflexão coletiva sobre as práticas agroecológicas e de economia solidária diante da pandemia, por meio de uma narrativa imaginária e relacionada às características físicas e outros elementos simbólicos que remetem a dinâmica de um rio.

O “rio da vida” é uma ferramenta muito útil, pois lança luz sobre aspectos da história de um coletivo e, assim, ilumina aspectos, fatos, processos que fornecem informações e propiciam análises importantes para o planejamento, elaboração de projetos e avaliação de percursos temporais.

As informações serão registradas e colocadas sobre o rio. O material utilizado é simples: cartolina e pincel e se possível, informações sobre a realidade para suscitar o debate. Recomenda-se duas pessoas mediadoras da metodologia;

uma coordena, a outra anota as questões que serão sistematizadas. A metodologia pode ser ajustada a diferentes realidades. Aqui, a/o educadora/o tem um papel fundamental nessa condução, interagindo com o contexto social ao qual está sendo refletido. Nesse caso, pode adicionar questões e elementos que sejam pertinentes ao debate.

4. Resultados e Discussão

Foi solicitado que as mulheres relembassem a vida de sua organização no município, no contexto da agroecologia e economia solidária e que olhassem para o rio da vida delas e de sua organização, naquele momento presente e com isso trouxessem para a construção coletiva as propostas para superação de problemas identificados no percurso desse “rio”.

Para isso, elaboramos três questões: Como tem sido a vida das mulheres antes da pandemia? Quais os impactos da pandemia sobre a vida das mulheres? Como essa realidade afetou a produção agroecológica e a comercialização solidária, e sobre as relações no contexto familiar, do trabalho doméstico e do cuidado, quais foram os principais desafios na pandemia (aqui utilizamos como metáfora os afluentes, desvios, trajetórias, divisores de água, curvas) no percurso e trajetórias de vida.

À luz desse olhar contemplativo, solicitamos que as mulheres identificassem nas suas atividades - a participação na feira, as atividades nos quintais produtivos e nos espaços coletivos, a organização das mulheres, as atividades com o trabalho doméstico e do cuidado - aspectos que considerassem importante observar nesse processo.

Dentre os problemas identificados: a realidade da divisão sexual do trabalho com a sobrecarga nas mulheres, as dificuldades com a comercialização da produção agroecológica agroecológica na pandemia, a participação nos espaços e os cuidados em relação a transmissibilidade do covid. Além disso, as mulheres trouxeram para a reflexão coletiva aspectos relacionados às dificuldades com o acesso ao trabalho, a renda, a violência. As nuances e curvas do rio foram utilizadas como uma metáfora para identificar aprendizados, conquistas e desafios que se encontram no correr de suas águas/vida, onde se assentam os desafios e perspectivas dessa mesma realidade.

Nesse aspecto, foi visto que o acesso à alimentação saudável e a utilização de plantas medicinais, uma prática recorrente, continuasse. Em relação ao trabalho doméstico e do cuidado, algumas se organizaram e criaram um grupo denominado “aldeias de mães”. O trabalho na agricultura, foi colocado como alternativa, onde se renova as energias e um refúgio para o afastamento dos problemas cotidianos. Como proposta de retomada da auto-organização das mulheres, foi sugerida a realização de um ciclo de formação sobre saúde da mulher.

5 Conclusões

O “rio da vida” é uma metodologia que pode ser utilizada em diferentes contextos, desde a problemática individual de uma pessoa à compreensão sobre a organização de um agroecossistema, por exemplo, bem como na análise e problematização do percurso de uma organização, grupo, associação, cooperativa, etc, visto que ela favorece a reconstrução da trajetória histórica de um movimento ou organização, evidencia suas lutas, conquistas e dificuldades, que a realidade envolve obstáculos, dificuldades, mas também as resistências das mulheres. As soluções são as águas que desaguam em oceanos e em outros rios e que possibilita um novo recomeço, uma nova trajetória, novos desafios.

Ao mesmo tempo, a metodologia contribui e fortalece a construção coletiva, dando aos/as sujeitos/as a oportunidade de se pronunciar, mediante o olhar individual para uma realidade coletiva, evidenciando aspectos da realidade que muitas vezes não são ditas.

O “rio da vida” é uma metodologia para educação popular que busca promover a reflexão crítica de uma ação transformadora. Essa abordagem reconhece a importância das experiências de vida das pessoas e valoriza o conhecimento que elas trazem consigo. Parte do pressuposto de que cada indivíduo é como um rio, que flui e se transforma ao longo do tempo, carregando consigo suas experiências, aprendizados e desafios e busca fortalecer a capacidade das pessoas de refletir sobre suas próprias vidas, compreender as dinâmicas sociais que as afetam e atuar de forma coletiva para a transformação de suas realidades.

A pesquisa participante na educação popular se origina em diferentes unidades de ação social que trabalham preferencialmente com grupos ou comunidades populares. Geralmente, essas abordagens são implementadas dentro

de movimentos sociais populares ou se reconhecem como servindo a esses movimentos. Entre as diferentes alternativas, se alinham a projetos que envolvem ações sociais voltadas para uma comunidade

Sua origem está situada em uma perspectiva da realidade social, considerada como uma totalidade em sua estrutura e dinâmica, e é pensada como um momento dinâmico de um processo de ação social comunitária. O compromisso social, político e ideológico do pesquisador está com a comunidade e suas causas sociais. Na maioria dos casos, a pesquisa participante é um momento de trabalho de educação popular realizado junto com e a serviço de comunidades, grupos e movimentos sociais, em geral, populares (Brandão, 2011).

A abordagem de pesquisa participativa aspira a participação de processos mais amplos e contínuos de construção progressiva de um conhecimento mais compartilhado, abrangente e sensível às origens do conhecimento popular. Isso implica em uma abordagem colaborativa e inclusiva, que reconhece e valoriza a sabedoria e experiência das comunidades e busca promover a capacitação e o empoderamento das pessoas envolvidas.

7 Referências

BRANDÃO, Carlos e GOLVEIA, Maristela. Criar com o outro: o educador do diálogo. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 47, p. 149-161, jan./mar. 2011.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva: Texto, semântica e interação**. Atual Editora, São Paulo, 1999.

DALBOSCO, Claudio Almir. O mestre na praça: sentido pedagógico das metáforas socráticas. **REP - Revista Espaço Pedagógico**, v. 16, n. 1, Passo Fundo, p. 50-57, jan./jun. 2009.

DEMO, Pedro. (2005). Metodologia da Investigação em Educação. Curitiba: IBPEX Eco, Umberto. Semiótica e filosofia da linguagem. São Paulo: Ática, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

JATOBÁ, Lucivânio. **Análise dialético-materialista da estruturação natural das paisagens contidas na porção Centro-oriental de Pernambuco**. Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2017. 246 f.

SILVA, Martim Reyes da Costa. **Jogos de linguagem e reflexividade em Heráclito de Éfeso**. 2021. Belo Horizonte, 2021. 314 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais.

ZANELLO, Valeska. **Metáfora e Transferência**. 2007.

POLO GESSEIRO E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO
NO SERTÃO DO ARARIPE

Germano de Barros Ferreira³⁹

Ana Maria Dubeux Gervais⁴⁰

Juciany Medeiros de Araújo⁴¹

Paulo José de Santana⁴²

Paulo Rogério Adamatti Mansan⁴³

DOI: 10.29327/1348690.9-6

1 Introdução

O Sertão do Araripe é composto pelos Estados de Pernambuco, Ceará e Piauí. A região é reconhecida pela Chapada do Araripe, uma formação geográfica de grande relevância histórica, cultural, ambiental e turística.

A Chapada do Araripe é uma bacia cultural composta por uma herança de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, associando em pleno os protocolos de valoração excepcional de patrimônio material e imaterial, cultural e ambiental (CEARÁ, 2020).

No polo gesso do Araripe são gerados aproximadamente 40 mil empregos, resultantes de 150 indústrias de calcinação, 35 mineradoras e cerca de 400 empresas fabricantes de produtos pré-moldados de gesso (Angelotti et al. (2021).

Essa atividade tem causado grandes impactos socioambientais no território, através do desmatamento da Caatinga para transformação em lenha, matéria prima

³⁹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco; E-mail: germanobarrosferreira@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4602-0532>.

⁴⁰Doutora em Sociologia; Universidade Federal Rural de Pernambuco; E-mail: anadubeux66@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1393-529X>.

⁴¹Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco; E-mail: jucianyedeiros@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0001-6205-0116>

⁴² Doutor em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, Instituto Abdalaziz de Moura; E-mail: paulosantanaec@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8262-6490> E-mail: paulosantanaec@gmail.com

⁴³Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco; E-mail: pmansan@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-0069-0596>.

utilizada no forno das fábricas de gesso. Essa atividade tem provocado desigualdades sociais, precarização do trabalho e diversas enfermidades (cansaço, tosse, gripe), devido a inalação do pó do gesso.

Os problemas socioambientais têm gerado impactos nos processos produtivos e organizativos das famílias camponesas, indígenas e quilombolas na região nas últimas décadas. As famílias lutam pelo seu território, por meio do uso sustentável da biodiversidade florestal, da manutenção do patrimônio genético de suas sementes crioulas, e dos saberes tradicionais e ancestrais. Elas produzem alimentos respeitando os ciclos da natureza e dos agroecossistemas nas comunidades.

A produção agroecológica fortalece a resistência das famílias para produção, comercialização e organização produtiva, demonstrando as capacidades endógenas do seu modo de vida, fortalecendo-os na resistência à exploração do gesso no território.

O estudo visa compreender as estratégias para construção do conhecimento agroecológico desenvolvidos pelas famílias camponesas, indígenas e quilombolas no Sertão do Araripe, diante dos impactos socioambientais causados pelo polo gesseiro.

2 Referencial teórico

No território do Sertão do Araripe a mineração do gesso, tem-se destacado, pela sua relação com a economia local e os impactos causados com sua exploração, contribuindo para o processo de desertificação da Caatinga e suas consequências as emergências climáticas.

Para essa economia ser gerada, a produção de gesso utiliza como fonte energética principal a lenha, derivada da Caatinga, em grande parte de forma ambientalmente ilegal. A falta de consciência ambiental e cuidado com o bioma utilizado nas indústrias gesseiras podem causar danos em “efeito dominó”, trazendo prejuízo ao Meio Ambiente [...] (GRANJA ET AL. 2017, p. 241).

As indústrias retiram a lenha da Caatinga através do desmatamento das áreas, provocando mudanças no ambiente natural. De acordo com Granja et al. (2017, p. 240), “[...] 73% da energia utilizada é lenha, se considerarmos as indústrias de pequeno porte teremos toda a matéria energética da calcinação

exclusivamente de lenha”. O desmatamento tem influenciado os processos de desertificação da Caatinga, na medida em que altera o clima, a temperatura, a vegetação, diminui a fertilidade dos solos e os recursos hídricos na região.

O processo de desertificação coloca em risco a Caatinga e a APL do Araripe, suas consequências já sentidas por os sertanejos como a seca, o aumento da temperatura do clima, e o solo improdutivo, são apenas o início de um problema que necessita de soluções imediatas. Tal consequência poderá ter impacto ambiental, social e econômico irremediáveis no sertão nordestino (GRANJA ET AL.2017, p.262).

A falta de consciência ambiental do bioma, praticado pelas indústrias gesseiras ao longo dos anos, poderão causar prejuízos imensuráveis ao meio ambiente. Pode limitar o uso de lenha pelas indústrias, inviabilizando sua atividade na região, causando impactos ao desenvolvimento econômico e às oportunidades de trabalho para população (Santos et al.,2023).

Os prejuízos às famílias ampliam-se sobretudo para a saúde. A poeira causada pela exploração do gesso gera problemas para população devido sua inalação.

A poeira de gesso pode causar um amplo espectro de problemas à saúde das pessoas, acarretando desde efeitos irritativos nos olhos, nas mucosas e no aparelho respiratório, passando por efeitos cutâneos, ou até mesmo efeitos crônicos ou permanentes na saúde das pessoas. Comumente são diagnosticadas conjuntivite, rinite, amigdalite, irritação nos brônquios e traqueia, sangramentos nasais e prejuízos ao olfato e paladar, ou doenças pulmonares crônicas, como exemplo, pneumoconiose, calcicossilicosis e fibrose pulmonar (MEDEIROS, HURTADO-GUERRERO e SILVA, 2009, p.360).

As pessoas necessitam de serviços especializados para atender a saúde do trabalhador da indústria e os que residem no entorno dela, através de conhecimentos e processos produtivos sustentáveis integrados com a sociedade e a natureza.

Os/as camponeses, indígenas e quilombolas no Araripe têm fomentado processos de produção agroecológica, percebendo a importância da agroecologia para transformação dos territórios. A construção do conhecimento agroecológico ganha centralidade nas ações desenvolvidas nas propriedades, sítios, aldeias, quilombos e assentamentos da reforma agrária, valorizando o que existe de potencial nas pessoas e no local.

A construção do conhecimento agroecológico fortalece as iniciativas locais, a partir das potencialidades existentes nas comunidades, através de processos endógenos na busca do desenvolvimento territorial, permitindo o empoderamento das pessoas com seu lugar de origem (FERREIRA, 2022, p.21).

O processo educativo agroecológico pressupõe um olhar integral da realidade, percebendo a importância dos diálogos de saberes e a interdisciplinaridade presente na vida das famílias. Essa integralidade acontece na construção do conhecimento, por meio das interações entre diversos tipos de conhecimentos.

A Agroecologia é vista como um enfoque ou campo do conhecimento transdisciplinar e integrador que pressupõe a articulação de diferentes áreas do conhecimento científico com os conhecimentos empíricos, tradicionais ou populares para a promoção de ações e transformações alternativas à crise econômica, social e ecológica que vivemos na atualidade (AGUIAR, 2017, p. 17).

A construção do conhecimento agroecológico promove o resgate cultural das famílias do território do Sertão do Araripe ao valorizar os saberes tradicionais, a partir das dimensões ambientais, sociais, políticas, econômicas e culturais, estimulando o diálogo de saberes entre os sujeitos locais, instituições públicas e privadas.

O diálogo de saberes promove o que Santos e Meneses (2009) chama de Ecologia de Saberes.

É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade dos conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia: É ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento (SANTOS; MENESES, 2009, p. 44).

O conhecimento tem como ponto de partida a experimentação das práticas de forma empírica e intuitiva das famílias, por meio do compartilhamento do saber, implantação de tecnologias sociais, educação contextualizada nas escolas, produção de alimentos saudáveis e comercialização dos produtos nas feiras agroecológicas no Araripe. Os saberes são diferentes na construção das memórias individuais e coletivas de cada sujeito, possibilitando reflexões permanentes entre sujeito e objeto na busca pela transição dos agroecossistemas de base familiar.

3 Metodologia

É uma pesquisa bibliográfica nas disciplinas do PPGADT- Programa de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, e tendo como base empírica as ⁴⁴imersões realizadas no semestre de 2021.1 de forma remota via google meet. O

⁴⁴ Durante a semana de aula do PPGADT, os/as estudantes e professores/as conheceram as experiências dos camponeses, indígenas e quilombolas no Sertão do Araripe, foram três dias de

lócus da pesquisa foi no Sertão do Araripe, região formada pelos estados de Pernambuco, Ceará e Piauí do Nordeste brasileiro e conhecida pela produção de gesso. Os sujeitos da pesquisa foram 11, entre jovens, indígenas, quilombolas, agricultores/as, mulheres, ongs e instituições de ensino, pesquisa e extensão. Os dados foram coletados na plataforma do classroom, analisando os relatos das experiências e buscando analisá-las à luz das reflexões teóricas dos autores propostos nas disciplinas.

4 Resultados e Discussão

Nas paisagens, nas pesquisas científicas, nesse estudo e principalmente nos relatos das famílias camponesas, indígenas e quilombolas, é perceptível os efeitos nefastos do polo gesseiro no Sertão do Araripe na vida das pessoas e no meio ambiente. Ele tem contribuído com a desertificação da Caatinga, através da utilização de lenha para calcinação do gesso, atividade ilegal ameaçadora ao modo de vida das comunidades locais.

A pesquisa demonstrou indícios de existência de um movimento agroecológico em construção no território do Araripe, para superar os impactos causados pelo pólo gesseiro, através da construção do conhecimento agroecológico a partir das experiências desenvolvidas pelas famílias, especialmente, as camponesas, indígenas e quilombolas. Sendo assim, desenvolveram algumas estratégias buscando um novo conhecimento integrando sociedade e natureza.

As estratégias implementadas pelas famílias para mitigar os impactos socioambientais, tem sido a implementação de tecnologias sociais para produção de alimentos e segurança hídrica nos agroecossistemas de base familiar, segurança alimentar e nutricional, organização da produção para comercialização do excedente e articulação política em redes locais, regional, estadual e nacional.

As cisternas de placas para produção de alimentos e consumo humano, as hortas, os sistemas agroflorestais e os quintais produtivos são as tecnologias sociais desenvolvidas pelas famílias. Elas contribuem no diálogo com a realidade das pessoas, na medida em que potencializam as riquezas existentes de cunho ambiental, social, cultural, ancestral, produtivo, político e econômico para o

diálogos sobre a realidade observando as potencialidades e fragilidades existentes para construção do conhecimento agroecológico.

fortalecimento do agroecossistema, além de atender as demandas tecnológicas das propriedades para resolução dos problemas socioambientais.

Elas são interativas e adaptadas a Caatinga, devido sua interação com a vegetação nativa, a valorização dos recursos locais e a produtividade. Fortalecem os processos coletivos de base comunitária, para enfrentamento das desigualdades sociais com foco no combate à fome, através da produção de alimentos para a segurança alimentar das famílias.

A produção de alimentos saudáveis promove a segurança alimentar, gera renda por meio da comercialização dos produtos nas feiras agroecológicas e na merenda escolar. As famílias vendem o excedente da produção, através dos circuitos curtos de comercialização no território, depois que garante o alimento para sua família. O conhecimento agroecológico das famílias associado a identidade do território, fortalece as articulações em redes a nível comunitário, territorial, estadual e nacional para construção do território agroecológico.

As redes articulam-se a nível municipal nos conselhos setoriais de políticas públicas, sindicatos, organizações da sociedade civil, comissões municipais e fóruns temáticos. A nível territorial, articulam-se com a Articulação de Convivência com o Semiárido (ASA) e a nível nacional, com a Articulação Nacional de Agroecologia – (ANA). Elas fortalecem politicamente o processo de construção do conhecimento agroecológico na medida em que incidem nas políticas públicas de convivência com o semiárido, agroecologia e agricultura familiar.

O Araripe vem se transformando em território agroecológico, estimulado pela rede sociotécnica criada na década de 1980, por organizações sociais, o movimento eclesial de base e os sindicatos de trabalhadores rurais com o objetivo de lutar pelos direitos dos/as camponeses/as, indígenas e quilombolas, fortalecendo a participação social cunhada na valorização da diversidade cultural, ambiental, política, econômica, social e ancestral.

6 Conclusões

A produção de gesso no Araripe promove a desertificação da Caatinga, devido ao desmatamento para retirada da lenha utilizada no processo de calcinação do gesso, amplia os problemas de saúde das famílias causado pela inalação da

poeira, gerando impactos socioambientais nas comunidades quilombolas, indígenas e camponesas.

As estratégias desenvolvidas pelas famílias na construção do conhecimento agroecológico fortalecem a diversidade cultural existente no território, possibilitando a resiliência das comunidades, das organizações e dos agroecossistemas de base familiar e a resistência aos problemas impostos pelo polo gesseiro. A Agroecologia na sua pluralidade e diversidade, demonstra as particularidades e as totalidades dos diversos agroecossistemas do território, na produção de alimentos saudáveis respeitando a Caatinga.

Recomenda-se avançar nas pesquisas para entender o papel das organizações da sociedade civil na implementação de políticas públicas, visando a construção do território agroecológico do Sertão do Araripe.

7 Agradecimentos

As famílias camponesas, indígenas e quilombolas pela apresentação de suas experiências. Aos/as professores/as do PGADT pela reflexão e leitura dos textos em sala de aula e aos colegas de doutorado da turma Caporal presente pelos ricos debates realizados.

8 Referências

AGUIAR, Maria Virgínia de Almeida. O diálogo de saberes sobre Agroecologia na Universidade: o papel das instalações pedagógicas. In: FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de; FONSECA, Flávio Duarte da (org.). **Agroecologia e diálogo de conhecimentos**: olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia. Recife: UFRPE, 2017.

ANGELOTTI, Francislene et al. Agricultura sustentável como medida de adaptação para o Polo Gesseiro do Araripe. In: SABOURIN, Eric et al (org.). **A ação pública de adaptação da agricultura à mudança climática no Nordeste semiárido brasileiro**. Rio de Janeiro/Rj: E-Papers, 2021. Cap. 14. p. 7-284. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carolina-Milhorance/publication/354921003_Adaptacao_as_mudancas_climaticas_no_Semiarido_brasileiro_desafios_de_coordenacao_e_implementacao_de_politicas_publicas/links/6154342814d6fd7c0fb8e18c/Adaptacao-as-mudancas-climaticas-no-Semiarido-brasileiro-desafios-de-coordenacao-e-implementacao-de-politicas-publicas.pdf#page=67. Acesso em: 21 jan. 2024.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. **Casa Civil**. Reconhecimento internacional do patrimônio da Chapada do Araripe avança. 2020. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/02/06/reconhecimento-internacional-do-patrimonio-da-chapada-do-araripe-avanca/>. Acesso em: 17 abr. 2021.

FERREIRA, Germano de Barros; SILVA, José Nunes da; GERVAIS, Ana Maria Dubeux; RIBEIRO, Maria Norma. **Agroecologia e Educação**: uma abordagem curricular e suas interfaces a partir de projetos de vida. Não publicado. 2021.

GRANJA, Camila Victória Alencar; CAVALCANTE, Érica Pereira; CAFFÉ FILHO, Hesler Piedade; SIQUEIRA, Maírla Silva; NASCIMENTO, Willian do. **Degradação Ambiental**: exploração de gipsita no pólo gesseiro do Araripe. Exploração de Gipsita no Pólo Gesseiro do Araripe. 2017. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/782/1125>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MEDEIROS, Marcilio Sandro de; HURTADO-GUERRERO, José Camilo; SILVA, Lia Giraldo Augusto. A Saúde no Contexto do Polo Gesseiro de Araripina-Pernambuco, Brasil. **Saúde e Sociedade**: Saúde Soc, São Paulo, v. 19, n. 02, p. 358-370, 09 dez. 2009. Trimestral. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v19n2/12.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Portugal: Edições Almedina. Sa, 2009. 518 p. (1).

SANTOS, João Paulo de Oliveira; EL-DEIR, Soraya Giovanetti; SILVA, Kardelan Arteiro da; ARAÏJO, José Rayan Eraldo Souza; SOUSA, Valéria Fernandes de Oliveira; SILVA FILHO, Osé Adalberto da. Conservação ambiental no polo gesseiro do Araripe: relações econômicas e legais. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente -Rama**, Maringá/Pr, v. 16, n. 4, p. 1-17, 30 nov. 2023. Trimestral. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/10541>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAÍZES CURATIVAS E SABERES ANCESTRAIS: UM ENCONTRO ENTRE PLANTAS MEDICINAIS E O MULHERISMO AFRICANO

Angela das chagas Teles⁴⁵

Vanessa Maria Santiago da Silva⁴⁶

Cristiane de Souza Castro⁴⁷

DOI: 10.29327/1348690.9-14

1 Introdução

O presente estudo propõe uma investigação aprofundada sobre a interseção entre plantas medicinais e o mulherismo africano, focalizando o papel desses elementos na promoção da saúde e no fortalecimento da identidade das comunidades ancestrais africanas. De acordo com Nieri e Ribeiro (2019), o mulherismo africano representa uma nova abordagem centrada nas mulheres negras africanas e da diáspora, visando compreender, refletir e atuar na luta antirracista do povo preto a partir de uma perspectiva pan-africana e diaspórica.

Essas mulheres, portadoras das raízes históricas do matriarcado africano, incorporam valores morais elevados que as impulsionam a cuidar das comunidades em que vivem, utilizando seu conhecimento ancestral em plantas medicinais como uma ferramenta vital nesse processo.

Dessa forma, visando o bem-estar da população, essas mulheres, conforme apontado por Santos e Fortuna (2023), empregam diversas formas de utilização de plantas, tais como banhos, passes, firmezas, mandalas, pontos cantados,

⁴⁵Mestra em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: angelita.teles@hotmail.com ORCID: 0009-0008-4867-9151.

⁴⁶Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: vanessa.mssilva@ufrpe.br ORCID: 0009-0004-6769-5502.

⁴⁷ Mestra em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: crscastrope@gmail.com ORCID: 0009-0007-7018-7762.

descarregos, defumações e varrimentos. Estas preparações envolvem diferentes formatos, como chás, raízes, banhos, defumação, seiva, compressa e óleo. O entrelaçamento do cuidado com os indivíduos através das plantas e a compreensão do mulherismo emergem como elementos fundamentais. Esses tratamentos desempenham um papel significativo tanto na promoção da saúde quanto nos ritos religiosos de matriz africana

Conforme destacado por Perinazzo e Baldoni (2022), a utilização de plantas para fins medicinais constitui uma prática ancestral que remonta aos primórdios da humanidade, desempenhando um papel crucial nos rituais afro-brasileiros para a cura e prevenção de doenças. Ao longo dos séculos, as práticas associadas às plantas medicinais têm exercido uma função fundamental nas tradições culturais e nos sistemas de saúde locais. Simultaneamente, o mulherismo, como uma filosofia que enfatiza a importância das mulheres na estrutura social, exerce uma influência significativa na identidade e no papel das mulheres nas comunidades ancestrais africanas.

Este estudo visa preencher uma lacuna na compreensão da interação entre plantas medicinais e o mulherismo africano, analisando como essa relação impacta a saúde e o empoderamento feminino. O objetivo geral deste estudo é explorar como a utilização de plantas medicinais se entrelaça com o conceito do mulherismo, e de que maneira essa interação impacta a saúde das comunidades. Os objetivos incluem mapear o uso de plantas medicinais, explorar a transmissão intergeracional do conhecimento sobre plantas medicinais e avaliar o impacto dessas práticas no empoderamento das mulheres.

A metodologia adotada é uma revisão narrativa da literatura, explorando práticas de plantas em rituais e cuidados de saúde afro-brasileiros, com foco na transmissão de conhecimentos e impactos sociais e culturais dessas práticas. O estudo contribui para uma compreensão mais abrangente dessa interseção complexa e significativa.

2 Referencial teórico

A incorporação de plantas medicinais nas comunidades africanas é profundamente enraizada em tradições ancestrais, representando um elemento vital

nos sistemas de saúde locais. Este conhecimento abrange aspectos etnobotânicos, antropológicos e farmacológicos, englobando uma diversidade de plantas, suas propriedades terapêuticas e os contextos culturais que as envolvem, revelando assim a riqueza intrínseca do saber tradicional associado a essas práticas. De acordo com Almeida et al. (2012), a relevância terapêutica está intrinsecamente ligada aos princípios ativos medicamentosos presentes nas plantas, cujas atividades biológicas coincidem com os usos terapêuticos atribuídos a elas.

Além disso, Santos e Fortuna (2023), acreditam que por meio de discussões científicas, em torno da etnobotânica [...] na utilização de plantas e ervas tem um papel fundamental para a tradição e manutenção dos ritos e ritualísticas, assim como a catalogação delas pode promover a divulgação científica e manter a historicidade dos rituais. A catalogação dessas práticas não apenas promove a divulgação científica, mas também contribui para a manutenção da historicidade dos rituais, enriquecendo assim a compreensão científica e cultural dessas tradições.

Silva et al. (2016) ressaltam a influência africana na introdução de uma vasta diversidade de plantas medicinais no Brasil, destacando a importância desse fenômeno no processo de aculturação negro no país. Em concordância com essa perspectiva, Almeida (2011) destaca que o uso popular de plantas medicinais nesse contexto constitui um sistema de saúde não oficial complexo, no qual participam "erveiros", centros religiosos e a comunidade em geral. As plantas medicinais utilizadas em diversas comunidades são fundamentais para a vida das pessoas, o que é atestado na transmissão e utilização contínua desse conhecimento que o faz se manter vivo.

No contexto da transmissão intergeracional do conhecimento sobre plantas medicinais, observa-se que as mulheres desempenham um papel central nesse processo. Fernandes e Santos (2016) enfatizam que as mulheres negras ocupam uma posição central no espaço político, atuando como líderes comunitárias e chefes de família. Elas exploram as dinâmicas familiares e comunitárias envolvidas na transmissão oral desse conhecimento, evidenciando as mulheres como guardiãs e transmissoras fundamentais do saber sobre plantas medicinais.

O mulherismo africano, filosofia que destaca o papel central das mulheres na estrutura social, oferece um contexto essencial para a compreensão da posição das mulheres nas comunidades africanas. Trabalhos como o de Guedes (2018), analisam como os princípios das vivências da mulher negra no contexto das plantas

medicinais influenciam as dinâmicas sociais, valorizando as habilidades e conhecimentos das mulheres, especialmente no âmbito medicinal.

Estudos, como o realizado por Rosa et al (2014), exploram os impactos sociais, econômicos e culturais dessa participação, evidenciando como a autonomia das mulheres na gestão da saúde da comunidade contribui para seu fortalecimento individual e coletivo. A participação ativa das mulheres na prática do cuidado da população por meio das plantas medicinais não apenas contribui para a saúde, mas desempenha um papel crucial no empoderamento social no contexto individual e coletivo.

3 Metodologia

A metodologia deste estudo consistiu em uma revisão narrativa da literatura, cujo objetivo era aprofundar a compreensão da relação entre plantas medicinais e o mulherismo africano, concentrando-se na saúde e no empoderamento feminino em comunidades ancestrais africanas. Seguindo a abordagem destacada por Cordeiro et al (2007), a revisão narrativa não foi rigidamente protocolada, permitindo flexibilidade na busca e seleção de fontes relevantes. Desse modo, pesquisa seguiu as seguintes diretrizes: i) formulação da pergunta; ii) critérios de inclusão e exclusão relacionado ao foco do estudo, nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico; iii) busca e seleção de estudos publicados entre 2009 e 2023; iv) análise e síntese e v) escrita da revisão.

Vosgerau e Romanowski (2014) enfatizam a amplitude da revisão narrativa, oferecendo um espaço propício para discussões atualizadas, o que permitiu aos autores contribuir de forma contextualizada para os debates. O resultado foi uma revisão narrativa estruturada que abordou holisticamente práticas do uso das plantas medicinais, transmissão intergeracional de conhecimento e o impacto no empoderamento feminino, destacando as valiosas contribuições dos estudos revisados para uma compreensão abrangente da interseção entre plantas medicinais e mulherismo africano.

4 Resultados e Discussão

Os resultados desta pesquisa revelam percepções significativas sobre a interseção entre plantas medicinais e o mulherismo africano, destacando a complexidade e a riqueza dessa relação nas comunidades africanas. A análise da literatura proporcionou uma compreensão mais profunda dos mecanismos que conectam esses dois elementos, respondendo à lacuna identificada na compreensão de como essa interação impacta a saúde e o empoderamento das mulheres.

Segundo Almeida (2011), os levantamentos etnomédicos, demonstram a forte influência da herança cultural africana na medicina popular do Brasil, principalmente no norte, nordeste e sudeste do país. A manutenção da herança africana em vários âmbitos socioculturais brasileiros é, antes de tudo, uma forma de resistência. Em consonância com essa perspectiva para Rosa et al (2014), as ervas possuem propósitos terapêuticos observados nas famílias afroamericanas, inclusive em rituais religiosos místicos e curativos. Dentro dessas populações, Njeri e Ribeiro (2019) ressaltam que o empoderamento das mulheres negras funciona como um catalisador para a coletividade. Assim, o cuidado proveniente das plantas medicinais para comunidade serve de cuidado para diversas mazelas e contribuindo para o fortalecimento dela em diversos âmbitos.

No contexto das práticas de cultivo, destaca-se a relevância de abordar a interconexão com a agroecologia, delineada por Caporal e Costabeber (2009) como uma área de conhecimento científico que busca redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, levando em consideração as inter-relações e influências mútuas entre as sociedades. Essa abordagem considera atentamente as inter-relações e influências mútuas entre as sociedades. Além disso, Ferreira et al (2021), além do reconhecimento correto das plantas, o manejo utilizado no cultivo das plantas exerce forte influência na produtividade da planta e no teor dos princípios bioativos. Para além do reconhecimento preciso das plantas, é crucial compreender que o manejo adotado no cultivo exerce uma influência substancial na produtividade das plantas e no teor dos componentes ativos.

No que se refere à utilização de plantas medicinais, foi constatada uma diversidade significativa de espécies frequentemente empregadas em práticas tradicionais, cada uma desempenhando funções específicas. A análise de suas propriedades terapêuticas e significados culturais revelou uma intrincada rede de conhecimentos, evidenciando que as abordagens centradas em plantas medicinais

são essenciais para a promoção da saúde nas comunidades ancestrais. Essas conclusões são corroboradas pelos estudos de Almeida et al. (2012) e, de maneira mais abrangente, por Silva et al. (2016).

Quadro 1 - Plantas medicinais e suas utilidades

| Nome Popular | Nome Científico | Usos |
|---------------------|---|---|
| Dendezeiro | <i>Elaeis guineenses</i> Jacq. Família: Arecaceae | Antioxidantes, previne doenças cardíacas e câncer; |
| Mamona | <i>Ricinus communis</i> L. Família: Euphorbiaceae | Combate a parasitos intestinais e externamente é usado para combater eczemas, herpes, erupções, feridas, queimaduras e calvície. |
| Jaqueira | <i>Artocarpus integrifolia</i> Família: Moraceae | Antiasmática, antidiarreia, expectorante, Cicatrizante, diurética. |
| Tamarinheiro | <i>Tamarindus indica</i> L. Família: Fabaceae | Afecções febris, colite, disenteria; Verminoses: como antiparasitário; Constipação intestinal: como laxante; Cólicas hepáticas: como antiespasmódico; Cicatrizante. |
| Inhame | <i>Dioscova cayenensis</i> Família: Dioscoreaceae | Desnutrição, convalescença, falta de energia, anemia, edema reumático; |
| Quiabo | <i>Abelmoschus esculentus</i> Família: Malvaceae | Verminoses; diarreia; inflamação e irritação do estômago, intestino e rins; diabetes. |
| Babosa | <i>Aloe vera</i> (L.) Burm. f. Família: Liliaceae. | Cicatrizante, antimicrobiana, emoliente (hidratante da pele). |
| Espada de São Jorge | <i>Sansevieria trifasciata</i> Família: Liliaceae. | Mal do tempo, inveja |

Fonte: Silva et al. (2016) adaptado pelos autores.

Nos rituais religiosos de matriz africana, as plantas medicinais têm papéis cruciais, destacando-se o alecrim como erva aromática proeminente. Dados trazidos por Almeida (2011), mostram que o alecrim é empregado nos amacis de fortificação de "cabeça" e na confecção de incensos, associando-se a divindades como Oxóssi, Caboclos e Pretos-velhos na Umbanda. Outra planta de relevância é a arruda, utilizada em rituais como catimbó e pajelanças, além de estar presente em banhos para afastar o olho gordo e má sorte. Esses elementos revelam a complexidade e a riqueza simbólica das plantas medicinais no contexto religioso afro-brasileiro, desempenhando funções práticas e espirituais.

No que tange à transmissão intergeracional do conhecimento de plantas medicinais, os resultados destacam o papel crucial das mulheres como guardiãs e transmissoras desse saber, citados nos trabalhos de Rosa et al (2014) e Guedes (2018). A tradição oral foi identificada como um veículo fundamental para a perpetuação desse conhecimento, evidenciando a importância das mulheres como educadoras e mentoras nesse processo. A continuidade desse legado entre gerações emergiu como um fator essencial para a preservação da identidade feminina nas comunidades que carregam essa ancestralidade africana.

Avaliando o impacto das plantas medicinais no empoderamento da comunidade, observou-se uma interconexão intrincada entre a participação das mulheres nessa prática e seu fortalecimento individual e coletivo. Os aspectos sociais, econômicos e culturais foram considerados, destacando como a autonomia das mulheres na gestão da saúde da comunidade.

5 Considerações Finais

As considerações finais desta pesquisa revelam uma compreensão mais aprofundada da interseção entre plantas medicinais e o mulherismo africano, enfatizando a complexidade e riqueza dessa relação nas comunidades africanas.

Os resultados destacam a relevância das práticas de cuidado com plantas medicinais no contexto do mulherismo, evidenciando seu papel vital na promoção da saúde e no fortalecimento da identidade feminina. A análise da literatura permitiu explorar as diversas formas de utilização das plantas, tanto nos rituais religiosos quanto nas práticas de cuidados de saúde afro-brasileiros, demonstrando como esses elementos estão intrinsecamente ligados ao empoderamento das mulheres.

Nesse contexto, as plantas medicinais não apenas desempenham funções terapêuticas, mas também contribuem para a autonomia das mulheres na gestão da saúde da comunidade, sublinhando a importância do mulherismo africano.

Contudo, é imperativo reconhecer que a interação entre plantas medicinais, mulherismo africano e saúde nas comunidades ancestrais está inserida em um contexto mais amplo de desafios sociais. Este estudo destaca a necessidade de pesquisas futuras que explorem as complexidades do preconceito estrutural, particularmente o racismo, na sociedade, considerando suas ramificações na religião e nas práticas medicinais com origens no conhecimento africano. Investigar como esses preconceitos impactam a aceitação e a perpetuação dessas práticas pode oferecer insights cruciais para enfrentar barreiras sistêmicas e promover uma compreensão mais profunda das interações entre saúde, cultura e identidade nas comunidades afrodescendentes.

6 Referências

ALMEIDA, Graciela; BARBOSA, Adriana; SANTANA, Marise; Conhecimento e uso de plantas medicinais da cultura afro-brasileira pelos moradores da comunidade da fazenda velha no município de Jequié-Ba. **Veredas da História**, v.5, p. 27-39, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto (org.). COSTABEBER, José Antônio. PAULUS, Gervásio. Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Ed. 1; Brasília: **Embrapa Informação Tecnológica**. 111 p. 2009.

CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto; Grupo de Estudo de Revisão Sistemática do Rio de Janeiro (GERS-Rio). **Revisão Sistemática: Uma Revisão Narrativa**. Comunicação Científica, v. 34, n. 6, p. 428-431, nov./dez. 2007.

Douglas, PERINAZZO; Daiana, BALDONI; Potencial de uso medicinal e místico de plantas utilizadas em rituais de umbanda. **Rev. Elet. Cient. da UERGS**. v. 8, n. 02, p. 108-120, 2022.

FERREIRA, Maria Eduarda; ELIAS, Guilherme; ASSUNÇÃO, Viviane; CITADINI-ZANETTE, Vanilde. Plantas medicinais utilizadas em rituais de umbanda: estudo de caso no sul do Brasil. **ETHNOSCIENTIA**. v.6, n 3, junho/2021.

GUEDES, Ana Célia Barbosa. **Mulheres quilombolas e uso de plantas medicinais**: práticas de cura em Santa Rita de Barreira/PA. 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém. 2018.

NJERI, A; RIBEIRO, K. MULHERISMO AFRICANA: práticas dadiáspora brasileira. **Currículo sem Froteiras**, v.19, n.2, p.595-608, maio/ago.2019.

ROSA, Patricia Lima Ferreira Santa; HOG, Luiza Akiko Komura; SANTANA, Mônica Feitosa; SILVA, Pâmela Adalgisa Lopes. Uso de plantas medicinais por mulheres negras: estudo etnográfico em uma comunidade de baixa renda. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. Esp, p. 46-53, 2014.

SANTOs, Joyce; FORTUNA, Jorge. A etnobotânica do terreiro Tenda de Umbanda Luz Divina de São Jorge, Teixeira de Freitas, Bahia, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 2, 2023.

VOSGERAU, D.; ROMANOWSKI, J. Estudos de revisão: Implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**. v.14, n. 41, p. 165-189, 2014.

CADA UM SABE A DOR E A DELÍCIA DE SER O QUE É: TRANSCENDENDO
FRONTEIRAS ACADÊMICAS

Vanessa Maria Santiago da Silva⁴⁸
Oscar Emerson Zulinga Mosqueira⁴⁹
Eduarda Oliveira Casanova⁵⁰

DOI: 10.29327/1348690.9-12

1 Introdução

Conseguir direcionar o fluxo do conhecimento-aprendizagem para além das limitações da sala de aula e expandi-lo para fora dos confins acadêmicos implica em trazer algo em constante evolução para o cerne da experiência educacional. Isso pode ser referido a diversas estratégias ou situações como a apresentação ou discussão de um projeto, um seminário ou um artigo, trazendo-o para ser debatido com a comunidade acadêmica com a qual se compartilha um determinado conhecimento.

Esta troca de conhecimentos e saberes desenvolve o pensamento dialógico do/a docente para com seus estudantes, e dos estudantes entre si (FREIRE, 1996). Entender esta linguagem dialogada e ser assertiva nesta abordagem é importante para o processo de desconstrução da academia. Que precisa desenvolver a autonomia do estudante e reconhecer seus talentos e aprimorá-los, uma vez que a valorização e a interação entre academia e estudante em via de mão dupla, na qual todos aprendem, ensinam e constroem conhecimento é o caminho a ser alcançado.

⁴⁸Mestra em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT / Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: vanessa.mssilva@ufrpe.br ORCID:<https://orcid.org/0009-0004-6769-5502>.

⁴⁹Doutor em Educação pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e pela Universidad de Córdoba, Espanha. Professor do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial – PPGADT da UFRPE. E-mail: oscar.mosquera@ufrpe.br. ORCID: 0000-0002-3647-8749.

⁵⁰ Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: casanovaeduarda@gmail.com; ORCID:<https://orcid.org/0000-0002-6354-043X>.

A nossa perspectiva de educação/aprendizado se pauta em um contexto específico de luta pela transformação da universidade em defesa de práticas inventivas e da livre circulação de conhecimentos. Essa afirmação pode ser interpretada como uma abordagem educacional mais coerente e democrática baseada em experiências que observam o processo diante da complexidade. É importante oportunizar as relações transformadoras que vão além do conhecimento formal; vão do despertar da consciência para a empatia nesta relação e do senso de responsabilidade sob esta troca de sapiências.

Para tanto, este trabalho surge como instrumento de descrição de um relato de experiência, a partir de um olhar atento, aos debates e questionamentos originados pelas práticas experienciadas durante a organização do IX Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (SEADET) do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). No tocante ao objetivo, o intuito aqui é encontrar uma forma de transmutar uma educação ainda pautada no eurocentrismo, em outras formas de se comunicar com diversos públicos, tendo um fim na descolonização das bases onto-epistemológicas deste processo. Este estudo acredita que comunicar não é só um exercício de informar, mas também, reconstruir essa ciência a partir do conhecimento popular desses povos, dessas comunidades (FREIRE, 2014). Isso não apenas enriquece a compreensão geral do saber, mas também promove a valorização, acessibilidade e aplicação prática das descobertas acadêmicas na sociedade.

Seminários: ampliando o conhecimento através de sinergia, desafios e discussões.

Segundo Michel de Certeau (1978), no texto “O que é um Seminário?”, seminário é um laboratório comum que permite que cada participante articule suas práticas e seus conhecimentos que o efeito de intercâmbios é parcial e provisórios de onde os passantes se reúnem em uma linguagem, em um tempo e em determinado lugar. É uma didática que dá voz a um discurso pessoal de um profissional com métodos a favor da comunicação.

Ainda segundo o autor, o seminário também é uma política da palavra (relações discretas de forças) para produzir efeitos discursivos de um determinado tempo (graças à relação com o outro) e produzindo uma linguagem dialogal. A

experiência do tempo começa em grupo com toda sua pluralidade em procedimentos “demo-cráticos”, isto é, um povo que se articula, que se constrói, no debate, reconhecido pela sua dinâmica de grupo.

No tocante ao papel da experiência e da transmissão geracional nos modos pelos quais a academia conhece e participa da formalidade estrutural do conhecimento, questionam-se os pressupostos da ciência cognitiva que a ciência existe principalmente na forma de ‘conteúdo mental’ que é passado de geração em geração, e que a cultura é a herança que uma população recebe dos seus antepassados (INGOLD, 2010).

Ingold propõe o conceito de habilidades humanas como propriedades emergentes de sistemas dinâmicos em que cada geração alcança e ultrapassa a sabedoria de seus predecessores e num de seus estudos conclui que a contribuição que cada geração dá a seguinte para o aumento do conhecimento humano se dá menos por um suprimento acumulado de representações e mais por educação da atenção.

Refletir a crítica à educação é papel não só do/a docente e da academia, mas também do/a discente, enquanto ator principal desse processo de construção de pertencimento a esse território. Porém, infelizmente em muitos casos, vem ocorrendo um distanciamento da realidade dinâmica atual, nas universidades, no que tange a inserção de indivíduos negros, mestiços, indígenas e pobres, e da experiência existencial dos/as estudantes.

No viés deste estudo, toma-se como ênfase os questionamentos acerca da educação bancária, aquela na qual ainda é praticada como um modelo tradicional de ensino, no qual o educador deposita informações nos estudantes. E é justamente essa educação hierárquica e autoritária que precisa ser evitada e totalmente desconstruída das mentes e para dentro da academia. Remonta a inquietude em refletir o modelo de academia que continua em vigor, ancorado aos preceitos da escravidão.

Mas ainda, estamos vivenciando o que chamamos de pensamento decolonial e tal qual o pensamento citado precisamos desafiar e reexaminar as estruturas de poder e a herança colonial que moldaram as sociedades e as formas de conhecimento e reprodução do aprendizado na universidade por tanto tempo⁵¹.

⁵¹ Estabelecemos aqui um diálogo com o pensamento de Boaventura, junto com outros autores, quem defende a necessidade de uma epistemologia do Sul, que valorize o conhecimento e as

Então a educação tão almejada e que deveria ser discutida na academia é justamente essa que é proposta pelo programa de doutorado. Essa educação agroecológica precisa de fato ser uma abordagem educacional baseada nos princípios da agroecologia, que integra os conceitos de uma visão holística que considera as interações complexas entre os sistemas agrícolas, o meio ambiente e a sociedade. Para Zúñiga (2022):

Talvez o projeto mais importante da educação, e especialmente da educação agroecológica, que se apresenta como um paradigma da complexidade, seja criar um ambiente propício onde a semente adormecida da experiência possa ser cultivada, emergir e florescer em mudanças subjetivas e objetivas das comunidades e da sociedade brasileira. A educação agroecológica, com sua abordagem holística e contextualizada, pode desempenhar um papel fundamental nesse processo, proporcionando oportunidades para que os/as estudantes se envolvam ativamente, experimentem, reflitam e construam conhecimento através de vivências reais. (ZÚÑIGA, 2022, p.1).

Com essas inquietações de Zúñiga, voltamos a refletir se realmente a educação que estamos recebendo neste programa de doutorado perpassa pelas premissas agroecológicas, onde levam em consideração as condições locais, as particularidades de cada comunidade agrícola e dos seus sujeitos. Isso ajudaria os/as discentes a adaptarem práticas e soluções à sua realidade específica. Encorajando os/as estudantes a reflitirem criticamente sobre a sociedade e o meio ambiente.

2 Metodologia

Como o objetivo deste trabalho é fazer um relato de experiência das autoras, que por ocasião do IX SEADET coordenaram a organização e realização do evento. Sob a metodologia de participação ativa das sujeitas que também é objeto deste estudo. A coleta de informações e dados será realizada de forma ativa e fazendo relação com todos os envolvidos, doutorandos/as e professores/as do PPGADT.

perspectivas das culturas e sociedades historicamente marginalizadas e desafie as orientações do conhecimento condicionadas pelo pensamento moderno ocidental (SANTOS e MENESES, 2010).

Onde desenvolvemos uma pesquisa qualitativa e como procedimento técnico utilizamos a pesquisa participante, uma vez que entendemos que essa abordagem metodológica, na qual as pesquisadoras e os participantes da pesquisa colaboram ativamente durante todo o processo investigativo foi a mais adequada para essa pesquisa. Para Schmidt (2006):

A prática da pesquisa participante é capaz de aglutinar em torno de si tanto a reflexão epistemológica que interessa à ruptura com o paradigma positivista quanto a apreensão crítica das dimensões éticas e políticas das pesquisas de campo, configurando metodologias que promovem uma relação com o outro próxima à ideia de comunidades interpretativas, (SCHMIDT, 2006, p.13).

Dessa forma o seminário é pensado e executado pelos/as estudantes do doutorado com o intuito de atender a obrigatoriedade de composição de nota pelo programa e oportunizar os/as discentes de construir o mesmo coletivamente, publicarem artigos, participarem como atividade de extensão e interagirem com outros/as alunos/as de outros cursos em apresentações de trabalhos científicos e diálogos em rodas temáticas.

Para o segundo semestre de 2023, na nona edição foi proposto o tema: Territorialidades: lutas pela terra e descolonização de mentes na Mata Sul de Pernambuco, construído através de discussão sobre as problemáticas apresentadas em visitas dialogadas à Mata Sul de Pernambuco, através das imersões, sendo a primeira na universidade e a segunda em locus, atividade obrigatória proposta pelo programa como forma de conhecer a realidade das localidades visitadas.

O seminário foi composto por dez comissões, sendo elas: coordenação geral, anais, científica, cultura e mística, comunicação, relatoria, suporte, certificação, palestra e SIGPROJ, onde os/as alunos/as são distribuídos em grupos e cada grupo fica responsável por uma lista de tarefas que vão se mesclando e executando a medida da necessidade.

Em reuniões dialogadas com convite aberto para todos os participantes do programa, dentre alunos/as e professores/as, os pontos de interesse e importância foram sendo registrados em atas de reunião e sistematizados à medida dos consensos por assuntos abordados. Utilizando a mesma metodologia dialógica foi pontuado e votado: a programação e os horários das atividades, a arte, o tema, a escolha e convite dos atores externos para compor as experiências de diálogo, a forma de arrecadação de recursos, a mudança nas regras científicas de submissão de trabalhos, a solicitação de logística de carro na universidade ou de aluguel para

transporte dos convidados externos, a montagem dos informes e identidade de mídia social, em suma todos os pontos de importância no planejamento e execução do seminário.

Precisa ser pontuado que para cada atividade a ser desenvolvida os/as professores/as e coordenadores do programa estiveram sempre com o papel de mediar, prontos a dar suporte e ou promover estratégias para contribuir com a resolubilidade dos temas em disputa diante de suas expertises. Na observação das autoras deste estudo o acesso aos professores/as sempre se mostrou irrestrito e dedicado.

Aprendizados e formações ocultas da coordenação do seminário: um desabrochar da experiência doutoral

Para este momento de escrita ainda são incontáveis e impossíveis de descrever os aprendizados dessa experiência, visto que só serão sentidas como “amadurecimentos” individuais e coletivos após o evento.

Para uma das autoras o desafio de coordenar um seminário foi aceito à medida que a mesma julga que ainda não possuía a expertise ou mesmo o conhecimento de tantos e quais pontos eram importantes e relevantes a serem mapeados para a feitura de um seminário científico. E viu nesta oportunidade uma forma de ter contato com estes saberes e desenvolver estas habilidades na prática.

Na conjuntura de distribuição dos participantes nas comissões de trabalho já citadas acima, a facilidade e alinhamento de diálogo com a sua parceira de empreitada, foi um diferencial para aceitar o desafio posto.

Para a outra autora, primeiro foi uma grata surpresa ter sido escolhida pela turma do programa de doutorado, para realizar a organização deste seminário. Segundo foi e está sendo um momento de muitos desafios, e autoavaliação enquanto ser humano, onde se sente atravessada por momentos de desconstrução de pensamentos e teorias já arraigadas, no seu processo de construção enquanto indivíduo social.

O processo de construção do SEADET permite que os/as estudantes possam compartilhar suas perspectivas e ciência, de forma que todos/as possam aprender uns com os/as outros/as e desenvolvam novas habilidades no trabalho em equipe. Mas também, podemos relatar que não é fácil e muito menos simples, realizar esse

diálogo entre o que a academia almeja e o que podemos desenvolver com pouco ou nenhum recurso.

Por fim, mas não menos importante, trazemos a grata surpresa em compartilhar a coordenação com uma companheira tão evoluída, que vem mostrando no dia-a-dia que mesmo que o trabalho seja dificultoso e que tenha pedras no caminho, juntas podemos ir adiante.

4 Considerações Finais

As autoras deste estudo tomaram como hábito desde o início a sistematização dos problemas e dificuldades postas e mapearam as estratégias resolutivas para cada questão levantada. Para este artigo a análise destas anotações e percepções pessoais desta construção fez parte da inquietude de colocar em escrito esta experiência.

Em reuniões intermináveis e diálogos acolhedores, mas também, analíticos de cada situação dissonante que culminou no fortalecimento das autoras como equipe e se apoiaram em cada decisão fácil ou difícil a ser tomada nesta construção. Que fique claro, que para esta metodologia também houve discordâncias, mas houve além de muito trabalho e dedicação, acolhimento das razões e ponderação das contrarrazões onde o centro das decisões era pautado na possibilidade de execução das propostas, na possibilidade de angariar recursos de todas as esferas para executar, na ética e no respeito mútuo sobre as particularidades e diferenças individuais de cada desafio posto.

Para a autora Eduarda Casanova, bióloga, doutoranda do PPGAD e integrante do grupo de pesquisa Sistemas Alimentares e Educação na Ruralidade - SAER a oportunidade em se dispor voluntariamente ao trabalho extra das atividades profissionais e do programa de doutorado, de coordenar o IX SEADET foi de extrema valia. Tal experiência atendeu ao seu objetivo pessoal que era a de oportunizar um aprendizado experienciado na prática de saber como se faz um seminário acadêmico do zero. A mesma garante que habilidades que já foram tocadas, mas ainda não vistas por ela própria ainda vão aparecer em seu comportamento, e serão apropriadas e posteriormente desenvolvidas na sua trajetória como estudante de doutorado, profissional e principalmente como ser humano. Para este momento relata que apurar as habilidades de dialogar a

construção coletivamente e de forma democrática foi uma experiência enriquecedora e espera que outros alunos/as aproveitem a mesma oportunidade no futuro. A aluna expressa também o enorme prazer e gratidão em dividir intensamente estes últimos quatro meses de trabalhos vigorosos e misturas de vida com a colega e agora amiga, que se mostrou uma parceira gigante para dividir os momentos de risadas e também dificuldades que permearam o processo. Entre as dores e delícias de sermos quem somos, a parte do acolhimento da colega foi à força extra para o sucesso do processo.

Já, para a outra autora Vanessa Santiago, socióloga, doutoranda do PPGAD e integrante do grupo de pesquisa Sistemas Alimentares e Educação na Ruralidade – SAER, o sentimento em organizar um seminário, em um espaço onde o debate sobre agroecologia é o objetivo do programa de doutorado, em uma universidade federal e pública com toda certeza envolve inúmeros sentimentos, primeiro em relação à especificidade relacionada à importância do tema, depois ao público-alvo e por fim ao ambiente acadêmico. Porque além de ser uma oportunidade de compartilhar conhecimentos e promover discussões sobre práticas agroecológicas e decoloniais, também pode ser emocionante e intrigante, porque cada indivíduo envolvido na organização/comissão pôde experimentar e vivenciar sentimentos de maneiras únicas.

Podemos relatar ainda, que a emoção sentida a partir do pensamento de responsabilidade social, ambiental e política, e de devolutiva à sociedade e a academia, da autora é de senso crítico e autoavaliativo, enquanto discente de um programa de doutorado em agroecologia. Porque, talvez a expectativa maior seja de que o evento promova não apenas o conhecimento acadêmico-científico, mas também a conscientização sobre questões cruciais relacionadas à sustentabilidade, a sociedade, a cultura, aos atores locais, a natureza, aos doutorandos/as, aos docentes e a academia. A autora acredita que dessa forma, a experiência resultou em um seminário dialogado, horizontal e democrático. E isso reflete o compromisso das autoras em abordar questões importantes e relevantes e que trouxessem os atores sociais locais, nesse caso da mata sul de Pernambuco para o centro da discussão e produção de conhecimento, nesse caso para a academia.

Por fim acreditamos que a educação grita a urgência em ser uma construção relevante e envolvente, integrando as experiências e realidades dos/as estudantes em seu processo de aprendizagem e nas suas experiências trazidas nas suas

construções de cultura, identidade e vivências. Precisamos valorizar uma abordagem de educação centrada no/a discente, que perceba a importância de levar em consideração as vivências, os interesses e perspectivas individuais destes, ao planejar e implementar a educação.

Referências

CERTEAU, Michel de. **¿Qué es un seminario?** Publicado en Esprit nº 116, noviembre-diciembre de 1978. Traducción de Francisca Comes. Zigurat 1ª edición: Noviembre de 1999 Buenos Aires: Eudeba. ISSN 1514-8874.

DOS SANTOS, Boaventura e MENESES, Maria Paula. **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Editora Paz e Terra, 2014.

INGOLD, Timothy; Da transmissão de representações à educação da atenção. **Revista de Educação**, Porto Alegre, v.3, n.1, p 6-25, jan / abr 2010.

SCHMIDT, M. L. S. **Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas**. *Psicologia*, USP, 2006, 17(2), 11-41.

ZÚÑIGA, Ó. E. **Orientações para a realização e apresentação dos seminários disciplina educação em agroecologia**, 2022.

PATRIMÔNIOS CULTURAIS DOS QUILOMBOS DO TERRITÓRIO DA BACIA
LEITEIRA ALAGOANA

Sandreanio Nascimento Ferreira⁵²

Luís Cláudio Monteiro de Mattos⁵³

Tarcísio Augusto Alves da Silva⁵⁴

João Gustavo Soares de Araújo⁵⁵

Roseane Santos de Jesus⁵⁶

José Eduardo Matos⁵⁷

DOI: 10.29327/1348690.9-5

1 Introdução

Povo de tradições particulares, os quilombolas têm em seu histórico uma trajetória de sofrimento, a relação entre senhor e servo sempre foi com base em violência, repressões, castigos e punições. Com limitado acesso à educação de qualidade, a saúde e a políticas culturais, aos poucos tiveram que se adaptar a outras realidades de escravidão, os açoites físicos acabaram, mas as torturas e humilhações no convívio social ainda tendem a permanecer.

Ao longo dos anos, as comunidades quilombolas foram marcadas pela exclusão e o isolamento sendo comumente sitiados em seus locais de moradia.

⁵²Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail:sandreanioferreira@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2810-195X>.

⁵³ Doutor em Desenvolvimento Territorial. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail:luismattos@ufrpe.br.; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6997-604X>.

⁵⁴Doutor em Sociologia; Universidade Federal Rural de Pernambuco; E-mail: tarcisio.asilva@ufrpe.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2956-3512>.

⁵⁵Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail:gustavoevolucao@yahoo.com.br; ORCID: <http://orcid.org/0009.0001-0182-0073>.

⁵⁶Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail:roseane.jesus@ufrpe.com.br; ORCID: <https://orcid.org/00090008-5093-9805>.

⁵⁷ Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail:joseeduardomatos.aju@gmail.com; ORCID: <http://orcid.org/0009-0001-4828-8993>.

Sem muita perspectiva, atualmente, parecem continuar sendo mantidas à margem da invisibilidade nas mais diversas esferas governamentais.

O estado de Alagoas historicamente está ligado ao cultivo da monocultura da cana de açúcar que se perpetuou desde a colonização do Brasil, sendo essa, atrelada a um tipo de modelo de produção, o agroexportador, que necessita de grandes extensões de terras, e que, por muitos anos dependeu da escravidão. Assim, essas terras passaram por alguns processos de ocupação e de interesses familiar oligárquico muito forte, o que torna ainda mais difícil o acesso ou o mantimento delas (MARQUES; MENDES; SIL-VA, 2015).

No período colonial em Alagoas, originou-se o movimento mais importante no Brasil da resistência à escravidão, o Quilombo dos Palmares, que resistiu investidas colonialistas e lutou pela liberdade, sendo naquela época, o maior quilombo brasileiro, composto por vários agrupamentos de quilombos (BRASIL, 2015).

Com a Constituição Federal de 1988, houve o reconhecimento da importância desses grupos na formação do patrimônio cultural brasileiro, que também determinou a emissão de títulos de posse das terras ocupadas por remanescentes quilombolas, reconheceu também a diversidade de grupos étnicos e culturais. Apesar do reconhecimento dessas comunidades quilombolas perante a Constituição Federal, apenas um quilombola tem titularizada suas terras em Alagoas (INCRA, 2021).

Segundo o Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL), no território da bacia leiteira de alagoas existem 15 comunidades quilombolas distribuídos em 08 (oito) municípios, dos quais tem sua produção voltada a bovinocultura de leite e cultura de sequeiro, sobretudo de milho, feijão e macaxeira, utilizando-se de práticas agrícolas repassadas através das gerações (ITERAL, 2023).

A região da Bacia Leiteira abrange uma área de 2.782,9 Km² e é composta por 11 municípios, são eles: Batalha, Belo Monte, Cacimbinhas, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Izidoro, Minador do Negrão, Monteirópolis, Olho D'Água das Flores, Palestina e Pão de Açúcar (ALAGOAS, 2017). Todos esses municípios estão localizados na zona de transição entre o agreste e sertão de Alagoas, apresentam clima e solos propícios para a atividade leiteira.

Quase sempre vivendo à mercê de políticas culturais, que inclui a preservação de seus costumes, crenças e cultura, os quilombolas, ao longo dos

anos, têm sofrido influência em seu modo de viver, nos saberes e na forma de produzir seus alimentos.

Nesse artigo, busca-se identificar quais os patrimônios culturais existentes nos quilombolas que compõem o território da bacia leiteira alagoana. O que ainda resiste e o que se perdeu ao longo dos anos, com ênfase nas questões culturais.

2 Referencial teórico

Para o IPHAN (1988), quilombos são as comunidades autoexcluídas da sociedade nacional durante o período colonial até a abolição da escravatura, formados originalmente por negros escravos fugidos das áreas urbanas ou rurais onde existiam práticas de exploração escravista. Já para Arruti (2003), quilombos são os sítios historicamente ocupados por negros que tenham resíduos arqueológicos de sua presença, inclusive as áreas ocupadas ainda hoje por seus descendentes, com conteúdo etnográficos e culturais.

A história não demonstra ao certo como se formaram os quilombos na região central do estado de Alagoas. Lindoso (2011) sugere que a formação dos quilombos no sertão alagoano surgiu a partir de Penedo, com a conquista dos sertões alagoanos por desbravadores que levavam escravos para carregar os mantimentos. Com a libertação dos escravos, a formação de quilombolas foi se formando, inclusive na região de transição do agreste para o sertão, hoje chamado de bacia leiteira.

Para Albuquerque (2017), essa formação se deu através do processo migratório que ocorreu em diferentes momentos históricos, o que dificulta datar com precisão esse contexto, todavia, há indícios de que essa migração está atrelada aos exploradores e a implantação de fazendas de gado na região do Sertão de Alagoas, que mais tarde se consolidou na região formando os territórios.

Os territórios rurais são espaços onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial (MDA, 2015). No entanto, seria um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

Para Morin (2002), a cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social, assim, sempre existe a cultura nas culturas. Já para Thompson (1995), a concepção descritiva de cultura refere-se a um variado conjunto de crenças, costumes, convenções, hábitos e práticas características de uma sociedade específica ou de um período histórico. Estes dois conceitos são fundamentais e estão inter-relacionados no caso das comunidades negras rurais, pois a presença e o interesse de brancos e negros sobre um mesmo espaço físico e social (BANDEIRA, 1988).

Os quilombolas da bacia leiteira de Alagoas, resiste às intempéries provocadas pelo tempo, tornando-se invisíveis para o restante da sociedade. Essa invisibilidade foi fator decisivo para o esquecimento destas comunidades, e a perda de cultura, que hoje se encontram em sua maioria em áreas rurais, oprimidas e detentores de baixos níveis de escolaridade e renda, e se mantêm com atividades econômicas, predominantemente, baseada na agricultura de subsistência, pecuária e artesanato (CALHEIROS; STADTLER, 2010).

Para Bosi (1979), essa opressão cultural não é apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também por outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos.

Após o período de escravidão, a sobrevivência desses povos se dá pela venda da força do trabalho dos homens, prática muito comum no passado, mas ainda ocorre até hoje, principalmente durante os períodos mais secos do ano quando não se têm condições de cultivar as culturas de ciclos curtos (BRASIL, 2007).

As mulheres quilombolas ocupam um papel central no território. No plano político, apresentam-se como lideranças comunitárias e chefes de família, já no plano econômico, são ativas na realização dos serviços agrícolas e em atividades fora da comunidade. No plano cultural, são responsáveis pela transmissão dos conhecimentos passados de geração em geração. E, no plano familiar, além do

trabalho doméstico, são as responsáveis pelo cuidado com a saúde dos filhos, cônjuges e parentes. (SOUZA; ARAÚJO, 2014).

Para Hall (2016) a redução da visibilidade cultural e tradições quilombolas são típicas de políticas raciais, e a lógica que fortalece a polarização étnica é justificada pela naturalização do trabalho escravo e/ou servil do negro, e a luta por reconhecimento de direitos. O mesmo autor, afirma que o fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas.

Em geral, as comunidades remanescentes de quilombos, apesar de mapeadas e certificadas como quilombolas em Alagoas, ainda se encontram desassistida de direitos fundamentais de moradia, saúde, cultura, preservação das tradições, assistência técnica e social do poder público (ALAGOAS, 2013)

No entanto, Valentim e Trindade (2011), retratam as discussões sobre identidade quilombola, não modificaram de forma expressiva os modos como os idosos desta comunidade compreendem a realidade política de seu território. Já de forma oposta ocorre com os jovens e os adultos que subjetivam a identidade quilombola enquanto um processo necessário à garantia de direitos a sua comunidade, na afirmação de sua história, cultura e pertencimento étnico-racial.

3 Metodologia

Inicialmente, fez-se um levantamento na Fundação Cultural Palmares para identificar as comunidades quilombolas no território da bacia leiteira alagoana, a quantidade e em quais municípios estavam localizados. Num segundo momento, buscou-se localizar as lideranças comunitárias de cada comunidade quilombola através das Secretarias Municipais de Agricultura (SEMAGRI) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

Na etapa seguinte, estabeleceu-se contato com as lideranças previamente localizadas, e traçou-se uma estratégia de visita para realização da pesquisa tipo qualitativa descritiva exploratória. Segundo Selltiz et al. (1965), enquadram-se na categoria dos estudos exploratórios, todos que buscam descobrir ideias e intuições, com intuito de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Para Gil (1999) a pesquisa exploratória visa como objetivo principal desenvolver, esclarecer

e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido no ato da entrevista.

Para levantamento e identificação das tradições culturais que ainda resistem através dos tempos nos quilombolas estudados foram realizadas entrevistas utilizando um roteiro semiestruturado, focalizando nas tradições culturais ainda existentes e nas que se perderam ao longo dos anos. Para Laville e Dionne (1999), esse é o tipo mais usual de entrevista por se basear em um roteiro constituído de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, apoiadas no quadro teórico, nos objetivos e nas hipóteses da pesquisa.

Para entender sobre o patrimônio cultural, objeto de estudo deste artigo, há uma necessidade de entender a diversidade cultural que envolve os quilombolas. Essa análise parte reconhece como patrimônio quatro fatores: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares. O mapeamento do patrimônio cultural se efetiva no sentido de compreender a significação da identidade e a memória social. (GUIMARÃES, 2012).

Com a intenção de obter mais informações com maior riqueza de dados e maior confiabilidade, foram identificadas e entrevistadas as pessoas mais idosas existentes em cada comunidades quilombolas. Por vezes, a entrevista foi complementada por parentes próximos de potencial saber e conhecimento dos costumes da comunidade.

Após a realização das entrevistas, as mesmas passaram por uma análise de conteúdo. Para isso, buscou-se inicialmente reconhecer a natureza dos fatos, e deste modo, evidenciar e identificar as principais tradições culturais ainda existentes e as que se perderam ao longo do tempo.

4 Resultados e Discussão

A presente temática de pesquisa emerge do processo de entrevista e é consolidada quando se inicia a conversa com o público do referente estudo: as pessoas com maior idade nos quilombolas da bacia leiteira alagoana, com seus relatos de cotidiano sobre a vida dentro do território, sobretudo, em relação aos patrimônios culturais existentes.

Em conversação com o público foco da pesquisa nota-se, de imediato, o quanto esses quilombolas têm mudado, deixando para trás muitas seitas, crenças e costumes, dos quais faziam parte do contexto peculiar desses povos. As práticas culturais que serviram de base para construção dos quilombolas e como espaço de resistências, e a forma como esses processos culturais se desenvolveram nestes locais, correspondendo ao descrito por Conac (2014), onde relata as práticas de cultivo das tradições e cultura ancestrais estão se perdendo drasticamente e de forma acelerada.

Os relatos mostram que há uma forte persistência a preservação da identidade e dos valores culturais presentes em todos os quilombolas visitados, referentes às questões de manifestações culturais, religiosas e dos saberes hereditários, como por exemplo: o reisado, as cantigas, as rezas, terreiros, as rodas de conversas, os causos, a utilização das plantas medicinais, a forma de cultivar o alimento, a lida com a terra, observações da natureza, dentre outros, porém, observa-se que há uma forte interferência de novas cultura na transferência desses saberes aos mais jovens.

Dos valores procedentes do patrimônio cultural que caracterizam a identidade quilombola do viés gastronômico, identificou-se a presença, hortas comunitárias e plantações de milho, feijão, mandioca, quiabo, abóbora, pimentão e tomate, além da produção de produtos derivados da mandioca. gastronomia também identificada por Estrela da Costa (2015) em outros quilombolas da região do agreste do estado de Alagoas.

Em relação às tradições culturais relativas à religiosidade e saberes ancestrais, foram identificados a existência de rezadeiras e rezadores, reisado, banda de pífano, coco de roda, e grupo de pastoril. Essas tradições também foram descritas por Marques (2012) em estudo de outros quilombolas da região da mata alagoana.

Foi identificado a presença de grupos de dança afro, guerreiro, capoeira e candomblé, porém todos exercidos em forma de anonimato. O motivo do anonimato é em função e entraves de outras crenças externas ao quilombolas por acreditarem que essas tradições envolvem coisas não bem quistas por outras religiões. Contudo, observou-se o avanço significativo das igrejas evangélicas nesses quilombos, que buscam e aceitam conviver com realidade religiosa local, contribuindo para a manutenção da tradição e identidade naquelas comunidades.

Foram encontrados grupos de mulheres que desenvolvem o artesanato, porém sofrem a intervenção cultural de tendências de mercados regionais, deixando de lado os traços e evidências quilombolas que os caracterizam, contradizendo o disposto por Ganga Zumba Alagoas (2014) que afirma ter uma grande diversidade de artesanato local em quilombolas da zona da mata alagoana, sobretudo, na confecção de cestos de palha, bordados, crochê, redes de pesca, redes de descanso, samburá de cipó, cerâmica, chapéus, dentre muitos outros produtos.

Identificou-se que a cultura local é bem servida apenas pelos mais velhos, as novas gerações apresentam dificuldades de assimilar a cultura e a tradição, em função da interferência de tradições externas. Gomes (2018) destaca que muitas comunidades têm enfrentado problemas, motivados, entre outros fatores, pela morosidade dos órgãos estaduais e federais, na lentidão dos processos que garantem seus territórios e reconhecem a importância dessa cultura ancestral.

Fazendo uma análise mais geral, observa-se que os patrimônios culturais, que envolvem toda identidade que caracteriza os quilombos da bacia leiteira alagoana, estão fixados em um número de pessoas extremamente reduzidas, dentro dos quilombos. Os jovens sofrem diariamente a interferências de outras culturas, seja através da escola, da internet acessível a praticamente todos os jovens ou pela busca de melhores condições de vida em outras regiões, essas interferências compõem fatores e aspectos estruturais e materiais que impedem as manifestações dessas práticas. Por outro lado, as práticas de resistência na maioria das vezes não são aceitas, nem tampouco divulgadas pela comunidade, o que leva a não transferência dos conhecimentos, tradições e patrimônio para as novas gerações.

5 Conclusões

Diante do contexto, se observou que os quilombolas da bacia leiteira alagoana sofrem para manter suas práticas e tradições culturais devido à introdução de novas culturas. Embora as gerações mais novas tenham ciência de sua identidade, a falta de políticas públicas de cunho cultural e as ações externas de convívio social dificultam a preservação da cultura quilombola.

A transformação geopolítica no território pode ter oprimido, ao longo dos anos, a ampliação e a transferências dos saberes, da cultura e tradições destes

povos devido ao processo de desvalorização das suas referências ancestrais, restringindo esses saberes aos mais idosos da comunidade.

Das tradições culturais observadas que ainda resiste ao tempo nos quilombos da bacia leiteira alagoana, estão as rezadeiras/benzedadeiras(os), grupos de pastoris, saberes com utilização de plantas medicinais, além da culinária típica em algumas comunidades como a produção dos derivados da mandioca.

Foram identificados a existência de terreiro, prática de capoeira ou qualquer outra prática cultural que manifeste a autêntica característica cultural em dois quilombos, sendo desenvolvido de forma pontual e em anonimato, por temerem repressão.

6 Referências

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Saúde. **Perfil da Realidade Social das Comunidades Quilombolas de Alagoas**. Maceió, 2013.

Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre Pecuária Leiteira de Alagoas/Alagoas**. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG, 2017. 37p.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira. **Campesinato e migração em Alagoas**. Edufal: Maceió, 2017.

ARRUTI, José Maurício A.P. O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68 do ADCT. In: **Texto para discussão**: Projeto Egbé – Territórios negros (KOINONIA), 2003.

BANDEIRA, M. L. Território Negro em Espaço Branco. **Estudo antropológico de Vila Bela**. S.,o Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988

BRASIL. INCRA. **Plano de trabalho para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID**, INCRA, 2007.

BRASIL. MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas**. Brasília, 2013b.

BRASIL. MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2005a). Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil. **Série Documentos Institucionais**, v. 01. Brasília: SDT/MDA.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos**. Brasília, 2015a.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz; Edusp, 1979.

CALHEIROS, F. P. e Stadtler, H. H. C. (2010). **Identidade étnica e poder**: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. Ver. Katál. Florianópolis V. 13, n. 1 jan/jun.

CONAC. **O Brasil também é Quilombola**. Brasília, 2014.

Estrela da Costa, A. C. **Quilombo de Povoado Tabacaria**. Ana Carolina Estrela da Costa. - Belo Horizonte: NUQ/ FAFICH: OJB/FAFICH, 2015.

GANGA ZUMBA ALAGOAS. **Situação Viva Pelas Comunidades Quilombolas de Alagoas**. Arapiraca, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos/Remanescentes de quilombos. In: SCHWARC, Lilia; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GUIMARÃES. Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio In: CHUVA, Márcia (org.). História e patrimônio. Brasília: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34, 2012.

HALL Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2011.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Parecer 47/98 – DEPROT**. Brasília, 1998.

ITERAL. Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas. **Comunidades Quilombolas de Alagoas**. Disponível em: <http://www.iteral.al.gov.br/dtpaf/comunidades-quilombolas-de-alagoas/comunidades-quilombolas-de-alagoas>. Acesso em 12/07/2023.

INCRA. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Títulos Expedidos às Comunidades Quilombolas**. 2021. https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/titulos_quilombolas_no_v_2021.pdf. Acesso em 12/07/2023.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LINDOSO, Dirceu. **A razão quilombola**: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: EDUFAL, 2011.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento; MENDES, Carmelita Bastos; SILVA, Weronike Caraíba Moreira. Pelo direito de ser diferente: a situação atual das comunidades quilombolas em Alagoas, Brasil. **Revista Científica do IFAL**, v. 3, n. 2– jul./dez. 2012.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SOUZA, Patrícia Borda; ARAÚJO, Klariene Adrielly. A mulher quilombola: da invisibilidade à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas, p. 163-182. In: ESTEVES, Juliana Teixeira; BARBOSA, José Luciano Albino; FALCÃO, Pablo Ricardo de Lima. **Direitos, gênero e movimentos sociais II**. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

THOMPSON, Jonh B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica dos meios de comunicação de massa**. São Paulo: Vozes, 1995. 427p.

VALENTIM, R. P. F., & Trindade, Z. (2011). Modernidade e comunidades tradicionais: memória, identidade e transmissão em território quilombola. **Psicologia Política**, 11 (22).

INSEGURANÇA ALIMENTAR NA COMUNIDADE ESCOLAR E A BIOREMEDIAÇÃO

Ivysson Gabriel da Silva Prazeres⁵⁸

João Augusto Soares de Araújo⁵⁹

A insegurança alimentar é um problema que assola o mundo há décadas, de modo que uma grande parcela da população acaba sendo afetada. Diante disso, foi criado na escola EREM Professora Helena Pugó uma horta sustentável, com o intuito de sensibilizar os estudantes e trazer a bioremediação na forma de uma alimentação de qualidade para os mesmos. A horta conta com a supervisão de alguns profissionais das áreas de agroecologia, saúde, fitoterapia, agronomia que auxiliam e orientam os educandos em todo o processo, dando instruções de manejo, cuidados e colheita. A responsabilidade gerada a partir da horta faz com que os educandos entendam de onde vêm os alimentos que chegam até às suas mesas, fazendo com que os mesmos criem hábitos melhores e até se tornem mais adeptos e levem as técnicas aprendidas para suas casas, criando um quintal agroecológico, uma horta vertical possibilitando assim o acesso a comida boa e uma segurança alimentar para sua família. A horta gera, inevitavelmente, uma melhor alimentação para a comunidade escolar, onde encontramos indivíduos carentes e que não possuem acesso a alimentos saudáveis. A horta escolar é um ponto de convergência de inúmeras abordagens disciplinares e se mostra como uma encruzilhada, um espaço de encontro e transformação muito potente dentro das unidades de ensino (CÔRTEZ, 2020). A modalidade utilizada é a experimental, o espaço destinado a horta é também um espaço destinado a experimentação de novas técnicas de plantio e cuidados. As culturas são plantadas de acordo com a demanda da cozinha da escola e com o ciclo de produção, priorizando as culturas de ciclo curto. As abordagens pedagógicas que são geradas pela disciplina eletiva Horta Sustentável, são várias. O principal resultado é no lado pessoal dos

⁵⁸Estudante e escritor; EREM Professora Helena Pugó; E-mail: gsgabrielsilva037@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9444-5747>.

⁵⁹Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: gustavoevolucao@yahoo.com.br; ORCID: <http://orcid/0009.0001-0182-0073>.

educandos que aprendem a ser pessoas mais pacientes, disciplinadas, organizadas, colaborativas e participativas. Além, do resultado prático que é a segurança alimentar da comunidade escolar. Concluimos então que a insegurança alimentar na comunidade escolar pode ser bioremediada com um projeto de horta sustentável, tal projeto traz resultados positivos e pode ser expandido para a residência de cada aluno promovendo assim a segurança alimentar doméstica.

Palavras-chave: Horta; sustentável; bioremediação; escola.

FAIR TRADE COMO SISTEMA ALTERNATIVO DE TROCAS COMERCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

João de Paula Martins Neto⁶⁰

Michely Correia Diniz⁶¹

Miriam Cleide Cavalcante de Amorim⁶²

DOI: 10.29327/1348690.9-3

1 Introdução

Responsável por mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, com base no Censo Agropecuário 2017-2018 realizado pelo IBGE (IBGE, 2017), a agricultura familiar ainda encontra muita dificuldade no quesito trocas comerciais, ficando ainda refém do modelo econômico atual que é fortemente influenciado pela atuação das forças do mercado.

Desta forma, criar mecanismos alternativos para proporcionar o desenvolvimento econômico de mercados sustentáveis tem sido um constante, ainda mais considerando que os territórios onde está assentada a agricultura familiar pouco têm se beneficiado de políticas públicas que lhes garantam uma ampla participação desta no volume do agronegócio brasileiro.

Surge no Brasil em 2001, portanto, um movimento denominado Fair Trade ou Comércio Justo (CJ) que, segundo De Oliveira et al. (2008, p. 211), o elo consumidor “admite” pagar um “Premium” e oferecer melhores condições comerciais ao elo produtor visando proporcionar-lhe um padrão de vida mais adequado, desde que os produtores cumpram um dado conjunto de normas relativas à produção e alguns aspectos socioambientais. Tal modelo passou a ser visto como uma alternativa ao modelo de trocas internacionais centrado em forças de mercado.

⁶⁰Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade do Estado da Bahia (UNEB); E-mail: joaonetoadv75@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1071-1362>.

⁶¹Doutora em Biotecnologia; Docente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF); E-mail: michely.diniz@univasf.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1960-4512>

⁶²Doutora em Engenharia Química (UFRPE); Docente da Universidade do Vale do São Francisco; E-mail: miriam.cleide@univasf.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0887-7790>.

No Brasil ainda são escassos os trabalhos sobre o tema, principalmente quando associado à agricultura familiar, o que nos leva a crer na potencialidade da temática e a importância da aplicação desse mecanismo como instrumento de desenvolvimento territorial.

Portanto, o objetivo deste ensaio é discutir o conceito de Fair Trade enquanto mecanismo alternativo de trocas comerciais para os produtores da agricultura familiar à luz das definições e experiências pré-existentes, considerando essa prática como forma de inclusão para os pequenos empreendedores brasileiros, bem como as perspectivas de crescimento desta modalidade de associativismo.

2 Referencial teórico

De acordo com o relatório organizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, em 2010 (SCHNEIDER, Johann, 2010), as principais entidades atuantes no Fair Trade uniformizam seus conceitos durante a conferência anual da IFAT (International Federation of Alternative Trade) em 2001 e desde então usam a seguinte definição:

Comércio justo é uma parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional. Ele contribui para o desenvolvimento sustentável através de melhores condições de troca e a garantia dos direitos para produtores e trabalhadores marginalizados (IFAT, 2001).

Conforme consta no sítio oficial da Fair Trade Federation (FTF, 2023), que é uma associação comercial de empresas de comércio justo, o Fair Trade ou Comércio Justo (CJ) tem suas raízes em 1946, quando Edna Ruth Byler, voluntária do Comitê Central Menonita (MCC), testemunhando o talento que as mulheres porto-riquenhas tinham para criar lindas rendas e a pobreza em que viviam, começou a levar essas peças para os Estados Unidos para vender e devolver o dinheiro diretamente a esses grupos. Seu trabalho cresceu até a Ten Thousand Villages, que abriu sua primeira loja de comércio justo em 1958 e hoje é o maior varejista de comércio justo da América do Norte.

O Professor Armando de Melo Lisboa ensina-nos que o marco inaugural foi a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), em 1964, em que surgiu a expressão “trade, not aid!” (Comércio, não ajuda!), popularizando o dito comércio alternativo e/ou comércio solidário. Em 1969

abre-se na Holanda a primeira loja de comércio solidário, contudo ainda restrito aos circuitos alternativos e a lojas especializadas (DE MELO LISBOA, A., 2016, p.64).

No final da década de 1970, um grupo informal de empresários conhecido como Organização de Comércio Alternativo da América do Norte - North American Alternative Trade Organization (NAATO), preocupados com o lado negocial dos produtores, começou a se reunir sendo incorporados em 1994 pela Federação de Comércio Justo. Em 1989, a Organização Mundial de Comércio Justo (antiga IFAT, WFTO em inglês) estabelece-se como uma rede global de empresas e organizações comprometidas com o CJ, objetivando melhorar as condições de vida das pessoas desfavorecidas através do comércio e de proporcionar um fórum para a troca de informações e ideias (WFTO, 2023).

Parte dos pesquisadores sobre o assunto considera que os primeiros sinais da existência do CJ se deram em meados da década de 80, a partir de uma aliança entre a organização indígena de agricultores UCIRI (Oaxaca, México), e uma ONG holandesa denominada Solidaridad. Segundo De Melo Lisboa, A. (2016, p. 64), o movimento de CJ configurava iniciativas assistenciais que buscavam amenizar a relação comercial dos países do Sul com o Norte, tornando-a mais equitativa.

Dessa aliança, criaram a primeira iniciativa de certificação do comércio justo, cujo Selo ou Rótulo foi denominado Max Havelaar e aplicava-se inicialmente apenas ao café na Holanda.

Em 1997, foi criada a Fair Trade Labelling Organization (FLO), uma espécie de organização mundial guarda-chuva das iniciativas de CJ baseada no selo criado pela ONG Max Havelaar (GRUNINGER, 2004). Esta organização passou a definir os padrões de certificação do CJ e apoia, inspeciona e certifica agricultores desfavorecidos.

Atualmente existem vários sistemas de certificação de trabalhos com o comércio justo no mercado dos EUA, incluindo Fair Trade International USA, Fair Trade USA e IMO Fair for Life, frequentemente utilizados por corporações internacionais que não conseguem praticar um comércio totalmente justo, mas que desejam melhorar partes da sua cadeia de abastecimento principalmente no tocante ao meio ambiente e ao social.

3 Metodologia

Este ensaio se preocupou em realizar uma revisão bibliográfica narrativa das informações existentes e disponíveis de organizações, governamentais ou não, sítios das principais associações relacionadas a este assunto, livros, documentários e artigos que discutiram este tema, adotando o método exploratório, contudo sem utilizar critérios específicos. Foram consideradas as definições do conceito do Fair Trade, o histórico da certificação e os estudos anteriores sobre o Fair Trade no Brasil.

4 Resultados e Discussão

As movimentações do Fair Trade em outros países são raras e concentradas no setor agrícola, no entanto, os índices de crescimento têm demonstrado o potencial de inclusão dos produtores familiares (PEDINI, 2011).

Atualmente o comércio justo (CJ) é reconhecido no Brasil pelo Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS), sistema este criado por meio do Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010, o qual dispõe sobre os seus objetivos e descreve sua finalidade no sentido da promoção do comércio justo e solidário no Brasil (BRASIL, 2010).

Se por um lado esse modelo era visto inicialmente como um comércio alternativo e solidário, confinado apenas aos atores da economia solidária, por outro prisma, a partir da década de noventa, quando transmutado em CJ, tornou-se um cobiçado mercado emergente, gerando um interesse crescente dos atores do comércio convencional em incluírem produtos de CJ na sua pauta de oferta.

Dado seu crescimento exponencial nos últimos anos, atualmente os produtos de CJ são comercializados em grandes cadeias de supermercados, existindo inclusive corporações multinacionais que, com marcas próprias, inauguram o nicho de mercado para o CJ Corporativo. Segundo o recente relatório 2022/2023 produzido pela organização Fair Trade Ibérica, que representa a World Fair Trade Organization (WFTO, 2023) na Espanha e Portugal, o selo Fair Trade aparece em mais de 37.600 produtos de mais de 2.500 marcas, com 1,9 milhões de produtores certificados no mundo, cujos produtos são vendidos em 143 países diferentes (FAIR TRADE IBERICA, 2023).

Ainda conta com 370 cooperativas certificadas que trabalham com 440.000 produtores em 22 países da África, América Latina e Ásia, contribuindo, portanto,

com a missão de reduzir o abismo econômico e a pobreza entre o Sul e o Norte Global. Segundo estudos sobre consumo realizados pela Globescan e citados no relatório acima, a Certificação Fair Trade é considerada a mais reconhecida e confiável no mundo (FAIR TRADE IBERICA, 2023).

A busca por soluções capazes de reduzir o abismo entre as populações pobres e ricas vem aumentando significativamente a cada dia, e neste sentido requer o estabelecimento de práticas comerciais mais justas, pelo que o movimento Fair Trade acaba indo ao encontro de tais medidas. Mas para que um produto possa ser considerado CJ e obter o Selo de identificação Fair Trade, para tanto, deverá cumprir os dez princípios estabelecidos pela Organização Mundial Comércio Justo (WFTO, em inglês, 2023), sendo tais:

Princípio nº1: Oportunidades para produtores desfavorecidos.

Princípio nº2: Transparência e responsabilidade.

Princípio nº3: Práticas comerciais justas.

Princípio nº4: Pagamentos justos.

Princípio nº5: Não ao trabalho infantil ou forçado.

Princípio nº6: Não discriminação, igualdade de gênero e liberdade de associação.

Princípio nº7: Condições dignas de trabalho.

Princípio nº8: Desenvolvimento de Capacidades.

Princípio nº9: Promoção do Comércio Justo.

Princípio nº10: Ação pelo clima e proteção do meio ambiente.

O Fair Trade é sobre melhores preços, condições de trabalho decentes, sustentabilidade local e termos de comércio justos para agricultores e trabalhadores no mundo em desenvolvimento. Ao exigir que as empresas paguem preços acima do mercado, o comércio justo aborda as injustiças do comércio convencional, que tradicionalmente discrimina os produtores mais pobres e mais fracos. Isso lhes permite melhorar sua sorte e ter mais controle sobre suas vidas.

Pode-se entender, a partir das práticas e resultados de pesquisas existentes, a exemplo do estudo de caso realizado na Cooperativa de Agricultores Familiares de Café da cidade mineira de Poço Fundo (COOPFAM) que é certificada Fair Trade desde 2003, citado na Pesquisa de De Oliveira et al. (2008, p. 211), que esse modelo aponta para um alto nível de coesão, mas sinaliza ao mesmo tempo para o surgimento de algumas cizânias entre produtores, divididos entre os antigos e os

novos beneficiados do arranjo, pois os pioneiros, que investiram na produção de café orgânico, apresentam maior grau de comprometimento com a iniciativa, o que corresponderia à sua maior mobilização de recursos, tanto econômicos como emotivos. Tal situação de resistência e/ou não aceitação poderia levar a um menor grau de abertura e de associativismo, enfraquecendo a iniciativa, importantes para o sucesso do CJ.

Destaca-se, que em relação ao café, a certificação Fair Trade atesta que o produto foi produzido de acordo com os princípios do comércio justo e como consequência trazendo retorno para a sociedade em seu entorno e para o produtor rural. Esse tipo de certificação auxilia o fortalecimento da agricultura familiar por meio de associações e cooperativas, dispensando o uso de atravessadores (OLIVEIRA et al., 2017).

Em PAIVA et. al. (2023), concluem que a certificação Fair Trade se configura em uma alternativa para o agricultor familiar produtor de café, tanto para a melhoria de suas condições financeiras, com o prêmio pago, auxiliando na melhoria da qualidade de vida de seu núcleo familiar como para questões ambientais no que se refere a uma gestão mais consciente dos recursos naturais disponíveis, impactando diretamente na continuidade da atividade agrícola e nas gerações futuras que porventura possam usufruir e sociais, com o incentivo à capacitação de funcionários, investimento em segurança e equipamentos de proteção individual são itens de destaque dentro da certificação Fair Trade.

Portanto, não há dúvidas quanto ao poder de coesão e de associativismo que o CJ pode proporcionar, pois o que ocorre verdadeiramente é uma ampliação do elo entre o comprador e o produtor, a partir dos outros atores integrantes, revelando uma nítida preocupação para além do apelo mercadológico, mas sim a disposição pelo cumprimento de algumas obrigações, sociais e ambientais por exemplo, esculpidas nos princípios que alicerçam esse modelo.

Ressalta-se ainda, que neste modelo essas relações de troca estão baseadas em confiança mútua, além de critérios éticos e justos definidos pelas certificadoras internacionais, a exemplo da FLO. Tal premissa, no Brasil, coube ao Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010, que reconhece e associa ao comércio justo os termos “comércio equitativo, comércio équo, comércio alternativo, comércio solidário, comércio ético, comércio ético e solidário” e, com isso, trouxe o

Estado ao centro dessa discussão clamando pela institucionalização em políticas públicas.

5 Conclusões

A reflexão sobre o modelo Fair Trade como uma alternativa e não um modelo substitutivo ao existente e tradicional, necessita de um maior aprofundamento dos estudos e pesquisa, sobretudo práticas, da real eficácia de tal método.

Os estudos de casos mencionados como o da COOPFAM trouxeram resultados positivos no sentido de um maior associativismo e de desenvolvimento econômico territorial (econômico e social), baseados em relações de confiança e capital social como forma contratual nas trocas de mercado. Portanto, tais exemplos carecem de maior atenção, indicando novas oportunidades e perspectivas de pesquisa e aplicação.

Acredita-se que somente com a continuidade desses estudos é que poderão ser reveladas algumas respostas aos questionamentos que surgem: se a prática de CJ realmente é considerada justo? Por que há ainda resistência do Estado em aprimoramento de políticas públicas de fortalecimento desse modelo alternativo, uma vez que corrobora no sentido da diminuição da desigualdade social? Seria o engajamento das organizações maiores apenas uma maneira de compensar todo o desequilíbrio socioambiental realizado?

Muitos questionamentos, contudo, novas oportunidades de construção de conhecimento e de dinâmicas sociais.

6 Referências

BRASIL (2010). Decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010. Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 nov. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/d7358.htm>. Acesso em 10 nov. 2023.

DE MELO LISBOA, Armando. FAIR TRADE, 30 ANOS: UM SONHO DESFEITO?. P2P E INOVAÇÃO, v. 3, n. 1, p. 64-90, 2016. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/2336>. Acesso: 15 nov. 2023.

DE OLIVEIRA, Renato Ferreira; ARAÚJO, Uajará Pessoa; DOS SANTOS, Antônio Carlos. **Efeito do Fair Trade na cooperativa de agricultores familiares de café de Poço Fundo, MG**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 10, n. 2, p. 211-225, 2008.

FAIR TRADE FEDERATION – FTF. **Sítio oficial**. Disponível em: <https://www.fairtradefederation.org/>. Acesso em: 15 nov. 2023

FAIR TRADE IBÉRICA. **Memória Fairtrade Ibérica 2022/2023**. Ed. Fairtrade Ibérica. Setembro de 2023. Disponível em: https://www.fairtrade.es/wp-content/uploads/2023/09/Memoria_Fairtradelberica_22-23.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.

FLO. 2018-19 **annual report**: choosing a fairer future through trade. Bonn: 2019. Disponível em: https://files.fairtrade.net/publications/2018-19_FI_AnnualReport.pdf. Acesso em: 15 nov. 2023.

GRUNINGER, B. **Comércio Justo (Fair Trade)**: compras com gosto social. São Paulo: Business and Social Development (BSD-Brasil), 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ALTERNATIVE TRADE – IFAT. **The IFAT Directory 2001/2002**.

OLIVEIRA, M. K. S.; MELO, R. Redes Solidárias e Mercado Justo: alternativas para planetariedade sustentável. **T&C Amazônia**, Ano 1, n. 3, dez. 2003.

OLIVEIRA, M.B.G.B et al. Produção de café com certificação Fair Trade: uma alternativa para os produtores familiares. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 15, n. 2, p. 209-219, 2017.

PAIVA, Diogo Zappa; REIS, Thiago; ASSIS, Thiago Fonseca. Mercado Fair Trade como alternativa de comercialização de café pela agricultura familiar. Athena Editora. **Revista Ciências Agrárias**: Debates emblemáticos e situação perene. Capítulo 12. P. 158-177. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.421231206>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PEDINI, S. **Fair Trade**: Alternativa ao mercado convencional de café e processos de empoderamento de cafeicultores familiares. 2011. 175f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2011.

SCHNEIDER, Johann. **Relatório da Pesquisa Mundial de comércio justo**. Parte 1. Brasília-DF: SEBRAE, 2010.

_____. **Relatório da Pesquisa Mundial de comércio justo**. Parte 2.
Brasília-DF: SEBRAE, 2012.

WORLD FAIR TRADE ORGANIZATION - WFTO. **Sítio oficial**. Disponível em:
<https://wfto.com/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

VIVÊNCIAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS NO INSTITUTO REGIONAL DA
PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA - IRPAA

¹Matheus Vinicius Vidal de Andrade⁶³

²Michely Correia Diniz⁶⁴

³Miriam Cleide Cavalcante de Amorim⁶⁵

DOI: 10.29327/1348690.9-17

1 Introdução

A vivência agroecológica promovida de um povo para uma comunidade agrega uma série de fatores para um grupo, visto que é possível proporcionar um ambiente de discussões e efetivação de práticas sobre a temática em uma região, principalmente no que se refere à aproximação da relação entre o campo e a cidade. Neste momento de troca de saberes, é possível trabalhar o lado social, de modo que as práticas agroecológicas não se limitam apenas à segurança alimentar, mas também buscam resgatar e conservar os conhecimentos e a cultura local (Brito et al. 2020).

Ao considerar a agroecologia como uma temática ainda pouco difundida, faz-se necessário a criação de estratégias que promovam a atividade, assim sendo, os grupos que já possuem essa vivência têm papel primordial nessa disseminação de conhecimentos. Possibilitando por meio de eventos e atividades a divulgação de técnicas agroecológicas, estas que por sua vez agregam valores de cunho social, econômico e ambiental, haja vista que as estratégias fortalecem uma maior consciência política sobre a preservação do meio ambiente e da criação de um equilíbrio ecológico (Korz; Prado; Vieira, 2020).

⁶³Matheus Vinicius Vidal de Andrade;Doutorando do Programa de Pós-Graduação Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade do Estado da Bahia; E-mail: matheus2vandrade@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9173-6739>.

⁶⁴Michely Correia Diniz;Doutora em Biotecnologia; Docente da Universidade Federal do Vale do São Francisco; E-mail: michely.diniz@univasf.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1960-4512>.

⁶⁵Miriam Cleide Cavalcante de Amorim;Doutora em Engenharia Química; Docente da Universidade do Vale do São Francisco; E-mail: miriam.cleide@univasf.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0887-7790>.

Pelo exposto, é preciso buscar a criação de estratégias educacionais que fortaleçam a produção alimentar com base agroecológica. Segundo Gomes e Pereira (2021) é necessário difundir os conhecimentos agroecológicos dentro das atividades curriculares de ensino, como forma de trabalhar para a promoção de comunidades sustentáveis. As unidades escolares entram com papel ativo no diálogo de saberes, conscientização aos alunos, e atuação na consolidação de práticas ecológicas.

Partindo desses pressupostos, quais as contribuições que as vivências didático-pedagógicas trazem para a consolidação de conceitos agroecológicos? A pesquisa parte de uma visita técnica realizada no Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), na qual o objetivo é identificar as tecnologias trabalhadas no instituto que são voltadas para técnicas agroecológicas e sustentáveis, como forma de analisar as suas contribuições para o desenvolvimento do semiárido brasileiro, de modo a entender sobre a Caatinga e adquirir experiências para a convivência nessas áreas, devido às características da região.

2 Referencial teórico

2.1 Agroecologia: A construção de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis

É necessário, então, pensar na produção alimentar com base agroecológica, como uma alternativa de produzir alimentos dentro dos seus próprios ambientes domiciliares e que esses ofereçam condições alimentares equilibradas e sustentáveis. Há de considerar as pessoas que vivem no semiárido brasileiro e as dificuldades que estes indivíduos encontram para sobreviver, principalmente no que se refere a seca, emergida devida a instabilidade de chuva na região e as dificuldades de acesso a alimentação (Barbosa; Silva, 2020).

Ao pensar na alimentação saudável e sustentável, a agroecologia surge como uma alternativa para a consolidação desse modo de vida, pois o seu meio de produção é baseado em orgânicos, e envolve uma responsabilidade social e ambiental, pois oportuniza a criação de espaços de produção de alimentos através da criação da agricultura familiar com base agroecológica. Constrói-se, assim, uma

vivência de alimentação saudável e sustentável, sem o uso de defensivos agrícolas, minimizando os efeitos contrários ao meio ambiente (Barbosa; Silva, 2020).

Ao pensar na produção alimentar para todos, é necessário analisar os impactos positivos que a agroecologia vem a trazer, principalmente por oferecer medidas alternativas de produção de alimentos através da agricultura familiar de base agroecológica. Assim sendo, abre-se a possibilidade de que principalmente as famílias com menores condições socioeconômicas, produzam o seu próprio alimento saudável e sustentável (Grisa; Niederle; Oliveira, 2020).

2.2 A promoção de técnicas agroecológicas dentro do contexto Educacional

A agroecologia surge, então, como uma alternativa de produção de alimentos de qualidade e que pode ser produzida pelas próprias famílias, realidade distinta ao ser comparada pela produção alimentar industrializada. Segundo Duval et al. (2020), é preciso pensar no fortalecimento da agricultura familiar com base agroecológica, principalmente na ideia de construção de quintais produtivos, termo que se refere a produção de orgânicos dentro da própria residência, servindo assim para alimentação familiar, sendo desenvolvido em grande parte pelas mulheres do meio rural.

Os conceitos e a efetivação de práticas agroecológicas necessitam ser difundidos, como forma de promover a produção de alimentos com base orgânica e sustentável. Assim sendo, os ambientes educacionais entram como meio propulsor desses diálogos de conscientização, oferecendo subsídios que fundamentam esse tipo de atividade, sendo parte responsável em levantar discussões sobre a sua cultura e as implicações sociais (Costa; Ramos; Vieira, 2020).

Segundo Dahmer e Feagoso (2019), ao abordar em contexto educacional sobre desenvolvimento sustentável, o educador tem o dever de dialogar sobre os princípios da agroecologia, como forma de entender toda a cadeia que envolve essa temática, principalmente no que tange aos contextos sociais, culturais e ambientais envolvidos, a fim de engajar os alunos para disseminarem os conhecimentos adquiridos em suas respectivas comunidades, formando estudantes com um pensamento crítico e com ações participativas que promovem a temática.

Ao tratar das atividades agroecológicas dentro dos ambientes escolares é possível fazer uma associação com o desenvolvimento da agricultura sustentável. Perpassando a ideia que essas temáticas necessitam ser trabalhadas em conjunto

durante o ato de educar, sendo abordadas como meio de transformação de realidades para os estudantes, no que se refere principalmente a adoção de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis e que buscam ser socialmente justos (Altieri, 2002).

Segundo Santos et al. (2020), é necessário considerar o papel técnico e social dos institutos e associações que visam promover ações estratégicas que fortalecem a agroecologia. Sendo destacado assim o papel do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), no intuito de oferecer assessoria para a introdução de práticas agroecológicas em unidades produtivas da região semiárida do Brasil, fortalecendo assim o processo de transição agroecológica.

3 Metodologia

As observações elencadas neste trabalho foram baseadas em uma visita ao Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), situado no norte da Bahia, na cidade de Juazeiro, município da Bahia, sendo mais precisamente realizada no bairro Jardim Primavera, com distância média de 12km para o centro da cidade. A área de campo aproximada do IRPAA é de cerca de 33 hectares, que conta com uma equipe em torno de 120 trabalhadores, desse grupo, alguns dos indivíduos são estudantes, pois a instituição tem um caráter educativo em relação a disseminação de conhecimentos e técnicas agroecológicas.

As observações foram de natureza qualitativa, sendo utilizado o método de Ludke e André (1986), este que considera uma perspectiva interpretativa, mediante as percepções demonstradas pelos sujeitos envolvidos na pesquisa. A observação participante se deu a partir do contato direto com os sujeitos investigados por meio do acompanhamento da visita realizada, a primeira etapa consiste em conhecer a história do IRPAA desde a sua fundação, posteriormente identificar todas as tecnológicas que o instituto, para que por fim seja possível analisar cada tecnologia e a sua relação com a agroecologia e a sustentabilidade.

4 Resultados e Discussão

O IRPAA busca parcerias através de convênios do governo Federal para atuação nos estados do Piauí, Pernambuco, Bahia e Sergipe. Com profissionais

atuando nos eixos administrativos, de mudanças climáticas e meio ambiente, eixo de produção apropriado, eixo de comunicação e educação, para que os filhos de agricultores tivessem a chance de vir e estudar na escola agrícola para posteriormente levar a ideia de convivência no semiárido para suas famílias.

O primeiro momento se deu com a recepção dos funcionários locais do IRPAA, na qual reservaram o seu tempo para explicar sobre as atividades desenvolvidas e os seus respectivos objetivos. A organização surgiu a partir do movimento de base da igreja católica, na qual possuiu como primeiro presidente o Bispo Dom José Rodrigues, este que dá nome ao local.

A segunda etapa da visita foi conhecer o Quintal produtivo, este trabalha com a ideia de ter uma área de plantio com proximidade das casas na zona rural. Sendo que ao redor do espaço é construída uma Horta Circular Mandala, esta que se refere a produção que se expande em círculos concêntricos com cultivo de diversas plantas e animais.

Esse modo de construir o quintal produtivo, com uma diversidade de plantas ao redor da casa é a metodologia que o IRPAA quer levar para as comunidades que desenvolvem a agricultura familiar. Na qual o ambiente da organização tem hoje aproximadamente 100 espécies de plantas, com grande diversidade, além da interação entre os microrganismos, é possível ter a interação entre os insetos, estes que fazem o controle biológico.

A visita seguiu e foi apresentada a tecnologia do sistema de bioágua, que reúne toda a água da casa, exceto a do vaso para ser realizado o tratamento e posterior reúso. A água da residência é passada por meio de canos para a estação de tratamento realizada no interior da casa, na qual antes de chegar no local tem uma caixa que retém toda a gordura por meio de filtro biológico. A figura 1 apresenta a tecnologia:

Figura 1: Sistema de Bioágua.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A tecnologia de reúso junta todas as águas da casa para chegar até o sistema, na qual uma espécie de chuveirinho faz toda a distribuição dentro do local. A estrutura é composta de uma primeira camada de areia grossa, palha de coco, carvão e brita, sendo que cada camada possui entre 10 e 20 cm para um filtro com média de 1 mil litros. Sendo que a água é mais apropriada para usar em frutíferas e forrageiras, foi observada que estava sendo utilizada para a acerola. Este tipo de irrigação não é recomendado para as hortaliças, pois mesmo com o tratamento ainda é possível ter coliformes fecais na água.

O espaço do IRPAA também conta com a participação da agricultura familiar, na qual tem a presença de uma família que cuida e do cultivo e produção de uma horta orgânica, possuindo nesse espaço a presença de um Biodigestor que gera gás para ser distribuído para o fogão da residência, este que conta com uma tecnologia com base na compostagem para a produção do gás de cozinha, sendo utilizada as fezes das cabras e do boi para a realização da técnica. A figura 2 apresenta a estrutura na qual é realizado o processo, na qual conta com uma caixa de água invertida, revestida de material de alumínio para fazer a pressão em cima da água com as fezes dos animais:

Figura 2: Produção central do Biodigestor.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse local é realizada a técnica inicial para a geração do gás da cozinha, na qual é utilizado um proporcional de água e fezes para ser realizada a mistura. A cada 50 L de esterco de caprino são adicionados 50 L de água, para que assim as fezes sejam liberadas em um cano de 100. O gás é produzido através da compostagem realizada, no qual a pressão realizada pela caixa produz o gás, este que é direcionado através de mangueiras para a casa.

5 Conclusões

A visita técnica realizada no IRPAA foi uma forma de vivenciar e refletir sobre as diferentes atividades desenvolvidas no instituto, no que se refere à produção agroecológica e sustentável. Sendo possível considerar que esses conhecimentos podem ser reproduzidos em outras localidades, visto a importância das técnicas utilizadas, como é o caso do quintal produtivo, principalmente para o fortalecimento do papel da mulher nas atividades do campo, e também no que se refere às alternativas apresentadas para o reúso da água e também na produção de biogás.

Ressalta-se que as técnicas utilizadas podem ser trabalhadas em uma perspectiva didática por meio da apresentação uma diversidade de técnicas sustentáveis a serem utilizadas com um viés agroecológico importância das vivências agroecológicas apresentadas, como forma de contribuir para que o campo educacional visualize essas atividades em um ponto de vista social. Devido ao fato

que o instituto apresenta uma série de alternativas educativas de projetos que visam assegurar a convivência no semiárido.

Recomenda-se que mais relatos dessas práticas educacionais sejam divulgados de modo a difundir as práticas agroecológicas apresentadas tornando esse sistema mais familiar à comunidade em geral.

Referências

ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: **AS-PTA/Agropecuária**. 592p. 2002.

BARBOSA, A. da S.; SILVA, J. H. C. S. A inserção da agroecologia em um novo sistema alimentar pós COVID-19. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 148–159, 2020. DOI: 10.34024/revbea.2020.v15.10618. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10618>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BIONDO, E.; BULHÕES, F. M.; DIEDRICH, G. E. Agroecologia e Bem Viver como modo de vida e como modelo sustentável de produção agrícola e de consumo de alimentos. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 3, jul/set, p. 230-255, 2021.

BRITO, P.; CREMONA, M.; RODRIGUES, R. C.; PINHEIRO, L. A. F. Projeto CASA: vivências agroecológicas para integração campo-cidade. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

DAHMER, G. W.; FEAGOSO, L. A.. Educação Agroecológica com a Etnopedagogia no ensino de ciências da natureza em licenciaturas de educação do campo. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 1, 2020.

DUVAL, H.; LEAL, L.; FILIPAK, A.; FERRAZ, J. M.; FERRANTE, V. L. Quintais produtivos como espaços da agroecologia desenvolvidos por mulheres rurais. Perspectivas em Diálogo: **revista de educação e sociedade**, 7(14), 31-54.

GOMES, R. K. S.; PEREIRA, W. A. Saberes docentes em educação ambiental na Escola Família Agroecológica do Macacoari. **Revista Teias**, v. 22, n. 67, p. 478-497, 2021.

GRISA, C.; OLIVEIRA, D.; NIEDERLE, P. Inovações e novidades na construção de mercados para a agricultura familiar: os casos da Rede Ecovida de Agroecologia e da RedeCoop. Redes. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, n. 1, p. 135-163, 2020.

KORZ, C.; PRADO, F. H. VIEIRA, M. G. M.; Vivências que promovem a sustentabilidade: Ações Socioeducativas Agroecológicas. **Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology**, v. 24, n. 1, p. 1-7, 2020.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A. Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Editora EPU, São Paulo, 1996.

SANTOS, J. C. N.; SILVA, E. P., SANTOS OLIVEIRA, A.; SOUZA, D. L., OLIVEIRA, C. S.; DOS SANTOS, A. Construção do conhecimento agroecológico entre o Grupo de Agroecologia Umbuzeiro e os estudantes da república do IRPAA. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

A ARTE NAS MANDALAS AGRÍCOLAS COMO COMPONENTE VITAL DAS PRODUÇÕES AGROECOLÓGICAS

Valdenir Venceslau Bevenuto⁶⁶

Marcus Metri Correa⁶⁷

Luciano Pires de Andrade⁶⁸

DOI:10.29327/1348690.9-7

1 Introdução

As práticas agroecológicas têm se destacado como alternativas sustentáveis para a produção de alimentos, visando à conservação dos recursos naturais e à promoção de sistemas agrícolas resilientes e sustentáveis. Isso implica em reduzir ao mínimo os impactos negativos no ambiente, preservar e restaurar a fertilidade do solo, valorizar a diversidade biológica, utilizar conscientemente a água e depender dos recursos internos dos agroecossistemas (Feiden, 2012). As mandalas agrícolas surgem como uma abordagem inovadora que integra os princípios da agroecologia com a expressão artística, criando uma sinergia única entre o valor estético e a produção de alimentos saudáveis. Este estudo tem como objetivo investigar o papel do aspecto estético presente nas mandalas agrícolas como componente vital das produções agroecológicas, considerando sua importância no fortalecimento dos sistemas agrícolas ecológicos e na construção de uma conexão mais profunda entre os camponeses e a terra.

⁶⁶ Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: venceslaubevenuto@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0159-5440>.

⁶⁷ Doutor em Engenharia Agrícola. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: marcus.metri@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9506-8969>.

⁶⁸ Doutor em Etnobiologia e Conservação da Natureza. Professor Associado da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPÉ); E-mail: luciano.andrade@ufape.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5818-711X>.

As mandalas agrícolas são arranjos geométricos e simbólicos de cultivos que seguem princípios ecológicos, respeitando a diversidade de espécies, a saúde do solo e a interação com o ambiente circundante. No entanto, além de sua funcionalidade prática, também apresentam uma dimensão estética, refletindo a criatividade e a expressão cultural dos camponeses. Essa combinação única de aspectos práticos e estéticos nas mandalas agrícolas desencadeia uma série de benefícios que vão além da produção de alimentos, influenciando positivamente a sustentabilidade dos sistemas agrícolas e a relação entre os agricultores e o meio ambiente. Este estudo explora a importância da arte nas mandalas agrícolas, tanto em termos de sua contribuição para a agroecologia como em seu papel na promoção da conexão entre as pessoas e a terra.

2 Referencial teórico

Embora algumas pesquisas tenham abordado os aspectos técnicos e os benefícios ambientais das mandalas agrícolas, como as de Drosdoski, Pereira e Bueno (2023), pouco foco tem sido direcionado ao valor estético dessas práticas, apesar de já existirem estudos sobre essa temática na agroecologia, como Lopes, Soares e Boff (2019). Acredita-se que a incorporação de elementos estéticos nas mandalas agrícolas pode trazer benefícios adicionais, tais como, uma conexão emocional mais profunda com a natureza e o fortalecimento da identidade cultural.

A agricultura e a agroecologia são campos geralmente abordados a partir de perspectivas com foco na produtividade, sustentabilidade ambiental e saúde humana. É importante ressaltar a influência das mulheres na agroecologia, como destacado por Motta e Azevedo (2021), e o valor que elas atribuem à beleza nesse tipo de produção. A estética desempenha um papel significativo nesses contextos, uma vez que pode influenciar a percepção e a apreciação das paisagens agrícolas, além de afetar a experiência das comunidades do campo.

Ao conduzir uma revisão bibliográfica sobre as teorias estéticas relacionadas à agricultura e à agroecologia, é possível identificar diversas abordagens. Uma delas é a estética do sublime (Burke, 2011), que enfatiza a grandiosidade e a imponência da natureza e da paisagem. No contexto da agroecologia, essa abordagem pode ser aplicada para despertar um senso de admiração e valorização dos sistemas agroecológicos. Autores contemporâneos, à luz dos conceitos de

estética, discutem a influência do belo, como fazem Naves e Reis (2017) no movimento agroecológico.

Outra teoria relevante é a estética da harmonia e do equilíbrio, trazida por Orelo e Vitorino (2012). Essa teoria enfatiza a importância de padrões estéticos simétricos, ritmos naturais e combinações harmoniosas de elementos agrícolas, criando uma sensação de ordem e equilíbrio visual. A estética da sustentabilidade e da resiliência, como proposta por Siqueira (2010), promove a articulação entre a função estética, a prática e a simbólica. Esse tipo de perspectiva, aplicada às práticas agrícolas, busca valorizar a beleza dessas práticas. No entanto, a visão limitada da estética agrícola reforça a exclusão das mulheres e perpetua a ideia de que sua contribuição é menos valiosa.

Ao analisar a literatura existente, é possível observar a falta de estudos específicos que explorem o valor estético das mandalas agrícolas. As mandalas agrícolas são práticas que combinam elementos artísticos e agrícolas, criando padrões geométricos complexos. As mandalas têm sido utilizadas em diferentes culturas como uma forma de expressão estética e também como ferramenta para promover a biodiversidade, o equilíbrio e a produtividade agrícola. A ausência de estudos dedicados a investigar o valor estético das mandalas agrícolas pode ser atribuída a diferentes fatores. Um desses fatores é a predominância de abordagens científicas e pragmáticas na pesquisa agrícola, que muitas vezes negligencia a dimensão estética. No entanto, explorar o valor estético das mandalas agrícolas pode trazer reflexões importantes para a compreensão da relação entre beleza, agricultura e agroecologia. Essa perspectiva pode contribuir para uma apreciação mais ampla e aprofundada das paisagens agrícolas, além de fornecer informações valiosas sobre a experiência estética das comunidades locais.

3 Metodologia

Este estudo adotou a pesquisa participante e a abordagem metodológica qualitativa. Para coletar dados, foi aplicado um questionário a dois participantes envolvidos no processo de construção de uma mandala agrícola na comunidade de Roncadorzinho, Barreiros, Mata Sul de Pernambuco.

A comunidade de Roncadorzinho, situada na Mata Sul de Pernambuco, é composta por homens e mulheres que desempenham papéis ativos na produção agrícola local, enfrentando desafios socioeconômicos e ambientais. A mandala agrícola construída na comunidade representa uma iniciativa coletiva, liderada principalmente pelas mulheres, que buscam explorar a criatividade, a educação ambiental e o uso eficiente dos recursos disponíveis. Esta pesquisa visa lançar luz sobre a relevância do aspecto estético das mandalas agrícolas em contextos agroecológicos e ampliar o entendimento da conexão entre a arte, a agricultura e a identidade cultural, com um foco especial na perspectiva feminina que muitas vezes é subestimada.

O questionário foi realizado no dia 17 de julho de 2022, e contou com a participação de dois sujeitos: uma mulher e um homem envolvidos no processo de implantação da mandala agrícola. O questionário foi elaborado de forma a explorar as percepções e opiniões dos participantes sobre a mandala construída, as razões por trás de suas visões, bem como, a relação entre as mulheres e a Agroecologia. Utilizou-se, para a análise de dados, a Linguística Ecosistêmica (LE) proposta por Couto (2015) e discutida por Bevenuto (2023), em que os autores trazem os elementos povo, território e língua como categorias de análise, a fim de compreender as percepções, experiências e reflexões dos camponeses sobre a incorporação do belo nas mandalas agrícolas.

4 Resultados e Discussão

Considerando a teoria da estética da harmonia e do equilíbrio, citada por Orelo e Vitorino (2012), pode-se dizer que a cosmovisão da mulher da mandala agrícola de Roncadorzinho pode ser relacionada com harmonia e equilíbrio. Ao adotar um formato lúdico e trabalhar com medidas e geometrias, as mulheres estão buscando criar uma sensação de ordem e equilíbrio visual nos canteiros. Isso pode ser compreendido como uma valorização da estética na agroecologia, reconhecendo que existe arte e beleza nesse campo.

Essa cosmovisão demonstra uma preocupação com a organização das formas e estruturas agrícolas, buscando alcançar um equilíbrio funcional e eficiente. Mas, também, é possível perceber uma sinergia entre o belo e o compromisso da sustentabilidade, como defendem Naves e Reis (2017), através da preocupação,

por exemplo, em incorporar no design da mandala a sustentabilidade; enxergar na natureza e na paisagem a inspiração estética; trazer para a mandala agrícola elementos da cultura local.

A construção da mandala de Roncadorzinho não se limitou apenas à funcionalidade dos canteiros agrícolas, mas também considerou características transdisciplinares, o que é próprio da agroecologia (Feiden, 2012). Os resultados apontam para a valorização da criatividade e da perspectiva feminina na construção das mandalas agrícolas.

A seguir, apresentam-se os resultados e as discussões com base nas respostas obtidas:

Quadro 01 – Enunciados dos entrevistados

| Pergunta | Respostas do Homem | Respostas da Mulher |
|--|--|---|
| O que você achou da mandala construída em Roncadorzinho? | Acho que poderia ter feito de outra forma, outro formato. | A ideia foi aproveitar o que já tinha na comunidade disponível, por isso foi utilizado bambu para a construção dos canteiros. |
| Por que você acha isso? | Não chamo de mandala aquele formato de mandala. | Alguns dos homens vieram mandando, dizendo como deveria ser feito os canteiros, mas as mulheres decidiram fazer em um formato lúdico, porque se tratava de um espaço que deveria ser destinado para a escola, porque o formato traz também outras perspectivas, trabalha medidas, geometrias, etc. Foi pensado na atuação das mulheres na comunidade. |
| Como você acha que aproveitaria mais espaço? | Não sei. Só acho que daria mais certo outro formato. | A utilização em canteiros quadrados pode ser uma estratégia para otimizar o espaço e maximizar a produção dentro da área designada. |
| Você acha que às vezes as mulheres na Agroecologia dão um novo olhar a produção? | Pode ser que sim. Foi feita pelas mulheres e a ideia foi delas também a construção da mandala. | A maioria que trabalha com permacultura é homem, existem poucas permacultoras, é difícil ver uma bioconstrutora e uma permacultora. Existe arte e beleza também na agricultura, as mulheres conseguem |

| | | |
|--|--|---|
| | | enxergar isso. A gente viu que gasta-se pouco pra fazer uma mandala no formato que fizemos. |
|--|--|---|

Fonte: Os autores (2023)

A perspectiva feminina pode trazer uma visão inovadora e sensível, valorizando não apenas a funcionalidade, mas também a beleza e a conexão emocional com a terra. As mulheres vêm assumindo um papel importantíssimo na promoção da agroecologia (Motta; Azevedo, 2021) e sua participação ativa na construção da mandala de Roncadorzinho demonstra a importância de promover a equidade de gênero na agricultura sustentável. Essas análises e as do Quadro 02 evidenciam a interação entre elementos como gênero, cultura, estética, educação e meio ambiente, todos presentes na construção das mandalas agrícolas em Roncadorzinho.

Quadro 02 – Análises dos dados

| Categorias da LE (BEVENUTO, 2023) | Resultados e Análises |
|-----------------------------------|--|
| Território | Ambos os participantes mencionam a utilização de recursos locais, como o bambu, na construção das mandalas. Isso evidencia a relação entre o território e a prática da agroecologia. A utilização de elementos naturais do próprio território mostra uma conexão com a terra e uma preocupação com a sustentabilidade local. Ambos os participantes reconhecem a importância de otimizar o espaço e maximizar a produção agrícola. |
| Povo | A mulher destaca a participação ativa das mulheres na decisão e construção da mandala, ressaltando sua importância na Agroecologia. Ela também aponta a falta de representatividade feminina na permacultura, destacando a necessidade de equidade de gênero na agricultura sustentável. A mulher relata a dinâmica de poder, em que alguns homens tentaram impor suas ideias sobre a construção dos canteiros, mas as mulheres optaram por um formato lúdico, considerando o espaço destinado à escola. Isso evidencia a importância da voz das mulheres e da tomada de decisão coletiva. |
| Língua | O discurso do homem revela uma visão crítica sobre o formato da mandala, expressando que outro formato poderia ter dado mais certo. A fala da mulher ressalta a escolha consciente do formato lúdico, com medidas e geometrias, e a relação com a escola. Essas diferentes |

| | |
|--|--|
| | perspectivas linguísticas apontam para uma pluralidade de abordagens estéticas. Isso demonstra a influência da linguagem e dos termos na interpretação e compreensão dos elementos ambientais. |
|--|--|

Fonte: Os Autores (2023)

Na visão do entrevistado do sexo masculino a mandala poderia ter sido construída em um formato de canteiros que não fossem geometricamente quadrados, não argumentando o porquê de sua sugestão ou como isso aproveitaria melhor os espaços disponíveis. Por outro lado, a mulher demonstra uma visão mais ampla e sensível, reconhecendo que a mandala pode ir além da funcionalidade prática dos canteiros agrícolas. Essa visão enfatiza a capacidade das mulheres de enxergar a arte e a beleza na agricultura, o que pode contribuir para uma abordagem mais holística e sustentável no planejamento e na execução das mandalas agrícolas.

5 Conclusões

A construção da mandala agrícola em Roncadorzinho evidencia a importância de considerar a diversidade de perspectivas e abordagens. Enquanto o homem questiona a funcionalidade e eficiência dos canteiros quadrados, a mulher opta por um formato lúdico, levando em consideração aspectos culturais, educativos e estéticos.

A visão da mulher traz uma perspectiva singular, valorizando não apenas a funcionalidade dos canteiros, mas também a beleza e a conexão emocional com a terra, contribuindo, também, para uma abordagem mais holística e sensível, que vai além dos aspectos puramente técnicos. O lúdico ressalta a importância da mandala como ferramenta educativa. Através da exploração de geometrias e outras perspectivas, as mandalas agrícolas se tornam espaços de aprendizado, despertando o interesse dos envolvidos. A utilização de materiais disponíveis na região demonstra a importância de promover práticas sustentáveis e de baixo custo, adaptadas às condições locais.

Dessa forma, as mandalas agrícolas se tornam um reflexo das necessidades e aspirações das comunidades, fortalecendo os laços sociais e a identidade local. A valorização da estética nas produções agroecológicas é fundamental para promover

uma agricultura sustentável, sensível às questões culturais, de gênero e educativas. As mandalas agrícolas representam muito mais do que uma simples técnica de cultivo, são espaços de expressão artística e inclusão social. Ao reconhecer o valor estético das mandalas agrícolas, é possível criar sistemas agrícolas mais equilibrados, que promovam a resiliência ambiental e o bem-estar de todos.

7 Referências

BEVENUTO, Valdení Venceslau. A ancestralidade no romance *Torto Arado* na ótica da Linguística Ecosistêmica. **Boletim do GEPL**, n. 13, p. 1-16, 2023.

BURKE, Edmund. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo**. São Paulo: Unesp, 2011.

COUTO, Hildo Honório do. Linguística Ecosistêmica. **Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)**, v. 1, n. 1, p. 47-81, 2015.

DROSDOSKI, Suzana Daniele; PEREIRA, João Batista; BUENO, Gustavo. A prática de horta mandala na educação ambiental. **Revista Educação Ambiental em Ação**, n. 83, v. 21, p. 1-11, 2023.

FEIDEN, Alberto. Agroecologia: introdução e conceitos. AQUINO, André Magrinelli de; ASSIS, Renato Linhares de. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. 2 ed. Brasília: EMBRAPA, 2012. p. 32-47.

LOPES, Camila Alves; SOARES, Bruna Raquel; BOFF, Antônio Marcos. Agroecologia, arte e educação: uma abordagem interdisciplinar na agricultura sustentável. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 14, n. 4, p. 358-370, 2019.

MOTTA, Suzana Rodrigues; AZEVEDO, Ana Sofia. O protagonismo das mulheres na agroecologia: reflexões a partir da experiência de uma comunidade rural. **Revista Interdisciplinar de Ciências e Letras**, v. 7, n. 1, p. 150-165, 2021.

NAVES, Marina de Figueiredo; REIS, Yuna Fontoura. Desenhando a resistência: estética e contra-hegemonia no movimento agroecológico no Brasil. **Cadernos EBAPE BR**, n.15, v. 2, 2017. p.309-325.

ORELO, Elisa Rodrigues Martins; VITORINO, Elisa Viana. Competência informacional: um olhar para a dimensão estética. **Perspectiva em Ciências da Informação**, n. 4, v. 17, 2012, p. 41-56.

SIQUEIRA, André Ramos. Arte e sustentabilidade: argumentos para a pesquisa eco-poética da cena. **Revista Moringa**, n. 1, v. 1, 2010, p. 87- 99.

IMERSÕES DO PPGADT

José Eduardo Matos⁶⁹**Roseane Santos de Jesus⁷⁰****João Gustavo Soares de Araújo⁷¹****Sandreanio Nascimento Ferreira⁷²****Jorge Luiz Shiirmer de Mattos⁷³****Resumo**

Esta experiência trata das imersões que ocorrem no Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - PPGADT da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE. Ela acontece durante o semestre letivo e possibilita aos doutorandos correlacionarem os conhecimentos abordados nas disciplinas com as realidades encontradas nos territórios visitados. As imersões buscam contemplar experiências de associações, cooperativas, instituições de ensino e de pesquisa, bem como de camponeses e camponesas ligados a movimentos sociais do campo e comunidades tradicionais que buscam através da agroecologia melhores condições de vida e resistência às adversidades impostas por governos, corporações, organizações e pelas mudanças climáticas. Durante as imersões os doutorandos têm a oportunidade de conhecendo as realidades do território e poder formular, planejar e executar produtos que desencadeia processos de inovação sociotécnica e de transição agroecológica, utilizando-se de tecnologias socioecológicas para o redesenho de agroecossistemas e de sistemas agroalimentares mais sustentáveis, que melhor contemple os aspectos socioeconômicos, culturais, ambientais e da saúde nos campos da Agroecologia e do Desenvolvimento Territorial. Os produtos formulados pela turma são apresentados aos sujeitos dos territórios durante o Seminário de Culminância do Semestre, chamado de Seminário de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial - SEADET que ocorre a cada final de período no

⁶⁹Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: joseeduardomatos.aju@gmail.com; ORCID: <http://orcid.org/0009-0001-4828-8993>.

⁷⁰Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: roseane.jesus@ufrpe.com.br; ORCID: <https://orcid.org/00090008-5093-9805>.

⁷¹Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: gustavoevolucão@yahoo.com.br; ORCID: <http://orcid.org/0009.0001-0182-0073>.

⁷²Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: sandreanioferreira@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2810-195X>.

⁷³Doutor em Desenvolvimento Territorial. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial. Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: juis.mattos@ufrpe.br.; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6997-604X>.

PPGADT da UFRPE. As Imersões possibilitam ao doutorando uma reflexão de como as experiências vivenciadas apresentam alguma relação com o seu território e como o estudo de soluções alicerçadas na agroecologia podem correlacionar-se com propostas de produtos para sua Tese.

Link: <https://www.youtube.com/@ppgadtufrpe2290>